

ANDREZZA TETI LIMA

**INTERFERÊNCIA DA INADIMPLÊNCIA NA
QUALIDADE DO ENSINO EM CURSO TÉCNICO
DE ENFERMAGEM**

Orientadora: Professora Doutora Sandra Marques Queiroz

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2016

ANDREZZA TETI LIMA

**INTERFERÊNCIA DA INADIMPLÊNCIA NA
QUALIDADE DO ENSINO EM CURSO TÉCNICO
DE ENFERMAGEM**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestra em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 3 de Junho de 2016 com o despacho reitoral nº109/2016 com a seguinte composição de júri:

Presidente:

Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente:

Professor Doutor José Bernardino Duarte

Orientadora:

Professora Doutora Sandra Marques Queiroz

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais ,Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2016

NÃO PODE HAVER ENSINO ONDE ALGUÉM DIZ: NÃO PAGUEI, NÃO PAGO E ESTOU AQUI. NÃO HÁ ENSINO SEM COMUNICAÇÃO POSSÍVEL DE PROFESSOR PARA ALUNO NESSAS CONDIÇÕES. ISSO SUBVERTE, DESTRÓI, ANIQUILA O CONCEITO DE ENSINO QUE EXIGE UM MÍNIMO DE SIMPATIA ENTRE PROFESSOR E ALUNO, ENTRE ALUNO E ESCOLA.

LUIS FERNANDO RODRIGUES (2004, P. 15).

Dedico o presente trabalho à minha mãe, Enfermeira Cristina Teti pelo incentivo e apoio frente à minhas escolhas. A todos que direta ou indiretamente me impulsionaram em direção às vitórias dos meus desafios.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, mestre dos mestres, por ser meu pilar, me amparar nos momentos difíceis, me dar força e nunca ter desistido de mim.
- A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Sandra Marques Queiroz por me mostrar o caminho da ciência e fazer parte dessa etapa acadêmica e profissional tão importante na minha vida.
- À toda a minha família pela torcida e apoio incondicional.
- Às mães que a vida me deu: Enfermeira Cristina Teti, que me inspirou a seguir sua profissão e dar o melhor de mim nas escolhas que fiz ao longo da vida, à minha tia Solange Teti, que sempre esteve ao meu lado sempre dedicada e otimista, a Renilde Vieira Aragão-Dadá- que me cuidou desde criança e me oportunizou fazer a graduação.
- À filha amada Marina Teti e ao noivo amantíssimo Igor Santos, pelo carinho e incentivo sempre presentes na minha vida.

RESUMO

Este trabalho apresenta como finalidade investigar como percebem, os diferentes agentes educativos, a interferência (ou a influência) da inadimplência na qualidade de ensino ofertado pelas escolas privadas de educação profissional em Enfermagem. Tendo em atenção os objetivos propostos para este estudo, optou-se por realizar uma pesquisa que combinou as abordagens quantitativa e qualitativa. No alcance dos objetivos específicos, procurou-se descrever a percepção de qualidade de ensino por parte dos sujeitos pesquisados, determinar o percentual de inadimplência na instituição, de modo a se obter informações que evidenciassem a interferência da inadimplência nos serviços educacionais no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem. Pretendeu-se, ainda, descrever as estratégias utilizadas pela instituição para garantir a sua sustentabilidade financeira. Para tanto, recorreu-se à análise documental do Projeto Político Pedagógico, no que se refere às possibilidades que um curso de formação profissional em Enfermagem pode oferecer. Utilizou-se, igualmente, do inquérito por entrevista como instrumento para recolha de dados. Os sujeitos investigados foram dois diretores, uma coordenadora pedagógica e oito professores atuantes na instituição de ensino. Os resultados do estudo reforçam a perspectiva de que toda a equipe institucional precisa estar preparada para tratar, com competência, da inadimplência educacional, pois adquirir e manter qualidade depende do aporte financeiro adequado para sustentar boas instalações e profissionais qualificados.

Palavras-chave: Enfermagem. Ensino Profissional. Inadimplência. Qualidade.

ABSTRACT

This work has the purpose to investigate how perceive the different educational agents, interference (or influence) of default in quality education offered by private schools of professional education in nursing. Taking into account the proposed objectives for this study, it was decided to carry out research which combined quantitative and qualitative approaches. The achievement of specific objectives, aimed at describing the perceived quality of the subjects for teaching surveyed to determine the percentage of defaults in the institution in order to obtain information that provided evidence of interference in defaults on educational services in relation to training content, pedagogical relationship and teaching-learning process. It was intended to also describe the strategies used by the institution to ensure its financial sustainability. To do so, resorted to the documentary analysis of the Pedagogical Policy Project, with regard to the possibilities that a professional training course in Nursing can offer. It used also the interview survey as a tool for data collection. The subjects investigated were two officers, a pedagogical coordinator and eight teachers working in the educational institution. The study results reinforce the view that all institutional staff must be prepared to deal with competence, educational default because acquire and maintain quality depends on adequate financial support to sustain good facilities and qualified professionals.

Keywords: Nursing. Professional education. Default. Quality.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
CEB/CNE	Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CEF	Complementação do Ensino Fundamental
CEFOR	Centro de Formação
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
CQP	Complementação da Qualificação de Técnico de Enfermagem
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
ETSUS	Escola Técnica do Sistema Único de Saúde
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NCC	Novo Código Civil
ONGs	Organizações não Governamentais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
QP	Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem
SUS	Sistema Único de Saúde

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	10
PARTE I.....	16
MARCO TEÓRICO	16
CAPÍTULO 1- FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM	17
1.1. HISTÓRIA E REALIDADE BRASILEIRA	17
1.1.1. Caracterização do Curso Técnico de Enfermagem	22
1.1.2. Relação Pedagógica.....	26
1.1.3. Processo Ensino-aprendizagem.....	30
CAPÍTULO 2 – INADIMPLÊNCIA	35
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA NAS ESCOLAS PRIVADAS..	35
2.2. CONSEQUÊNCIA DA INADIMPLÊNCIA NA QUALIDADE DO ENSINO..	43
2.2.1. Qualidade na Formação Profissional.....	47
2.3. GESTÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES FORMATIVAS, PROFISSIONAIS E PRIVADAS	48
PARTE II	52
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	52
CAPÍTULO 3- METODOLOGIA DA PESQUISA	53
3.1. PROBLEMÁTICA	53
3.1.1. Questão de Partida.....	55
3.2. OBJETIVOS DO ESTUDO.....	55
3.2.1. Objetivo Geral.....	55
3.3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	56
3.4. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	58
3.4.1. Pesquisa Documental	58
3.4.2. Inquérito por Entrevista Estruturada	59
3.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO EM ESTUDO	59
3.5.1. Contexto Histórico e Social.....	60
3.5.2. Contexto Institucional	60
3.5.3. Participantes da Pesquisa	61

3.6. PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO	62
3.6.1. Tratamento dos Dados.....	63
CAPÍTULO 4- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICES.....	i
APÊNDICE A- Roteiro do Inquérito por Entrevista com os diretores	ii
APÊNDICE B- Roteiro do Inquérito por Entrevista à Coordenadora Pedagógica.....	iii
APÊNDICE C- Roteiro do Inquérito por Entrevista aos Professores.....	iv

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Composição dos Blocos Temáticos e respectivos Elementos de Análise.... 67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil dos entrevistados..... 68

Tabela 2- Percepções sobre a educação e qualidade do ensino apreendidas por meio de entrevistas 70

Tabela 3- Ações para reduzir a inadimplência - conhecimento e eficácia 75

Tabela 4- Pontos afetados pela inadimplência na perspectiva dos sujeitos pesquisados 76

Tabela 5- Porquê melhorar o ensino na instituição 77

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é um direito definido pela Constituição Federal de 1988 e que deve ser garantido pelo Estado, ao qual, no entanto, nem sempre o cidadão, diante da baixa qualidade do ensino público, sobretudo na etapa da Educação Básica, recorre para ter este direito assegurado. Percebe-se que o governo brasileiro vem transferindo, para o setor privado, a responsabilidade da educação, favorecendo, assim, a criação de um amplo sistema educacional. Isso demonstra, de acordo com Tachizawa e Andrade (1999), ser o ato de ensinar um nicho de mercado que define uma dimensão relevante enquanto possibilidade de negócio.

Existem no Brasil cerca de 215.000 estabelecimentos de ensino, sendo 35.000 particulares que suprem a falta de unidades de educação dos governos federal, estadual e municipal, representando uma opção de aprendizagem. As mais recentes estatísticas mostram que mais de 55 milhões de estudantes estão matriculados em cursos de Educação Básica e Superior (Rodrigues, 2004). Tal fato contribui para a consolidação de um setor privado altamente competitivo, que exige um novo posicionamento das instituições de ensino. Essas, tradicionalmente compreendidas no contexto de formação social, deverão agora produzir receitas, gerar lucros e fomentar empregos para viabilizar a sua perenidade (Predy, Glatter & Levacic, 2006).

Nesse cenário, inserem-se as escolas particulares voltadas para o Ensino Técnico Profissional, que surgem como uma modalidade de ensino alternativo por causa das exigências do mercado, no qual a formação, de modo geral, é condição ‘sine qua non’ para o ingresso do indivíduo na realidade profissional. O que se nota é que a educação, em suas dimensões conceitual e prática, tem assumido um papel estratégico para a formação dos trabalhadores, seja do ponto de vista empresarial, que pretende atrelá-la às demandas do mercado, seja para os trabalhadores, que a veem como uma estratégia capaz de potencializar a valorização de sua própria força de trabalho a ser negociada neste mercado (Fidalgo, Oliveira & Fidalgo, 2007). Esse processo determina mudanças significativas, não apenas nas empresas, mas também na organização dos sistemas escolares, gerando novas transformações no campo educacional.

Por consequência, ocorre uma disputa maior pelos potenciais alunos, já que nenhuma organização privada pode desconsiderar o seu equilíbrio econômico sob pena de encerramento de suas atividades. Dessa maneira, além da preocupação contínua com a melhoria do processo

de ensino-aprendizagem que margeia todas as ações das instituições de ensino, estas deverão verificar questões relacionadas com a evasão discente, inadimplência, trancamentos, cancelamentos de matrícula, lucratividade e custos operacionais (Andrade, 2005).

Particularmente, para efeitos deste estudo, observa-se que a busca por melhores condições para o ensino nem sempre é conjugada com as condições financeiras ou prioridades de investimentos dos tomadores dos serviços educacionais, o que acaba gerando atrasos e inadimplências nos compromissos financeiros assumidos contratualmente. Mas, para se começar a falar de inadimplência nas instituições de ensino, é necessário, em primeiro lugar, definir os seguintes termos:

“Inadimplente é todo aquele que não cumpre devidamente um contrato. Inadimplemento é a falta de observância de um contrato ou de qualquer de suas condições. E, inadimplir é deixar de cumprir no termo convencionado. No setor educacional, a inadimplência se configura pela falta de pagamento das mensalidades em dia por parte do contratante do curso em que ou os seus filhos estão matriculados” (Rodrigues, 2004, p. 67).

A falta de atendimento aos termos do pacto que antecede a matrícula traz consequências às partes e, a mais comum, vincula-se à parte pecuniária. O não pagamento pelos serviços educacionais prestados decorre, conforme Rodrigues (2004, p. 14), de dois fatores, quais sejam: “um, o da falta efetiva de recursos e outro – o que é mais grave- pela ausência de disposição de pagar”. Pesquisa apontada pelo autor mostra que a educação aparece como a sexta prioridade por parte dos devedores, depois de (1ª) financiamento de imóvel, (2ª) financiamento de automóvel, (3ª) despesas básicas, (4ª) cartão de crédito e comércio, (5ª) saúde. A pesquisa referida constata, ainda, que a inversão do nível de opções dos alunos decorre de uma “perversa legislação que permite aos discentes frequentar as aulas e façam suas avaliações sem que tenham que pagar” (Idem, *ibidem*).

O que se verifica, então, é um conjunto considerável de novas variáveis com as quais o gestor da escola deve lidar, variáveis estas que aumentam o nível de complexidade das relações de negócio e ampliam o escopo de atuação da administração educacional contemporânea. Pode-se compreender essa situação, segundo Predy, Glatter e Levacic (2006), por meio do modelo conceitual de sistemas abertos, no qual a organização é descrita como um complexo organismo vivo que interage profundamente com o meio externo. Dessas interações, evidencia-se, como principal, a relação entre insumo, produtos e mediação dos processos internos. Dentro desse contexto, pode-se entender por produto o aluno [ingressante ou como profissional formado], o professor fornecedor [insumo], a instituição como

transformadora, caracterizando o sistema aberto e sistêmico [professor/aluno/mercado]. O ‘feedback’ desse processo permite à organização conceber estratégias para viabilizar escolhas mais amplas de como gerir os seus recursos em prol da qualidade do ensino.

Conforme a ‘American Society for Quality Control’ (citado por Parasuraman, Zeithaml & Berry, 1985), a qualidade pode ser definida como a totalidade dos requisitos e características de um produto ou serviço que estabelecem a sua capacidade de satisfazer determinadas necessidades. Em educação, a escola de qualidade é aquela que contribui para a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão do mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social, estando intimamente ligada à transformação da realidade (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2004).

Destaca-se a importância de pesquisar sobre a inadimplência, pois, administrá-la de forma mais profissional, requer estratégias e meios, levando em conta que, no universo da educação, há direitos e obrigações e, na rede privada, um dos principais é o cumprimento das condições contratuais firmadas entre entidades mantenedoras¹ dos colégios e os alunos e/ou seus responsáveis. Sendo o ensino privado um negócio, como tal deve ser gerido assim como ocorre em diversos outros ramos de oferta de produtos ou serviços. E, quanto mais concorrido o mercado no contexto das instituições privadas de ensino, tanto mais elas deverão aperfeiçoar e profissionalizar a forma como lidam e fazem a gestão do seu negócio.

O atraso nas mensalidades escolares acarreta complicações financeiras nas escolas privadas, que necessitam recebê-las dos alunos para poderem efetuar os pagamentos dos custos do curso e investir em melhorias, como capacitação docente e infraestrutura, dentre outras. A partir desse problema, o questionamento converge para a conflituosa dualidade de se oferecer ensino profissionalizante de qualidade frente a problemas financeiros decorrentes da inadimplência, ou seja, pela falta de não pagamento das mensalidades contratuais devidas pelos alunos. O pressuposto de que o atraso nas mensalidades escolares prejudica as instituições de ensino privadas em cumprir os seus compromissos, instigou-me saber acerca desta problemática enfrentada pelas escolas particulares, orientando a presente pesquisa realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação.

¹ Mantenedora é a entidade com personalidade jurídica que mantém sob responsabilidade uma ou várias instituições de ensino e que provê os recursos necessários à instituição. De acordo com o MEC toda escola particular, de qualquer grau, é obrigada a ter uma entidade mantenedora (Barroso; Fernandes, 2007, pp. 5-6).

A Questão de Partida

Nesse enfoque, a escolha do fenômeno da inadimplência como objeto de pesquisa, fez surgir o conjunto de questões que dão forma ao problema em análise: qual a visão de gestores, coordenadores e professores, em escolas privadas de ensino técnico profissionalizante, sobre a qualidade na prestação de serviços educacionais? Pode-se incluir a inadimplência com um dos fatores intervenientes no resultado pretendido no processo de ensino-aprendizagem? Como as escolas privadas gerenciam seus recursos financeiros de modo a fornecer um ensino de qualidade? Em conformidade com esse roteiro principal, a pesquisa delineada teve como questão de partida a seguinte pergunta:

- **Como percebem, os diferentes agentes educativos, a interferência (ou a influência) da inadimplência na qualidade de ensino ofertado pelas escolas privadas de educação profissional em Enfermagem?**

Os Objetivos

Movendo-se em torno dessa questão, traçaram-se alguns objetivos, sendo um objetivo geral e quatro objetivos específicos.

Objetivo Geral

- Descrever a percepção que os diretores, coordenadores pedagógicos e docentes têm sobre a interferência da inadimplência na qualidade do ensino ofertado em Curso Técnico de Enfermagem.

Objetivos Específicos

- Descrever a percepção de qualidade de ensino por parte dos sujeitos pesquisados;
- Determinar o percentual de inadimplência na instituição;
- Obter informações que evidenciem a interferência da inadimplência nos serviços educacionais no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem, através dos interlocutores do estudo;

- Descrever as estratégias utilizadas pela instituição para garantir a sua sustentabilidade financeira.

Imbuída desses objetivos, o estudo foi abordado a partir da metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, em razão do objeto da investigação referir-se a um fenômeno social complexo. Do ponto de vista da sua natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada uma vez que apresenta interesse prático, ou seja, que os resultados da mesma sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que se apresentam em seu foco de abordagem (Vilaça, 2010), qual seja a gestão da inadimplência em instituição privada de ensino.

Do ponto de vista de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, como uma forma de conhecer e descrever o fenômeno, considerando-se que este tipo de investigação proporciona maior proximidade com o problema, visando torná-lo explícito, aprimorando ideias ou descobrindo intuições (Collis & Hussey, 2005). Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação contou com a pesquisa documental, limitada temporalmente aos registros sobre a inadimplência no período de 2010-2013, e a aplicação de entrevistas no ano de 2014, que se integraram e complementaram na análise dos dados coletados.

Para saber se os dois construtos se relacionam – inadimplência e qualidade do ensino-, tornou-se indispensável compreender os modos de pensar e as dificuldades próprias de diretores, do coordenador pedagógico e dos docentes, no que concerne à prestação dos serviços educacionais. Esta pesquisa reflete, portanto, uma preocupação em atribuir sentido à minha experiência como diretora pedagógica de Escola de Ensino Técnico Profissionalizante na área de saúde. Seu enquadramento, na minha própria formação, levou-me a encontrar uma nova reflexão sobre os caminhos a percorrer, de uma forma mais consciente e pragmática. Foi, por consequência, uma atividade de grande valor para meu desenvolvimento profissional.

Para melhor sistematizar o estudo em apreço, tem-se que a pesquisa está estruturada a partir desta Introdução, que delimita o assunto tratado, contextualizando-o e traçando considerações introdutórias da pesquisa, bem como delineando as linhas gerais da investigação ao expor o problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa prática e teórica, e o presente descritivo da estrutura do trabalho.

O texto que se segue é composto por duas partes distintas. Na primeira parte, realiza-se a revisão de literatura acerca do tema, quando se tratou de abordar os assuntos relevantes relacionados à pesquisa em tela, sendo justamente neste tópico que se encontra a base teórica

da presente pesquisa. Aqui se utilizou todo o material necessário, tais como livros, artigos científicos, periódicos, sites especializados, dentre outros, para destacar o que é realmente relevante saber sobre o tema objeto da pesquisa, tornando possível uma melhor compreensão acerca do fenômeno estudado. Esta parte está dividida em dois capítulos com suas respectivas subdivisões, partindo de uma perspectiva geral e confluindo para uma perspectiva particular, relativamente ao objeto de estudo, para abordar, inicialmente, a Formação Profissional em Enfermagem, trazendo uma visão histórica que permite caracterizar o Curso Técnico de Enfermagem, a relação pedagógica e o processo de ensino-aprendizagem que se desenvolve neste contexto. Em seguida, o assunto versa sobre Inadimplência de modo a trazer o foco para seus efeitos nas escolas privadas, nomeadamente na qualidade do ensino e na formação profissional, perpassando pela gestão financeira das instituições formativas, profissionais e privadas.

Na segunda parte, apresenta-se, ao longo dos capítulos três e quatro, a investigação empírica, desenvolvida em situação. Desse modo, engloba a Metodologia, onde se traça o percurso trilhado pela presente pesquisa para se conseguir atingir os objetivos propostos, classificando a investigação quanto à sua natureza, no que diz respeito ao método, fins, meios e forma de abordagem, também expondo os instrumentos de coleta dos dados, caracterização do campo de estudo e participantes do mesmo. Em sequência, faz-se a Análise e Discussão dos Resultados, expondo e analisando os dados aos quais se foi possível chegar através da realização do estudo, discutindo esses resultados. Os devidos comentários aos dados coletados cruzam as informações recolhidas mediante os diferentes instrumentos de pesquisa.

Na Conclusão, apontam-se alguns aspectos que se consideram fundamentais, interligando os resultados do estudo com a revisão da literatura. Nesse tópico também se encontram as sugestões e as recomendações apresentadas em relação ao assunto tratado.

Nas Referências encontram-se elencados, por ordem alfabética, os autores e as respectivas obras utilizadas para compor a revisão de literatura.

Nos Apêndices apresentam-se os roteiros das entrevistas, elaborados pela própria pesquisadora, utilizadas como instrumento de coleta de dados da pesquisa realizada na Escola de Curso Técnico em Enfermagem ICEIS.

A norma da American Psychological Association (APA, 2001) foi utilizada para citações e referência bibliográfica.

PARTE I

MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO 1- FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM

Na nova ordem econômica mundial, permeada por avanços tecnológicos, novas expectativas e exigências, principalmente em relação ao desempenho dos profissionais, observa-se que a educação não poderia ficar alheia a essas transformações. Desse modo, a Educação Profissional, no Brasil, desde o final do século XX, é considerada um fator estratégico competitivo para o desenvolvimento humano, razão pela qual passa a ser oferecida em cursos que favorecem a perspectiva de melhoria na qualidade de vida e facilitam o acesso de jovens e adultos ao mercado de trabalho.

Para que se possa compreender como se deu a construção e o implemento da instrução direcionada à Educação Profissional em Enfermagem, neste capítulo trata-se, especificamente, do modo como foi traçado seu desenvolvimento, no esforço para mudar o quadro social brasileiro. Assim, a partir dos marcos significativos da história da Educação Profissional, passa-se a ressaltar as concepções presentes no processo de formação de trabalhadores em saúde, especificamente na área de Enfermagem, com destaque para as instituições formadoras que realizam esta formação profissional.

1.1. HISTÓRIA E REALIDADE BRASILEIRA

A evidência da divisão social do trabalho mais conhecida no âmbito da formação profissional em saúde diz respeito à história da Enfermagem, a qual mostra que as atividades desenvolvidas pelos profissionais desta área careciam de conhecimento teórico, sendo puramente manuais, práticas, tendo a caridade como atributo moral e religioso das ações desenvolvidas. Sendo assim, as instituições femininas e religiosas tiveram papel significativo nos cuidados aos doentes (Pereira & Ramos, 2006). Ainda sobre o passado, as autoras revelam que a qualificação para o desempenho dessas atividades não consistia em um ensino sistematizado, mas sim em um treinamento de jovens que tinham optado por uma vida conventual, visando torná-las eficientes na arte da enfermagem.

“O treinamento era essencialmente prático, desenvolvido através das atividades em orfanatos, nas residências dos pacientes e nos hospitais existentes. Os superiores, já treinados, orientavam o aprendizado das novatas que desenvolviam comportamento copiativo, numa relação mestre-aprendiz. Aprendiam algumas preleções sobre anatomia e patologia, não se preocupavam com o nível intelectual e em dar informações teóricas às aprendizes” (Pereira & Ramos, 2006, p. 23).

A qualificação de trabalhadores para a prática de Enfermagem moderna, no século XIX, na Inglaterra, com a criação da primeira escola de Enfermagem, chamada nightingaliana por causa de Florence Nightingale, priorizava as qualidades morais das candidatas. Nesse modelo de formação registrado na história, a duração do curso era de um ano e médicos eram responsáveis por ministrar a parte prática. A escola inglesa, inicialmente, recebeu algumas alunas da alta classe burguesa, chamadas de ‘ladies’, que pagavam pelo ensino, e alunas da camada popular, chamadas de ‘nurses’, que tinham gratuidade no ensino e na moradia (Rezende, 1989).

Nascida na consolidação do capitalismo, a Enfermagem moderna reconheceu a utilidade social e inseriu, no seu processo de trabalho, a repartição de tarefas. Caracterizando a divisão social do trabalho, apresentava-se em dois estratos sociais distintos, a saber: às ‘ladies’ cabia o pensar, concretizado nos postos de comando; para o cuidado, entendido como trabalho manual, as ‘nurses’ ficavam encarregadas. Evidenciando a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual pela classe social, nesse exemplo pode-se perceber que a divisão social determinou a divisão técnica, de modo que, embora recebessem o mesmo tipo de qualificação, as ‘ladies’ foram destinadas às funções de controle, supervisão, mais diretamente ligadas ao trabalho intelectual, enquanto para as ‘nurses’ restavam as funções submissas (Pereira & Ramos, 2006).

No Brasil, ao longo de sua história de Colônia a República, a formação dos trabalhadores é marcada pelo modo de produção vigente e sua cultura social. O tratamento discriminatório dado às diversas ocupações manuais, no país, levou à aprendizagem das profissões, a qual, naquele contexto, era feita por meio das Corporações de Ofícios, que possuíam normas de funcionamento que dificultavam, ou até impediam, o ingresso de escravos. No Império, é inaugurado primeiro Liceu de Artes e Ofícios, em 1858, que tinha como objetivo propagar e desenvolver, para a classe trabalhadora, a instrução artística e técnica dos ofícios industriais (Santos, 2000).

A influência dos padres salesianos, já no período da República, disseminou, ainda mais, a ideologia do Ensino Profissional como contraponto ao pecado. Somou-se a isso, a

pressão feita por grupos internos para reforçar a produção industrial. Santos (2000) chama a atenção para a criação, através do Decreto n. 7.566, de 1909, de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de estado, ressaltando, na área de saúde, a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, no Hospital dos Alienados, no Rio de Janeiro, e da Escola de Enfermeiros do Hospital Samaritano, em 1901.

Já em 1923, a criação da Escola de Enfermagem Anna Nery constituiu-se, em nível institucional, um marco na formação profissional de trabalhadores da saúde. A princípio, com cursos de duração de 36 meses, voltados à formação de profissionais para atender demandas da saúde pública, sendo pré-requisito, para as candidatas, ter o diploma do Curso Normal, também conhecido como Magistério de 1º grau ou Pedagógico, tipo de habilitação para o magistério nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Porém, como a expansão de escolas com essa finalidade não se transformou numa política pública, foram criadas alternativas, como cursos de 18 meses, para formar trabalhadores que prestavam assistência aos doentes nos hospitais. Para cursá-los, era necessário o então curso primário concluído (Santos, 2000).

Nos contextos políticos e econômicos da década de 1930, teve-se a criação do Ministério da Educação e da Saúde e a instituição da Inspeção do Ensino Profissional Técnico, pois, presente no pensamento educacional brasileiro da época e evidenciado no significativo movimento chamado de Escola Nova², a Educação Profissional é apontada como necessária para as reformas educacionais. Conforme explicam Pereira e Ramos (2006), na sociedade brasileira, a história dos profissionais da Enfermagem se reflete nos mundos do trabalho, da saúde e da educação, que foram se cruzando de maneira difícil e contraditória, a começar pelo fato de se lutar contra a visão ideológica da naturalização do trabalho feito por estes profissionais.

Ressaltam Santos e Christófaros (1996) que essa naturalização levava a realizações de meros treinamentos para que esses trabalhadores desempenhassem suas funções. A superação, ou pelo menos a tentativa de fazer com que deixasse de ser hegemônica a concepção calcada na naturalização do trabalho desenvolvido por profissionais de nível médio e fundamental da saúde, pôde ser evidenciada pela criação de escolas voltadas à formação técnica de trabalhadores da saúde e também nas leis que regem a Educação Profissional.

Os estudos disponíveis sobre o sistema formador em Enfermagem indicam que, a partir da década de 50, no Brasil, ocorreram dois fenômenos associados: a progressiva

² O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade (Campos & Shiroma, 1999, p. 485).

expansão do ensino na área de Enfermagem simultaneamente com a expansão dos serviços médicos hospitalares. Estudos realizados na segunda metade dos anos 80 (Silva, 1986; Melo, 1986) apontam que, até 1948, existiam seis cursos para auxiliares de Enfermagem, havendo ao final da década de 50, trinta e nove escolas de Enfermagem e sessenta e sete cursos de auxiliares de Enfermagem em todo o Brasil, em sua maioria mantidos por entidades de direito privado. Em razão de se ter criado essas escolas de Enfermagem anexas aos hospitais, predomina, até hoje, a concepção de que elas existem para prover os hospitais, de forma imediata, com pessoal necessário à manutenção da assistência clínico-hospitalar, por meio de cursos rápidos de treinamento e/ou atualização, principalmente para atendentes de Enfermagem ou auxiliares de serviços médicos (Ministério da Saúde, 2003).

Em 1949, com a reforma do ensino de Enfermagem, no Brasil, ocorreu a publicação da Lei nº 775 e do Decreto nº 27.426, que visaram à uniformidade das práticas de ensino e estabeleceram a criação do currículo mínimo para formação de enfermeiro, respectivamente. A partir disso, percebeu-se um movimento que pretendia a mudança do enfoque dado anteriormente à aquisição de habilidades manuais, na tentativa de substituí-lo por uma atuação mais voltada ao humano e ao atendimento das necessidades do paciente (Lazzari et al, 2011).

Na perspectiva de Almeida e Rocha (1986), o processo de trabalho na Enfermagem é caracterizado como modalidade funcional, com a finalidade de economia de tempo e de maior presteza na execução do serviço. A prática é fragmentada em atos e procedimentos isolados, desvinculados da integralidade da assistência e a atribuição de responsabilidades diferencia-se de acordo com o grau de qualificação. Em decorrência dessa prática, surgiram as diversas categorias na Enfermagem: o auxiliar, o técnico e o enfermeiro, sendo importante ressaltar que o atendente constituiu-se, historicamente, no primeiro agente de Enfermagem a ser institucionalizado.

Mas, com a aprovação da Lei do Exercício Profissional – Lei nº 7.498/1986 -, o Conselho Federal de Enfermagem [COFEN] proibiu a contratação de atendentes, estabelecendo o ano de 1996 como prazo final para que todos se tornassem auxiliares, criando-se, para isto, as Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde [ETSUS], e os Centros de Formação [CEFOP]. Buscava-se, por um lado, criar uma alternativa ao mercado educativo em saúde, representado pelos cursos privados de qualidade duvidosa, e por outro, romper com a prática persistente dos treinamentos em serviços, voltados apenas para a execução de tarefas específicas, sem considerar a inserção e o contexto em que eram desenvolvidas as práticas desses trabalhadores.

De acordo com o Ministério da Saúde (2003), uma nova legislação da Educação Profissional no país – Decreto nº 2.208/1997³ - eleva o patamar de escolaridade desses trabalhadores, privilegiando a formação de técnicos de Enfermagem. Segundo essa legislação, a Educação Profissional conforma uma modalidade de ensino independente e complementar à Educação Básica, sendo organizada em três níveis:

“O nível *básico* refere-se aos cursos de curta duração, destinados a qualificar, requalificar e reprofissionalizar os trabalhadores em geral, jovens e adultos, independente de sua escolarização anterior. São cursos que não estão sujeitos a regulamentação curricular, pois são considerados modalidade de educação não formal. O nível *técnico* destina-se àqueles que estejam cursando ou tenham concluído o Ensino Médio, com organização curricular própria e independente do Ensino Médio conferindo o certificado de auxiliar ou o diploma de técnico. O nível *tecnológico* compreende os cursos técnicos de nível superior que se destinam aos egressos do Ensino Médio e técnico. São estruturados em áreas especializadas para atender aos diversos setores da economia, conferindo o título de tecnólogo” (Ministério da Saúde, 2003, p. 42).

Conforme documento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2001 cit. por Manfredi, 2002), a Educação Profissional efetiva-se, atualmente, numa vasta rede diferenciada, composta:

- “- pelo ensino médio e técnico, incluindo redes federal, estadual, municipal e privada;
- pelo Sistema S, que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social, mantidos por contribuições parafiscais das empresas privadas: SENAI/SESI (indústria); SENAC/SESC (comércio); SENAT/SEST (transporte sobre pneus); SEBRAE (todos os setores, para atendimento a micro e pequenas empresas); SESCOOP (recém-criado, abrangendo cooperativas de prestação de serviços);
- por universidades públicas e privadas, que oferecem, além da graduação e da pós-graduação, serviços de extensão e atendimento comunitário;
- por escolas e centros mantidos por sindicatos dos trabalhadores;
- por escolas e fundações mantidas por grupos empresariais (além das contribuições que fazem ao Sistema S ou utilizando isenção de parte da contribuição devida ao Sistema);
- por organizações não governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional;
- pelo ensino profissional livre, concentrado em centros urbanos e pioneiros na formação a distância (via correio)”.

³ Esse Decreto regulamenta os artigos 39 a 42 da LDB/96, servindo ainda de base para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico através do Parecer CEB nº 16/99 e Resolução nº 04/99.

Com base em dados do Censo de Educação Profissional, Manfredi (2002) esclarece que essa rede é composta de 3.948 instituições de ensino, sendo 67,3% mantidas pelo setor privado e 32,7% pelo setor público. A Educação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem é executada, majoritariamente, pelo setor privado, entretanto, o Ministério da Saúde (2003) considera que entre a relação do total de cursos e de alunos matriculados na área de Enfermagem, pode ser observada uma maior procura por cursos públicos, apontando assim para uma potencial demanda reprimida, dada a menor oferta de cursos públicos no País. De início, o setor privado marcou presença na Educação Profissional, de modo geral, mediante iniciativas agenciadas por congregações religiosas, como a das escolas salesianas e a do movimento circulista⁴, e finalmente, mediante as iniciativas de empresários mantenedores de escolas profissionalizantes livres.

O setor privado compreende diferentes tipos de entidades: o Sistema S, as entidades de ensino profissional livre e organizações da sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores, de empresários, ONGs, associações comunitárias leigas ou confessionais⁵. O setor público é composto da rede de escolas técnicas mantidas pelas três esferas jurídico-administrativas – federal, estadual e municipal. Como se vê, o setor privado ocupa posição de relevância na rede, principalmente no nível técnico médio, onde se reconhece que o Sistema de Saúde está intimamente ligado à formação profissional, nomeadamente na área de Enfermagem.

1.1.1. Caracterização do Curso Técnico de Enfermagem

Os cursos de Educação Profissional que têm correspondência na Lei do Exercício Profissional de Enfermagem são os de auxiliar e o de técnico de Enfermagem. No primeiro caso, exige, na matrícula, a conclusão do Ensino Fundamental, conferindo, ao final do curso, certificado de qualificação profissional de auxiliar de Enfermagem. No segundo caso, requer que o aluno esteja cursando ou já tenha concluído o Ensino Médio, conferindo diploma de habilitação profissional de técnico de Enfermagem. Nesse sentido, de acordo com a nova

⁴ O movimento circulista propunha instruir e instituir uma identidade cristã católica, por meio da criação de escolas, pelos membros da Igreja, para os operários, tendo como objetivo afastar, do que classificam como leituras perigosas do socialismo e das ideologias subversivas, os operários (Gonçalves, 2001, p. 10).

⁵ As instituições confessionais são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação religiosa e ideológica específica (Idem).

legislação, o curso de auxiliar de Enfermagem não é um curso de Educação Profissional de nível básico.

Acerca dessa questão, o Parecer 10/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação [CEB/CNE] torna claro que os cursos de qualificação de auxiliar de Enfermagem de nível básico não estão sendo autorizados pelos Conselhos Estaduais de Educação, por se tratar de uma profissão regulamentada e formalmente reconhecida⁶ e de ser uma ocupação que lida, diretamente, com a população em situações de risco. Esse Parecer, reconhecendo-o como curso de Educação Profissional de Nível Técnico, exige como requisito mínimo para a matrícula, a conclusão do Ensino Fundamental.

Por essa nova orientação, é oferecida, pelo Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem [PROFAE] do Ministério da Saúde, a qualificação profissional de técnico de Enfermagem, bastando, para isto, curso de complementação da carga horária teórica e prática. Essa modalidade de curso confere certificado, e não diploma, de qualificação profissional de nível técnico, com validade nacional, desde que o plano de curso seja devidamente aprovado pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino e, por este, inserido no Cadastro Nacional de Nível Técnico organizado pelo MEC (Ministério da Saúde, 2003).

Inicialmente, o PROFAE tinha como propósito trabalhar com duas modalidades de formação: a Complementação do Ensino Fundamental [CEF] e Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem [QP]. Considerando o movimento crescente de qualificação dos trabalhadores e das exigências advindas das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, o Projeto incorporou a modalidade do Curso de Complementação da Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem para Técnico em Enfermagem [CQP]. Esse Curso é destinado aos auxiliares com Ensino Médio concluído e que estivessem empregados em estabelecimentos de saúde de média e alta complexidade (PROFAE, 2002). Nessa conjuntura, a incorporação da modalidade CQP foi ao encontro da política pública vigente na área da saúde, uma vez que são necessários, para a organização dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção, profissionais qualificados e especializados para o desenvolvimento de ações de média e alta complexidade.

Frente a isso, cabe destacar que, a partir da Lei 9.394/96, designada como Lei das Diretrizes e Bases da Educação [LDB], as instituições federais, públicas e privadas, em nível nacional, que atuam com o Ensino Profissional de nível técnico, deverão ter organização

⁶ Reconhecida pela Lei Federal nº 7.498, de 25/6/86, e Decreto Federal nº 94.406, de 8/6/87.

curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecido de forma concomitante ou sequencial a este. Esses cursos técnicos, segundo a LDB/96, poderão ser organizados em módulos (artigo 8.º) e “estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional” (§ 1.º do artigo 8.º). E mais: “os módulos poderão ser cursados em diferentes instituições credenciadas” (§ 3.º do artigo 8.º) com uma única exigência: que “o prazo entre a conclusão do primeiro e do último módulo não exceda cinco anos” (§3.º do artigo 8.º).

De modo geral, as escolas voltadas à formação do profissional em Enfermagem são organizadas da seguinte forma: direção, secretaria escolar, departamento administrativo e financeiro e uma coordenação pedagógica. Têm como finalidade e missão institucional promover a profissionalização nos serviços de saúde, inserindo aqueles que não possuem qualificação profissional para exercer ações na área de Enfermagem, procurando formá-los de acordo com os novos modelos assistenciais. O corpo docente é constituído por profissionais da saúde, sendo a maior parte enfermeiros, com escolaridade até a graduação, existindo, também, minoritariamente, profissionais com pós-graduação (Pereira & Ramos, 2006).

Uma das principais referências para os currículos da Educação Profissional em Saúde centra-se na pedagogia das competências, introduzida com o objetivo de reconhecer e valorizar a qualificação real do trabalhador, constituindo-se, além da dimensão cognitiva, mais no ‘saber-ser’ do que no ‘saber-fazer’. Em termos conceituais, Pereira e Ramos (2006) explicam que se buscou (re) construir a noção de competência numa perspectiva contrária àquela que tem predominado na organização de sistemas de competências profissionais, de corte funcionalista e condutivista. Essa noção foi, então, redefinida como:

“A capacidade (das pessoas) de enfrentar – com iniciativa e responsabilidade, guiadas por uma inteligência prática do que está ocorrendo e com capacidade para coordenar-se com outros atores para mobilizar suas capacidades – situações e acontecimentos próprios de um campo profissional. Procurou-se relacionar a ideia de desenvolvimento de competências com a ampliação da autonomia dos trabalhadores em saúde para enfrentar os imprevistos dos processos de trabalho, na sua complexidade e heterogeneidade” (Pereira & Ramos, 2006, p. 92).

Sendo assim, a normalização de competências, dispositivo necessário a um sistema que pretende promover e regular o reconhecimento profissional universalmente, “não poderia ser orientada por uma visão tarefaira, operacional ou padronizadora estreita do cuidado” (Pereira & Ramos, 2006, p. 92). Portanto, além da competência formal, de caráter técnico-científico, os trabalhadores de saúde devem desenvolver uma competência política para a

integralização da competência humana para o cuidar profissionalizado, com o intuito de humanizar o conhecimento ao vinculá-lo aos fins político-sociais da profissão.

De forma mais específica, a competência política foi compreendida como o desempenho ético, comprometido com a vida, com o outro [o colega, a equipe, o usuário], com o trabalho humanizado que qualifica a referência formal. A competência política está voltada para os fins históricos e revela-se naquelas atitudes que vão além do que um curso centrado estritamente nas técnicas perfeitas e rápidas possa assegurar, sem significar de forma alguma a negação da importância das mesmas como parte da competência formal necessária (Marques, 2002). A autora afirma, ainda, que esse movimento do ensino por competência profissional está se ampliando, na verdade, como uma estratégia para fazer com que a escola se comprometa também com a prática profissional.

Desse modo, para Santos (2002), o currículo por competências permitiria estabelecer padrões de qualidade na formação de um perfil profissional de acordo com habilidades cognitivas, técnicas e de relações humanas, determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Técnicos na Área da Saúde. Nas diretrizes do Curso de Enfermagem, além das competências exigidas de acordo com a perspectiva de saúde ampliada e do ideário do Sistema Único de Saúde [SUS] ⁷, destacam-se: compreender a natureza humana; a ciência/arte de cuidar como instrumento de interpretação profissional; atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos. De acordo com essas propostas, os cursos, nessa área, devem considerar o perfil do formando, competências e habilidades, entre outros fatores, com o objetivo de levar os alunos a aprender a aprender, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção, a qualidade e humanização do atendimento.

Isso requer uma qualificação que contemple múltiplos aspectos, como: habilidades cognitivas, comunicacionais e de inter-relação com clientes e demais trabalhadores, apresentando iniciativa e criatividade, desenvolvendo a capacidade de trabalhar em grupo com competência para avaliar o produto do seu trabalho e tomar medidas para melhorar sua qualidade. Essas Diretrizes propõem que o profissional de Enfermagem tenha uma visão holística, ou seja, veja o paciente/cliente como um todo, e que esteja preparado para atuar em diversas situações cotidianas.

⁷ Amparado por um conceito amplo de saúde, o SUS foi criado, em 1988, pela Constituição Federal do Brasil, para ser o sistema público de saúde dos brasileiros. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

O profissional da Enfermagem com formação de nível técnico, por exigência legal, só pode exercer sua profissão se tiver inscrição aprovada no Conselho Regional de Enfermagem. Nesse sentido, fica condicionado ao cumprimento do Código de Ética profissional da área em questão, o qual é explícito no que diz respeito ao exercício profissional voltado para a promoção da ética, cidadania e humanização. Tal Código consiste num conjunto de orientações que proporciona referência para o profissional de Enfermagem se manter ciente de seus direitos e deveres.

Destaca-se que a Educação Profissional deve estar orientada aos problemas relevantes da sociedade, de modo que a seleção de conteúdos essenciais precisa ser feita com base em critérios epidemiológicos e nas necessidades de saúde. No entanto, Feuerwerker (2003) diz que é importante se notar que ainda existe, por parte dos estudantes de Enfermagem, uma grande confusão entre a profissão escolhida e as características do curso e do mercado. Por esse motivo, se torna um indispensável às escolas de educação profissional, que desenvolvem esta modalidade formadora, quando do planejamento de turmas de técnicos de enfermagem, organizar sua proposta pedagógica baseada na perspectiva de uma relação dialógica entre os sujeitos do ato educativo.

1.1.2. Relação Pedagógica

Falar em relação pedagógica remete à compreensão do significado e do sentido que reveste a palavra relação, de origem latina ‘relatione’, cujo significado “vinculação, ligação, referência” (Ferreira, 1999, p.1735) pressupõe uma ação com a presença de mais de um elemento. Esses sujeitos têm, em comum, alguma especificidade, um ponto em torno do qual se sentem atraídos, para juntos encontrar uma nova possibilidade de ser. Nesse sentido, o ponto de atração [referência] que une professor e alunos é o conhecimento. Já a palavra pedagógica, de origem grega ‘paidagogikós’, é um adjetivo que diz respeito à pedagogia, ou seja, “[...] teoria da ciência, da educação e do ensino; [...] profissão ou prática de ensinar” (Ferreira, 1999, p.1523).

Partindo-se do pressuposto que o sentido de ligar ações, modos, formas, atitudes, estratégias, ideias, pensamentos, conhecimentos e saberes, entre pessoas, passa ser uma relação, o significado de relação pedagógica configura-se como o “conjunto de relações sociais que se estabelecem entre o educador e aqueles a quem educa”, as quais, “introduzidas

pelo ato educativo”, permitem à criança, ao adolescente ou adulto, se descobrir, evoluir e se estruturar (Postic, 1990, p. 92).

A relação pedagógica é uma relação de aprendizagem entre professor e estudante, ou seja, é toda relação que tem como intencionalidade a ação de ensinar e de aprender, num movimento contínuo dos sujeitos que têm em comum a aprendizagem. Por sua vez, o verbo aprender deriva de apreensão, do latim ‘prehensio-onis’, que designa o ato de segurar, agarrar e apanhar, prender, fazer entrar, apossar-se de. Assim, pode-se conceituar aprendizagem como sendo a ação de apropriar-se de conhecimentos ainda não habitados por nós e que se faz necessário ‘agarrar’ para que se tenha domínio dos mesmos (Chervel, 1990).

Em se tratando da relação pedagógica, de acordo com Tardif e Lessard (2005), esta pode ser representada por uma tríade de elementos que interagem entre si: professor, alunos e conhecimento. E, a sala de aula é o lugar onde se concentram as vivências dos professores e estudantes na luta e labuta pela construção do conhecimento. Nesse espaço pedagógico, professor e alunos se encontram com o conhecimento para pesquisar, desvelar, duvidar, compreender, conhecer, objetivando o renascimento do conhecimento tanto dos sujeitos quanto do próprio conhecimento.

Conforme se identifica, a relação pedagógica para se efetivar, necessita de um espaço físico e social determinado, que é a sala de aula. Mas, esse espaço não foi sempre como é hoje. Ele passou por diversas transformações resultantes de uma longa história que pode ser traçada, no Ocidente, desde pelo menos o século XVI, e, apesar de se ter fixado em certo formato que parece consagrado e quase imutável, a sala de aula está e esteve sempre em processo de mudança (Tardif & Lessard, 2005).

Do vestíbulo das catedrais no fim da Idade Média ou da casa paroquial nos tempos da Reforma, passando pelo grande salão onde se ministravam aulas por meio do ensino mútuo, no século XIX, até chegar à sala de aula, hoje, denominada tradicional, e às suas críticas e reformulações, o espaço da relação pedagógica passou por diversas formas materiais e comunicacionais. Cada uma dessas modalidades de arranjo espacial trouxe, em si, algumas limitações e condicionantes para a atividade pedagógica, o que acabou determinando modalidades também distintas de relação pedagógica e de exercício didático (Tardif & Lessard, 2005).

Reportando aos cursos de Enfermagem, uma vez que estes vêm repensando seu modelo de formação, mais intensamente, desde as últimas décadas do século XX até o momento, torna-se indispensável evidenciar: a atual situação do mercado de trabalho; as

competências necessárias ao pessoal de Enfermagem de nível médio e superior; o processo de mobilização e participação nas entidades de classe; e o seu papel na implementação do SUS. No entanto, Bagnato (1999) destaca que a trajetória das práticas pedagógicas dominantes, ao longo do tempo, em muitos cursos nessa área, denuncia o predomínio de um modelo tradicional, que nem sempre possibilita uma formação crítica e reflexiva dos profissionais.

Assim, tem se tornado patente que, na realidade do curso de Enfermagem, emerge a compreensão de que o processo da prática reflexiva entre enfermeiros-docentes, à semelhança do que ocorre em outras áreas profissionais, também merece discussões e algumas pesquisas no meio. Isso porque se constata, principalmente, a necessidade de reflexões filosóficas e reencaminhamentos didático-metodológicos que venham atender às expectativas da cultura pedagógica postulada para o novo milênio, conforme estabelecido na LDB 9394/1996, relativamente a se estimular à formação de profissionais capazes de exercitar o espírito científico e o pensamento reflexivo (Bagnato, 1999).

Partindo da afirmação de Freire (2005, p.141) de que os homens são seres da práxis, são seres do “quefazer”, que emergem do mundo, objetivam-no e podem transformá-lo com seu trabalho, onde “o quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação”, apreende-se que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas. “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática” (Freire, 1996, p.22), sustentando o autor que:

“[...] quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado” (Freire, 1996, p.23).

Como se vê, as contribuições do pensamento de Freire (2005) reafirmam a consistência das Diretrizes Curriculares, quando estas afirmam a importância da inserção do aluno nos serviços de saúde, o protagonismo dos estudantes no processo ensino-aprendizagem e a valorização de competências que ultrapassam habilidades técnico-científicas. Tudo isso permite se relacionar a integração entre teoria e prática com a integração entre ensino e serviço de saúde. E, em referência à integração, cabe salientar que se trata de uma parceria e da produção de conhecimento que ocorre simultaneamente. Assim, o aprender fazendo e a reflexão crítica sobre a prática potencializam tanto a teoria quanto a experiência adquirida no serviço.

As relações pedagógicas, nesse entendimento, requerem mais que reprodução de conhecimento, elas exigem produção de consciência. E, essa peculiaridade de relacionamento precisa ser uma exigência na formação do professor, na profissionalização e na prática dele mesmo, daí decorrendo a indissociabilidade, enquanto um dos princípios da relação pedagógica, porque não se produz consciência sem ética. A indissociabilidade reclama pela capacidade de construção do eu e do outro no exercício da alteridade. Exercício, por sinal, exaustivo entre professor e aluno na construção do pensamento superior, aqui entendido como pensamento criador. É nesse princípio que se sustenta ‘o saber fazer’ que, para Sacristán (1999), deve ser codificado sobre o desenvolvimento de ações conectadas às reais necessidades de ambos, professor e estudante, nas suas situações e condições de vida.

O princípio da indissociabilidade, como diz Sacristán (1999, p. 73), está na prática que, como “cristalização coletiva da experiência histórica das ações, é o resultado da consolidação de padrões de ação sedimentados em tradições e formas viáveis de desenvolver a atividade”. Essa fundamentação teórica justifica a prática como sinal cultural e, se isto se constata, a indissociabilidade entre formação, profissionalização e prática, é um fato que não se dissipa, nem se pode fazer desaparecer. Esse princípio reside na lógica da profissionalização, ou seja, na construção da individualidade de atuação, na construção da postura e da ética pessoal. A condição para a constituição da identidade profissional assenta-se em atributos culturais que se inter-relacionam no campo da formação e da prática.

Para Brzezinski (2002, p. 09), a identidade profissional configura-se como uma identidade coletiva. Ela explica que:

“A identidade construída pode ser pessoal ou coletiva. A primeira é configurada pela história e experiência pessoal e implica um sentimento de unidade, originalidade e continuidade, enquanto que a segunda é uma construção social que se processa no interior dos grupos e das categorias que estruturam a sociedade e que conferem à pessoa um papel e um *status* social”.

Essa prerrogativa da identidade ser construída pela personalidade e, ao mesmo tempo, pela coletividade, se faz na ação de ensino/aprendizagem. No entanto, de modo geral, percebe-se que os alunos têm demonstrado dificuldades de aprendizado por não compreenderem conteúdos, por não possuírem conhecimentos básicos, por não concordarem com a didática utilizada pelo professor, bem como por apresentarem dificuldades de relacionamento com o docente. Acredita-se que isso ocorre, em princípio, dada a falta de

conhecimento, tanto do professor como do aluno, sobre o significado real do processo ensino-aprendizagem.

1.1.3. Processo Ensino-aprendizagem

Para se entender a prática docente e o ensino do cuidado, faz-se necessário conhecer as diferentes tendências pedagógicas presentes no ensino, no Brasil, e que acabam influenciando a forma de ensinar Enfermagem. São elas, segundo Ito et al. (2006): Pedagogia Liberal, que inclui as pedagogias Tradicional, Renovada Progressista, Renovada Não diretiva e Tecnicista; Pedagogia Progressista, compreendendo as pedagogias Libertadora, Libertária e Crítico-social. Para melhor compreensão das mesmas, cada uma será explanada a seguir.

A Tendência Liberal Tradicional possui a função de preparar os indivíduos, intelectual e moralmente, para o desempenho de papéis sociais. Nessa pedagogia, o conhecimento é uma verdade absoluta repassada aos alunos. Utiliza-se o método de exposição verbal da matéria, exigindo do aluno atitude receptiva e mecânica, independente de sua idade. Há o predomínio do saber, da autoridade do professor e da imposição de regras, face à passividade do aluno (Ito et al., 2006).

Na Tendência Liberal Renovada Progressista, a escola assume a função de adequar-se às necessidades individuais, sendo o conhecimento concebido como resultado da ação e das vivências do indivíduo. Caracteriza-se pelo método de ensino baseado em motivação, experiências, solução de problemas e no aprender fazendo, e vê o professor como alguém que auxilia o desenvolvimento do aluno (Ito et al., 2006).

A Tendência Liberal Renovada Não Diretiva baseia-se na busca de conhecimentos pelos próprios alunos e na formação de atitudes. O professor assume o papel de facilitador da aprendizagem e parte do pressuposto que a modificação da percepção em relação à realidade garantirá a aprendizagem do aluno. É denominada de Pedagogia Não Diretiva baseada no pressuposto epistemológico do apriorismo, ou seja, sem prioridades, legitimando um regime de 'laissez-faire' (Becker, 2001; Ito et al., 2006).

Na Tendência Liberal Tecnicista, a escola desempenha o papel de modeladora do comportamento humano, tendo como principal objetivo a produção de indivíduos preparados para o mercado do trabalho, baseada no repasse de informações precisas, rápidas e objetivas, privilegiando a transmissão e recepção de informações e sua fixação pelo aluno. Esse é o

modelo de Pedagogia Diretiva baseada no pressuposto epistemológico de sujeito e objeto, em que o sujeito [professor] é o detentor do saber, elemento central do conhecimento e, por sua vez, o objeto [aluno], ‘é tudo o que o sujeito não é’ (Becker, 2001).

Por volta da década de 1970, começou-se a observar uma mudança no modelo de ensino para a Pedagogia Progressista que pretendeu analisar criticamente as realidades sociais e políticas do Brasil. Observou-se o surgimento das tendências Libertadora, Libertária e Crítico-social. A Libertadora, que tem como foco a atuação na Educação não formal, busca levar professores e alunos a um nível de consciência da realidade em que vivem, com vistas à transformação social (Ito et al., 2006). A metodologia de ensino baseia-se no diálogo, na relação de igual para igual e na resolução das situações problemáticas. Esta tendência tem, em Paulo Freire, sua figura de maior expressão.

Outra tendência, oriunda da Pedagogia Progressista, foi a Libertária, na qual a escola influencia na transformação da personalidade do indivíduo, libertando-o e tornando-o capaz de autogerenciar sua vida. Os conteúdos são apresentados, mas não exigidos, a aprendizagem se dá informalmente.

Já na Tendência Progressista Crítico-Social ocorre a compreensão de que a educação tem como tarefa primordial a difusão dos conteúdos vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais, podendo a escola contribuir para eliminar a seletividade social tornando-se democrática. A metodologia de ensino privilegia a aquisição de conhecimentos vinculados à realidade social, o professor colabora, mediando a busca da verdade pelo aluno, incentivando o interesse e o envolvimento deste com o seu aprendizado. Essa pedagogia também recebe o nome de Relacional, fundamentada no pressuposto epistemológico de que o professor utiliza-se do seu conhecimento e saber para incentivar a construção do conhecimento com base nos aspectos culturais (Becker, 2001; Ito et al., 2006).

Em relação às práticas pedagógicas presentes no ensino de Enfermagem, no Brasil, as quais, por sua vez, determinam as práticas educativas vinculadas à docência nesta área, cabe salientar que, historicamente, a formação acadêmica do enfermeiro está direcionada a aspectos técnicos necessários à profissão baseada no repasse e transmissão de conteúdos ao aluno (Waldow, 2009). Embora muitos enfermeiros desempenhem a função docente, ao observarem-se os currículos de cursos de Enfermagem, percebe-se a ausência de disciplinas que se destinem a subsidiar a formação para a atuação na área acadêmica, bem como não se observam elementos pedagógicos como conteúdos curriculares obrigatórios.

Até a década de 1980, no país, alguns cursos de Enfermagem contavam com disciplinas denominadas *Didática aplicada à Enfermagem* que se responsabilizavam por ministrar conteúdos voltados à questão de método e planejamento de aula, representando a maior aproximação com conteúdos pedagógicos. Além disso, os cursos de Licenciatura encarregavam-se da formação de professores para Educação Básica ou, no caso da Enfermagem, da formação técnica (Waldow, 2009).

Na concepção desse autor, quanto à prática pedagógica, embora a disposição atual volte-se para uma tendência libertadora e emancipatória, percebe-se certa dificuldade dos docentes de Enfermagem na execução prática deste pressuposto. Observa-se, ainda hoje, uma aproximação com a tendência liberal tecnicista pautada pelo espírito de moldar o aluno aos padrões de conhecimento e comportamento, objetivando a produção de indivíduos para atender às demandas do mercado, com base na transmissão de conteúdos, de forma rápida e objetiva. Ao analisar minuciosamente as práticas pedagógicas e educativas presentes no ensino no Brasil e, conseqüentemente na Enfermagem, Waldow (2009) salienta a predominância do modelo tradicional que dificilmente permite ao aluno e ao professor uma construção crítica e reflexiva.

Corroborando esse entendimento, Monteiro (2003) observa que há uma lacuna na formação do enfermeiro, ou seja, o ensino oferecido aos profissionais vai de encontro à realidade de atuação, levando-se em conta a resposta que vem sendo dada pelos profissionais em sua prática assistencial, em decorrência de um ensino dicotomizado. O aluno de Enfermagem, por vezes, se torna um profissional fracionado, ou seja, um profissional que possui dificuldade de visualizar o todo, não consegue observar o cliente/paciente como um ser humano complexo, bem como a unidade em que atua e os diversos profissionais envolvidos na assistência, por isto presta uma assistência que não vai ao encontro das necessidades do paciente.

Não obstante, observa Waldow (2009) que há uma crescente tendência progressista, a qual busca caminhos de superação da Pedagogia tradicional e conservadora a partir da aproximação com outras ciências como a Sociologia, Filosofia, Psicologia e História. As novas demandas para o ensino e aprendizagem, nessa área, apontam para uma perspectiva interdisciplinar de diálogo com outras áreas de conhecimento, o que implica, necessariamente, o abandono, a saída de um sistema estanque cartesiano de departamentalizar os diferentes saberes.

Nesse contexto, o professor deve ser um comunicador que desperte o interesse dos discentes e considere os aspectos psicológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Ele não deve deter-se apenas em codificar sua mensagem, como comumente se faz, mas torná-la decodificável para o aluno, preocupando-se com a reação deste. Sendo assim, o professor precisa ter a capacidade de perceber a reação do outro e ser sensível nas relações humanas. A conduta do professor pode influenciar de modo positivo ou negativo no processo ensino-aprendizagem do aluno, despertando seu interesse quando se preocupa não apenas em transmitir alguma mensagem, mas em entender os códigos conhecidos por estes e tentar codificar estas mensagens de acordo com os códigos já anteriormente conhecidos (Rocha & Silva, 2000).

Além disso, cada professor precisa ser único em sua forma de montar estratégias de ensino que terão influência, positiva ou negativa, na apreensão de conhecimento pelo aluno em sala de aula. De modo geral, ensinar designa a atividade do professor e o conceito de ensino refere-se à interação professor-aluno, tendo como produto final a aprendizagem. Ensinar e aprender exige, tanto do professor como do aluno, competência, habilidade, disponibilidade e iniciativa. Portanto, é relevante indagar/reconhecer o significado do papel do professor e conhecer os requisitos essenciais para o profissional da educação e do ensino, de acordo com Castro e Silva (2001).

Partindo-se do pressuposto que qualquer modelo, plano ou sistema de ensino-aprendizagem deve considerar as diferenças individuais, habilidades, experiência prévia e estilos de vida, o papel do professor: (a) é de facilitador da aprendizagem dos alunos; (b) não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender; (c) não é transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira conhecimentos; (d) não é fazer brilhantes preleções para divulgar a cultura, mas organizar estratégias para que o aluno conheça a cultura existente e crie cultura (Rocha & Silva, 2006).

Para Rocha e Silva (2006), o processo ensino-aprendizagem deve levar em consideração o conhecimento apreendido pelo aluno em seu dia a dia e no relacionamento com outras pessoas. Por conseguinte, no Curso de Enfermagem, o processo ensino-aprendizagem deve ocorrer na mesma direção: professor e aluno devem compreender a atenção à saúde, podendo utilizar como metodologia as experiências anteriores do discente, vivenciadas na prática ou conhecimentos adquiridos por meio de estudo/leitura ou, o que seria mais adequado, a utilização de ambos. Assim, no campo da Enfermagem, já se mostra visível um movimento no sentido da superação de paradigmas que colaboram com a reprodução do

modelo social vigente que, via de regra, tem se mostrado, cada vez mais, excludente e, portanto, incompatível com as demandas da sociedade.

Segundo Bagnato (1999), revela-se a possibilidade de desenvolvimento de uma nova prática educativa em Enfermagem, assim como em outras esferas educacionais, mais comprometida com a sociedade e, necessariamente, mais igualitária. Com os valores sendo repensados e as transformações ocorrendo vertiginosamente, não é possível manter os moldes tradicionais de ensino, pois estes deixam de corresponder às necessidades atuais do educando, tendo-se em vista prepará-lo para atuar no mundo em transformação. Para tanto, é preciso considerar o desenvolvimento da capacidade de análise e crítica das pessoas, a fim de instrumentalizar o processo de mudança interior de cada um.

Em relação à Enfermagem, há necessidade de enfatizar esta premissa, considerando o papel que o enfermeiro tem assumido, tanto junto à equipe de enfermagem, na equipe multiprofissional, como nos três níveis de gestão da saúde pública, no Brasil, onde sua atuação tem sido cada vez mais evidente. Da mesma forma, é inegável a influência que o cenário sociopolítico exerce sobre o ensino, no âmbito das políticas educacionais e na própria relação entre as pessoas envolvidas, especialmente no relacionamento professor-aluno, influência esta que pode ser considerada como fundamental no processo ensino-aprendizagem (Stacciarini & Esperidião, 1999).

Atualmente, discutida tanto pelo meio acadêmico quanto pela própria população em geral, a tendência de tornar o Ensino Médio de Enfermagem menos tecnicista com vistas a formar um profissional mais crítico e criativo, se constitui um grande desafio para os profissionais engajados na formação desse pessoal. Essa nova realidade impõe questões importantes, nas quais se inclui o custeio da atividade, que envolve a qualidade do ensino prestado pelas escolas da rede privada. Isso porque, no cenário brasileiro, as instituições de ensino particular podem ser afetadas pela inadimplência, avaliada como um dos maiores problemas a ser enfrentados por elas, tendo em vista o desequilíbrio financeiro que pode provocar, caso não esteja preparada para controlar a situação.

CAPÍTULO 2 – INADIMPLÊNCIA

A inadimplência, questão discutida no meio empresarial, é incluída no segmento educacional em virtude da incerteza de recebimento do pagamento pela prestação de serviços educacionais. Na escola, assim como tantos outros estabelecimentos, a inadimplência se constitui um processo que merece especial atenção de seus gestores, afinal, é de uma boa saúde financeira que depende a qualidade de ensino através dos investimentos realizados continuamente. Nesse enfoque, o objetivo deste Capítulo é, justamente, abordar a questão da inadimplência e da qualidade no setor educacional, visto que as instituições privadas dependem das mensalidades escolares para cumprir os compromissos e reinvestir na melhoria de seus cursos. Aqui, busca-se, portanto, fornecer o conhecimento das características desse risco educacional, especificamente em cursos de Enfermagem.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA NAS ESCOLAS PRIVADAS

O escopo da educação, definido pelo art. 205 da Constituição Federal de 1988, consiste em proporcionar ao aluno a qualificação necessária à prestação do trabalho e a preparação para o exercício da cidadania, permitindo o desenvolvimento das aptidões, potencialidades e da própria personalidade do educando. A Constituição brasileira trata a educação como serviço público em sentido amplo e esta natureza pública define-se pelo fato de o ensino ser prestado à sociedade para satisfazer uma pretensão eminentemente coletiva, que transcende o plano individual (Goron, 2012).

Nesse artigo, fundamentalmente, fica claro que a educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, sendo um dever do Estado e da família. Mas, a despeito do direito à educação corresponder ao dever do Estado de oferecer e manter o ensino público obrigatório e gratuito, a coexistência da prestação do ensino por instituições públicas e privadas encontra-se expressamente prevista no art. 206, III, da Constituição Federal. Já em seu art. 209, *caput*, I e II, e art. 206, VII, a Constituição brasileira resguardou aos agentes privados um papel expressivo no que concerne aos serviços educacionais. O artigo diz o seguinte: “O ensino é

livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I- cumprimento das normas gerais da educação nacional; II- autorização e avaliação da qualidade pelo poder público”.

Por esse artigo, apreende-se que fica determinado que o ensino só poderá ser explorado, pela iniciativa privada, mediante autorização de avaliação por parte do Poder Público, mais especificamente do MEC. Com efeito, o texto constitucional abriu o ensino à iniciativa privada, submetendo a atividade das instituições particulares de ensino à autorização e à avaliação de qualidade, pelo Poder Público, e à observância de normas gerais de educação.

Há de se destacar, de acordo com Teixeira (2005), que durante muitos anos, e ainda nos dias de hoje, em algumas regiões brasileiras, as instituições de ensino foram e são vistas como entidades sociais que têm a missão de somente trazer benefícios para as comunidades em que estão situadas, por conta de uma demanda que o Estado não consegue suprir integralmente. Segundo essa visão, elas substituem as responsabilidades constitucionais do poder público. Assim, se acreditou que o direito de acesso e permanência na escola obrigava o estabelecimento particular a aceitar a matrícula de qualquer aluno que se candidatasse para usufruir de seus serviços, independentemente de que este tivesse ou não condições econômico-financeiras para tanto.

Todavia, os tribunais consolidaram a posição de que a escola particular não é obrigada a aceitar toda e qualquer pessoa que queira estudar (Rodrigues, 2004). Isso porque, as instituições de ensino privadas brasileiras, além da concorrência oriunda do salto no número de instituições existentes, têm um fator limitador no que se refere ao financiamento. A alocação de recursos públicos às instituições privadas é vedada pelo artigo 213 da Constituição Federal, que abre exceção apenas às instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas, permitindo, ainda, a destinação de recursos à pesquisa científica. Como as instituições privadas estão mais voltadas para o ensino, a principal forma de financiamento se dá através da cobrança de mensalidades.

Conforme Linhares (2004), o fato de o ensino ser considerado um direito fundamental poderia suscitar, à primeira vista, uma incompatibilidade com a sua comercialização no mercado. Contudo, a observação atenta do marco regulatório do ensino na Constituição de 1988 demonstra, na realidade, estar-se na presença de dois distintos serviços enfiados sob o mesmo rótulo: educação. Nesse sentido, a referida autora pondera que a correta identificação e distinção dessas situações são essenciais para afastar qualquer perplexidade no tratamento da matéria.

No seu sentido estrito, a educação nem sempre constitui serviço público, pois inexistente sobre ela um monopólio do Estado, podendo, portanto, o serviço ser desenvolvido pela iniciativa privada, no exercício de atividade econômica regulada. É apenas o ensino prestado pelas instituições do Estado que materializa um serviço público em sentido estrito. Serviços públicos, conforme é sabido, distinguem-se pela nota da essencialidade e da necessidade, sendo indispensáveis para a sobrevivência da comunidade e do próprio Estado. São privativos da Administração Pública (Linhares, 2004).

Por seu turno, o ensino ministrado pelas instituições privadas melhor define-se como um serviço de utilidade pública que, diferentemente dos serviços públicos em sentido estrito, permitem a verificação de sua conveniência para a coletividade. A Administração Pública pode delegá-los a terceiros, mediante concessão, permissão ou autorização, devendo, todavia, regular as condições de sua prestação e sobre eles exercer controle, não obstante prestados por terceiros, mediante remuneração. Por outras palavras, o ensino prestado pela iniciativa privada qualifica-se como um serviço de utilidade pública, comparecendo a Administração Pública, neste caso, como gestora e controladora do sistema educacional (Linhares, 2004).

Dessa forma, a educação, em termos gerais, é um bem público e, quando prestada por instituições particulares, converte-se em serviço de utilidade pública demandando, das entidades que a prestam, uma postura que não seja meramente mercantilista, pois, conforme aponta Canclini (2008 cit. por Bittencourt, 2013, p. 77),

“a educação foi cedendo autonomia ao diminuir a importância da escola pública e laica e crescer o ensino privado que, com frequência, subordina o processo educacional às aptidões de mercado e se preocupa mais em capacitar tecnicamente do que formar para aptidões culturais. Em vez de formar profissionais e pesquisadores para uma sociedade do conhecimento, treina peritos disciplinados”.

Assim, vive-se um paradoxo pelo fato da estrutura pública ser de pequena oferta e, ainda, de qualidade razoável no ensino, enquanto o ensino privado, em expansão pela oferta de vagas, demonstra, em sentido geral, a necessidade de montar uma razoável infraestrutura, manter professores titulados e produzir qualidade, requerendo recursos financeiros para sobreviver e, assim, evitar cair no mesmo padrão das instituições de ensino público. O ensino privado tem, destarte, uma função de oferecer o que há de ausente no público. Porém, a manutenção da educação se torna cara por vários fatores, dentre os quais, a questão física e a

conservação dos profissionais, que acabam gerando um custo alto para a escola privada que funciona, também, como uma concessionária do Estado.

Sobre isso, Bezerra (2010, p.1) defende o seguinte ponto de vista: “o empresário educacional tem que ter na sua consciência e vocação o sentido de que a prestação de serviços tem que ser remunerada, para que proporcione a manutenção da empresa e aufera lucros, com intuito de investimentos”. Compreendendo essa dinâmica, fica claro que a inadimplência, caracterizada pelo atraso das mensalidades, afeta o equilíbrio das finanças, comprometendo os bons níveis de qualidade da educação.

Reiterando os conceitos mencionados na parte introdutória deste trabalho, há de se frisar as seguintes definições: “inadimplência é a falta de pagamento; inadimplemento é o termo jurídico utilizado, em regra, para designar uma situação de não cumprimento de cláusula contratual; insolvência é a perda total de capacidade de pagamento” (Teixeira, 2001, p. 19). Cabe esclarecer, segundo Machado (2009), que se entende, normalmente, até 30 dias depois do vencimento de uma parcela ou título como sendo atraso e, após este período, passa a ser considerada como inadimplência, esta, sem dúvida, uma das grandes dificuldades das instituições de ensino e educação.

Mas, para Andrade et al. (2008, p. 3), “a inadimplência ocorre porque o consumidor sofre impactos constantes na sua renda e esses determinam os limites e restrições orçamentárias do consumidor fazendo com que ele perca o controle de suas finanças e estando propício a ser inadimplente”. Em outra perspectiva, Machado (2009) se posiciona no sentido de que existem cinco aspectos que impactam diretamente na inadimplência em educação:

- i) processo de matrícula atribulado;
- ii) não ter quem se dedique somente à cobrança;
- iii) não ter uma política de cobrança;
- iv) ser complacente com os atrasos;
- v) dispensar encargos.

Conforme o autor, a fim de se evitar um processo de matrícula atribulado, torna-se fundamental obter o maior número de informações nesta ocasião, de forma a munir a instituição de ensino em caso de eventual cobrança futura. Além disso, é essencial definir alguém que será responsável por isso, preparado, treinado, com determinada autonomia para cobrar e negociar, tendo em vista que cobrança se faz todos os dias. Machado (2009) sugere que, independente do porte da instituição, ela deve ter regras claras que definam os

procedimentos quanto aos atrasos. Assim, os inadimplentes perceberão que qualquer pessoa que os atenda adotará a mesma postura, porque isto já foi definido na política.

Orienta ainda que, em caso de atraso, a cobrança deve ser realizada, vez que não se deve deixar o tempo passar, pois recebe mais rápido, quem cobra mais rápido. Os devedores pagam primeiro aquele que mais o aborrece, portanto, ser persistente, nesse momento, é um grande ponto favorável. Por fim, conforme preceitua Machado (2009), não se devem dispensar encargos, levando-se em conta que este comportamento só incentiva a inadimplência. Não cobrar encargos significa premiar os devedores e punir quem paga em dia. Há instituições que negociam, facilitam, mas não abrem mão da multa, ainda que seja pequena, caracterizando-se muito mais como uma pressão psicológica do que financeira.

Para Teixeira (2005), mesmo que um atraso seja pequeno, é necessário que a instituição tenha uma atitude proativa no sentido de recuperar este crédito, não permitindo que alguém deixe de honrar um compromisso assumido e, posteriormente, pague como quiser ou quando quiser. Nesse sentido, algumas instituições de ensino estão implementando, com sucesso, a criação de um Departamento de Cobrança, com base no pressuposto de que é imprescindível contar com bons cobradores e conhecedores das técnicas mais assertivas para obter os melhores resultados em um processo de cobrança.

Não obstante, a própria legislação vigente, no país, protege o aluno inadimplente no que diz respeito à continuar o seu estudo durante o semestre letivo, mesmo que esteja com prestações escolares em atraso, o que favorece, de acordo com Teixeira (2005), o estelionato educacional. A Lei 9870/99, que trata especificamente da questão da inadimplência, traz, de forma clara, que o aluno não poderá sofrer qualquer sanção acadêmica, ainda que inadimplente. Assim dita o dispositivo:

“Art. 6º– São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os arts. 177 e 1.092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias”.

No posicionamento de Rodrigues (2004), especialistas entendem que há necessidade de que as instituições de ensino tenham conhecimento de toda legislação geral e, sobretudo, da legislação específica educacional, a fim de que aquelas possam elaborar um plano de

cobrança compatível com a cultura da instituição, com a comunidade local e com base na lei, particularmente a Lei nº 9.870 /99.

Conforme se observa, no caso de inadimplência escolar, a cobrança pela prestação do referido serviço possui especificidades por conta de legislação educacional, com procedimentos diferenciados de outros empreendimentos com atividades de prestação de serviço. Por consequência, se a escola for do setor privado, o pagamento da matrícula, das mensalidades e das taxas, nem sempre é visto com seriedade, até porque é de conhecimento do alunado que podem deixar de pagar. Quando puder efetuar os pagamentos os juros cobrados, por força da lei, são irrisórios traduzindo-se em incentivo ao não pagamento das mensalidades.

Rodrigues (2004) destaca a importância da compatibilidade com a cultura da instituição e da comunidade local para que os métodos a serem adotados pelas instituições de ensino não sejam contraditórios à sua maneira de ser e educar. Fundamentalmente, mais do que recuperar os recursos que deixou de receber, é importante estimular a continuidade de parceria entre a instituição e o aluno. Diz Rodrigues (2004, p. 143):

“Da mesma forma que as Instituições de Ensino elaboram os seus Planos Pedagógicos, de Marketing, de RH, também devem elaborar um plano de ação específico para reduzir a inadimplência. Com o passar dos anos, nota-se que toda atividade a ser realizada, seja pelas Instituições de Ensino, seja por qualquer entidade empresarial ou governamental, deve ser feita de forma sistemática, através de uma metodologia, a qual poderá ser preparada tanto com base na teoria relacionada ao assunto, como na experiência prática da entidade”.

O fato é que as ações planejadas surtem efeito melhor do que as praticadas de forma empírica, ou seja, através de atos que se acha que são mais apropriados ou adequados para atingir um determinado objetivo. Na concepção de Rodrigues (2004), as ações planejadas possibilitam, sobretudo, a revisão dos procedimentos adotados com base em resultados, para poder, a cada ano, melhorar as atitudes, providências e ações que haviam sido planejadas e que foram executadas. Entende-se, portanto, que planejando e implantando as ações de cobrança, as instituições de ensino obterão resultados infinitamente superiores àquelas que tenham sido determinadas de forma não sistemática.

O Novo Código Civil [NCC] aborda a necessidade do contrato formal, classificando-o como requisito essencial para uma cobrança eficaz e legalmente exequível: “Art. 421. A liberdade do contratado será exercida em razão dos limites da função social do contrato”.

Fica claro, portanto, que a liberdade do contratado, ou seja, da escola, enquanto prestadora de serviços, será exercida desde que o contrato esteja em consonância com as aspirações da sociedade, a qual espera ver o contrato cumprido com a sua função social. No que diz respeito ao contrato de serviços educacionais, o legislador entende que a função social desta contratação prevê, principalmente, que os serviços oferecidos sejam de qualidade e a preço justo, sendo permitida a desistência sem ônus excessivo, mas através de procedimento expresse (Rodrigues, 2004).

Contudo, na Lei 9870/99, os parágrafos primeiro e segundo estabelecem que o desligamento do aluno inadimplente somente poderá ocorrer ao final do semestre ou do ano, dependendo da sistemática que a instituição adotar, além de impedir que o fornecimento de documentos relativos ao 'status' do aluno esteja condicionado ao pagamento das mensalidades. Vejamos:

“§ 1º O desligamento do aluno por inadimplência somente poderá ocorrer ao final do ano letivo ou, no ensino superior, ao final do semestre letivo quando a instituição adotar o regime didático semestral.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior deverão expedir, a qualquer tempo, os documentos de transferência de seus alunos, independentemente de sua inadimplência ou da adoção de procedimentos legais de cobranças judiciais”.

Essa mesma Lei determina que somente terão direito à renovação de matrícula, os alunos que estejam em dia com suas obrigações. Para o inadimplente, a matrícula estará condicionada à negociação com a instituição de ensino, que deve dispor de meios hábeis à cobrança, sem que isto venha a acarretar dano à intimidade dos alunos. Reside aí, uma peculiaridade da inadimplência educacional que, além da necessidade de controle administrativo financeiro, necessita da atenção do gestor devido às leis e normas que protegem o cliente/aluno inadimplente.

Holanda Júnior e Mora (2009) analisando os índices de inadimplência registrados pelas instituições de ensino privadas, que já experimentam um ambiente cada vez mais competitivo na busca da sobrevivência e da sedimentação no mercado de ensino, constataram que isto pode se traduzir em desvantagem competitiva, com riscos acentuados de redução de investimentos, sucateamento institucional e, até mesmo, paralisação de suas atividades.

Face a essas consequências, para a redução da inadimplência, são necessárias alterações na legislação, conforme o seguinte entendimento de Figueiredo (2009 cit. por Bareli, Camargo & Giuliani, 2011, p. 528):

“Um setor que depende exclusivamente do pagamento de mensalidades pelos alunos não pode sobreviver com uma inadimplência tão alta. O Congresso Nacional poderia ajudar o setor votando o projeto de Lei 341/2003, atualmente parado na Câmara dos Deputados, que propõe a alteração na Lei nº 9.870, a chamada Lei do Calote”.

Bareli, Camargo e Giuliani (2011, p. 528) complementam: “consideramos adequadas as alterações propostas ao artigo sexto, no sentido de resguardar os interesses dos estabelecimentos particulares de ensino, e de atualizar a lei em pauta, especialmente em relação à superveniente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e ao novo Código Civil Brasileiro”. A alteração na legislação poderá ser um dos fatores que ajudará as instituições particulares a reduzirem as suas taxas de inadimplência e contribuir para as instituições que sobrevivem apenas das mensalidades escolares, a manterem-se saudáveis financeiramente.

Trazendo essa questão para o âmbito das escolas privadas, confessionais ou leigas que ministram cursos profissionalizantes, onde os alunos são responsáveis pelo pagamento dos serviços prestados, observa-se que estas seguem as mesmas regras específicas das demais instituições particulares de ensino para os casos de inadimplência. Sendo assim, Ferreira (2005), ao falar sobre a preocupação quanto à inadimplência educacional, salienta que este é um assunto de interesse de todos os gestores, não apenas pelo seu alto índice, mas pela dificuldade na tomada de decisões quanto à cobrança desses clientes. Como se percebe, a inadimplência é um problema a ser administrado e combatido pelos gestores de qualquer organização, principalmente quando se leva em conta suas consequências para a qualidade do ensino ofertado.

Na opinião de Teixeira (2005), “os gestores educacionais precisam deixar de lado a visão de que negócio é destoante na educação. Qualidade e visão de negócios são, pelo contrário, um amadurecimento do setor. Uma escola precisa ser rentável para poder sustentar boas instalações e profissionais qualificados”.

2.2. CONSEQUÊNCIA DA INADIMPLÊNCIA NA QUALIDADE DO ENSINO

Segundo o dicionário Houaiss (2001, p. 76), a qualidade refere-se:

“a. Propriedade que determina a essência ou natureza de um ser ou coisa; b. Característica inerente; c. Grau negativo ou positivo de excelência; d. Características superior ou atributo distintivo que faz alguém ou algo se sobressair em relação a outros, virtude; e. Estratégia de gestão em que se procura otimizar a produção e reduzir os custos (financeiros, humanos etc.).

Contudo, apesar de se considerar o termo qualidade como uma expressão de entendimento claro e que todos compreendem, na educação vê-se que a mesma é complexa, trazendo, em seu bojo, concepções que envolvem diferentes correntes ideológicas, sendo empregada, em sentido absoluto, tanto para identificar a busca pela melhoria da educação para todos, como da medida na relação custo-aluno. Nesse sentido, do ponto de vista social a educação é de qualidade “quando contribui para a equidade; do ponto de vista econômico, a qualidade refere-se à eficiência no uso dos recursos destinados a educação” (Dourado, 2007, p. 12).

Por seu lado, Enguita (2007) apresenta uma síntese da origem e difusão do termo, mencionando que, inicialmente, a qualidade, no campo educacional, aplicava-se na identificação do montante de custos e recursos humanos e materiais destinados aos sistemas escolares. Os indicadores eram definidos pelo custo por aluno, proporção de gasto público destinado à educação, número de alunos por professor, dentre outros. Acreditava-se que, quanto maior fosse o custo ou recursos humanos e materiais, por aluno, maior seria a qualidade do ensino. Em outro momento, a lógica da produção empresarial privada tornou-se foco, e a qualidade da educação deslocou-se dos recursos para a eficácia do processo, pautando-se na obtenção dos melhores resultados com o mínimo custo.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2001, p. 1):

“a qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo”.

Na concepção de Freire (2001), a educação e a qualidade são vistas por ângulos diferentes, em função de um posicionamento político e ideológico construído historicamente. Segundo esse educador, a escola, o Estado, a família e o setor produtivo apresentam interesses diferentes sobre a educação, assim como anseios diversos em relação à sua qualidade. Do mesmo modo que Freire (2001), diversos autores, tais como Demo (2007), Carvalho (2010), Dourado (2007), dentre outros, apontam que a qualidade da educação, por se tratar de um termo multidimensional, leva à afirmação de que não há uma educação de qualidade em si, mas tantas educações de qualidade quantas sejam as que os diversos grupos sociais possam elaborar e discutir.

De modo geral, no campo da educação, a qualidade implica um juízo de valor concernente ao tipo de educação que se queira para formar um ideal de pessoa ou de sociedade. Assim, atualmente, o conceito se identifica antes com os resultados obtidos pelos alunos, com variada formas de medi-los: índice de retenção, de promoção, número de egressos na educação básica, no ensino superior, comparações internacionais de resultados escolares, identificando-se com a lógica da competição no mercado.

Enguita (2007) destaca que cada nova percepção da qualidade não substitui inteiramente, nem de uma vez, todas as anteriores, apenas afasta as antigas para o lado, mas tendo de conviver com elas, o que permite que setores e grupos com interesses distintos possam coincidir em torno de uma mesma palavra de ordem. Nesse contexto, é fundamental, portanto, não perder de vista que “a qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo” (MEC, 2009, p. 30). Na verdade, a qualidade não é um tema tão novo para o empresariado, que sempre esteve preocupado com esta questão no processo produtivo, embora de variadas formas, ao longo do tempo.

No âmbito das escolas particulares de ensino profissionalizante, a qualidade encontra-se atrelada à eficiência econômica, focando nos possíveis ganhos econômicos que uma educação de qualidade pode gerar a sociedade, sendo inegável o destaque dado à percepção dos resultados escolares por este viés. Em estudos realizados por Werneck (1992), verificou-se que, na realidade, são inúmeros os desafios na formação de profissionais da Enfermagem, destacando entre eles: manter os professores atualizados, falta de material didático, audiovisual, biblioteca, laboratório e campo de estágio adequado.

No tocante ao professor precisar se manter atualizado, Werneck (1992) avalia, como indispensável, que ele se renove e inove, sendo esta uma necessidade do desenvolvimento

profissional para acompanhar os avanços. Para o autor, no que se refere à falta de infraestrutura, o professor precisa lançar mão de recursos como a adaptação e a improvisação, na tentativa de suprir a falta de material didático apropriado para o ensino e aprendizagem. Em consequência, conviver com a falta de material apropriado e indispensável para o ensino, traz muitos transtornos e dificuldades ao trabalho docente, inviabilizando a formação adequada desses novos profissionais. O professor, obrigado a utilizar a improvisação como estratégia para a execução do trabalho, acaba por nivelar o aluno por baixo, já que, muitas vezes, as turmas são numerosas e mescladas.

Werneck (1992) enfatiza o fato de que, em sua grande maioria, os estudantes que buscam o ensino profissionalizante no país, de modo geral, trabalham e estudam. Esse dado indica que se trata de trabalhadores-estudantes, ou seja, pessoas que enfrentam dificuldades inerentes a sua condição de vida, cumprindo cotidianamente dupla ou tripla jornada de trabalho. Fato que se agrava mais no caso específico da Enfermagem, pelo contingente de mulheres inseridas na profissão, muitas delas com afazeres domésticos sob a sua responsabilidade. Acresce-se a isso, a constatação de que muitos alunos estão buscando uma profissão com idade mais avançada, o que, sem dúvida, também é uma dificuldade, pois há necessidade de conciliar família, trabalho e a volta aos estudos. Todo esse quadro é considerado pelo professor, que acaba se envolvendo com toda a problemática enfrentada pelo aluno (Figueiredo & Silva, 1997).

Complementando esse pensamento, Friedlander, Secaf e Matsui (1992) apontam que as dificuldades e expectativas encontradas pelos docentes podem ser assim resumidas: a docência em ensino profissionalizante de Enfermagem é um trabalho importante, exigente, com pouco reconhecimento e 'status' profissional; a realidade é traduzida por baixos salários; pouca perspectiva de progressão na carreira; contrato de trabalho temporário; falta de condições e de infraestrutura para a realização do trabalho.

Sendo assim, as instituições de ensino e educação particulares precisam ter consciência de que são empresas e estão situadas num setor que faz parte da economia brasileira, independentemente de seu papel social. Que precisam sobreviver à concorrência e manter qualidade, necessitando, para tanto, fazer investimentos constantes na sua estrutura. Não se pode fazer isso sem pensar na questão econômica e financeira, pois não há como, sequer, pensar em investimentos sem rentabilidade (Teixeira, 2005). Adquirir e manter qualidade depende da saúde econômica e financeira das empresas, assim como depende, também, de clientes que cumpram com o seu dever de pagar pelo serviço prestado na data do

vencimento. Não há como manter qualidade sem investimentos constantes e, conseqüentemente, sem aporte financeiro adequado ao volume necessário. Não se pode fazer investimentos sem um planejamento adequado e bem acompanhado.

Desse modo, a referência e o critério da qualidade são dados pelo mercado, visando à formação do cidadão produtivo. Segundo Gentili (2007), a euforia atual pela qualidade deriva-se de uma série de transformações profundas que ocorreram no contexto produtivo, dentre as quais se destaca o desenvolvimento de novas formas de direção e gerenciamento. Pode-se dizer que a educação é de boa qualidade quando ela forma pessoas para pensar e agir com autonomia, precisando as escolas de três condições para ser de qualidade: professores bem formados, condições de trabalho e um projeto.

Para se formar bem, o professor precisa ter paixão por ensinar, compromisso, sentir-se feliz aprendendo sempre, possuir domínio técnico-pedagógico, gerenciar a sala de aula, significar a aprendizagem, mediar conflitos, saber pesquisar. Precisa, ainda, ser ético, dar exemplo, pois a ética faz parte da natureza do agir pedagógico. Ser humilde, ouvir os alunos, trabalhar em equipe, ser solidário. A qualidade do ensino depende muito da qualidade do professor. Quanto à escola, ela deve oferecer as condições materiais, físicas, pedagógicas e humanas para criar um ambiente propício à aprendizagem, além de ofertar formação continuada não só ao professor, principalmente para refletir sobre a sua prática, como também à sua equipe. Igualmente, precisa ter um projeto político-pedagógico que valorize não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico (Gadotti, 2013).

A qualidade da educação, como diz Dourado, Oliveira e Santos (2010), é um conceito amplo, complexo e historicamente constituído, portanto em constante edificação. Os autores tratam de algumas questões consideradas fundamentais desse conceito, que se aplicam ao ambiente escolar, tal qual às condições objetivas e subjetivas para os aspectos pedagógicos, de avaliação e de administração escolar, que devem incluir um conjunto de qualidades como: a disposição de recursos não mínimos, mas suficientes para oferecer os insumos indispensáveis às múltiplas necessidades escolares, boas condições de trabalho, de materiais, de infraestrutura, de gestão, entre outros capazes de proporcionar e induzir as escolas à concretização de seus objetivos pedagógicos, à realização de uma função social inclusiva e transformadora, à construção de sujeitos engajados técnica, pedagógica e politicamente.

2.2.1. Qualidade na Formação Profissional

A qualidade na Formação Profissional vem adquirindo maior relevância, passando ser objeto de maior atenção em nível internacional. Para isso, de acordo com Lotz e Grunwald (2012), concorrem diversas razões, entre as quais:

- uma mudança de paradigma, em que a orientação da Formação Profissional passou da oferta para a procura;
- mudanças em nível da governação dos sistemas de Formação Profissional, verificando-se, por exemplo, a devolução de poder [concessão de autonomia operacional] às entidades formadoras da área, tais como, escolas profissionais e institutos politécnicos;
- o aumento da competição, elevando o nível de qualidade;
- a qualidade como meio de melhorar a reputação da Formação Profissional.

No que se refere aos esforços a desenvolver para alcançar o objetivo de garantir a qualidade na formação profissional [FP], Lotz e Grunwald (2012, pp. 8-9) consideram importante ter em conta as seguintes considerações e recomendações gerais:

- “• A qualidade é um atributo que depende da percepção, das condições e que, de certa forma, é subjetivo, podendo ser entendido de forma diferente por diferentes pessoas.
- Os beneficiários /clientes da FP são decisivos - no que toca ao resultado exigido e esperado da FP, assim como em relação à satisfação e aceitação da qualidade fornecida pelos sistemas de FP.
- A qualidade não é um exercício ou projeto pontual – a qualidade é um caminho e um processo contínuo (de melhoria).
- A qualidade não pode ser imposta. O controle da qualidade por si só não conduz à qualidade.
- A qualidade é uma responsabilidade conjunta de todas as partes interessadas e é criada por pessoas competentes e motivadas, comprometidas com a qualidade.
- A qualidade requer uma cultura de transparência, reflexão, aprendizagem e melhoria.
- É crucial ganhar a confiança e aceitação das partes interessadas.
- A chave para o sucesso é uma abordagem movida pelo interesse, participativa, orientada para acordos mutuamente aceites relativa à qualidade.
- É recomendável a identificação e aprendizagem de boas práticas.
- O foco deve ser colocado tanto nos objetivos estratégicos e nos aspectos técnicos (o que fazer?) como também nos aspectos do processo de mudança e de implementação (como fazer?)”.

No âmbito da Formação Profissional, uma área importante é a do resultado esperado, em termos de aprendizagem e qualificações, de acordo com as necessidades e exigências dos

alunos. Porém, no campo do ensino e da formação, o grande desafio que se coloca é o de manter as estruturas institucionais e organizacionais viáveis e eficazes tanto quanto possível, tendo em conta, por exemplo, as capacidades já existentes e potenciais, os recursos financeiros e os horizontes temporais (Lotz & Grunwald, 2012).

Para a qualidade da Formação Profissional, deve-se tomar em conta a qualificação dos professores e formadores, bem como a qualidade e flexibilidade dos métodos e técnicas de ensino-aprendizado, como requisitos fundamentais para alcançar os objetivos de competência e as capacidades profissionais que demandam os sistemas produtivos. A formação profissional deve ser de qualidade tal que impacte positivamente sobre a empregabilidade dos trabalhadores, a qualidade dos empregos, a competitividade da economia e a inclusão social (Carneiro, 2006).

Chega-se, enfim, à conclusão de que as condições fundamentais para a qualidade encontram-se ancoradas em parâmetros rigorosos de aprendizagem e um nível mínimo de investimento. Com isso, modificam-se ou criam-se novas estruturas em educação, tanto pela ampliação de recursos financeiros, como pelo melhoramento da situação funcional de professores, a contratação de pessoal especializado, a aquisição de novos materiais, dentre outros fatores que impactam positivamente no processo de gerir a dinâmica do ensino. Como se vê, a busca pela qualidade do ensino deve passar pelas formas de organização, pelo currículo e métodos pedagógicos em que se assenta a escola, considerando-se que, no seu ambiente interno, é influenciada pelas mudanças políticas, sociais e econômicas que ocorrem na sociedade, bem como pelo seu processo de gestão.

2.3. GESTÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES FORMATIVAS, PROFISSIONAIS E PRIVADAS

O termo gestão, advindo do latim ‘gestio’ que, por sua vez, deriva de ‘gerere’, significando trazer em si, produzir, diz respeito à atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos de uma organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos (Lück, 2009). O conceito de gestão pressupõe o entendimento de participação, isto é, de trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre o seu encaminhamento e agindo sobre elas de forma uníssona, em conjunto. Está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados à ação

construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um todo organizado por uma vontade coletiva (Lück, 2009; Paro, 2007).

Trazendo esse conceito para o contexto escolar, a gestão refere-se ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que asseguram a racionalização dos recursos materiais, humanos, financeiros e intelectuais, assim como a coordenação do trabalho de pessoas. O processo de gestão das escolas, segundo Bordignon e Gracindo (2001), deve ser visto, essencialmente, como o ato de administrar, em diferentes níveis, a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja, isto é, a proposta educacional, tendo como fundamento o paradigma de homem e de sociedade.

Drucker (2004) traz, também, a definição de gestão como uma aplicação ordenada do saber ao saber, ou seja, a gestão vai para além dos processos e resultados, pois o alcance destes implica 'o saber', 'o saber fazer' e 'saber ser'. A convergência dessas definições permite dizer que a gestão é uma atividade que põe em ação o sistema organizacional através de vários procedimentos. Nesses termos, entende-se por gestão, na educação, "o processo político-administrativo contextualizado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada" (Bordignon & Gracindo, 2001, p. 147).

No enfoque teórico de Lück (2009), a gestão constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e os problemas educacionais globalmente, buscando-se, pela visão estratégica e ações interligadas, abranger, tal como uma rede, as questões que, de fato, funcionam e se mantêm organizadas. Como estratégia de intervenção organizadora e mobilizadora, a gestão da escola envolve áreas e dimensões que, em conjunto, tornam possível a realização dos objetivos educacionais.

Segundo Demo (2007), princípios apropriados do conhecimento de administração empresarial vêm sendo adaptados numa conjuntura menos pragmática e um tanto mais humanizada para o contexto educacional, constatando-se que a escola tem assumido o caráter de empresa de negócios, principalmente as particulares, de forma que os dilemas entre ideologia e prática vão se transformando em discussões sobre eficiência e eficácia. Para Robbins (2009), a eficiência visa mais produção para um determinado produto ou serviço. Por outro lado, eficácia, tem a ver com a qualidade e a conclusão de um bem ou serviço. Nessa relação, eficiência significa fazer mais coisas direito, enquanto a eficácia significa fazer a coisa certa.

Evidencia-se, dessa forma, que uma escola privada, dispendo de total autonomia administrativa e financeira para gerir seu processo educacional, pode investir recursos nas estratégias mais adequadas à melhoria de seus resultados. As instituições formativas de Ensino Profissional tendem a seguir o mesmo modelo e a gozar do mesmo tipo de autonomia, principalmente a autonomia financeira. Mas, partindo-se do pressuposto de que as escolas privadas, quaisquer que sejam elas, não podem funcionar sem garantia de recursos, o problema é encontrar uma forma de garantir seu fluxo regular para a manutenção da infraestrutura de ensino-aprendizagem. Desse modo, tanto o planejamento acadêmico quanto o econômico-financeiro são de extrema importância na gestão da escola, porquanto não há como realizar novos investimentos e adquirir rentabilidade sem planejamento (Teixeira, 2005).

Planejar “é estabelecer um roteiro para atingir um determinado objetivo, onde se define, a princípio, quem deve fazer o quê, quando, como, onde e que recursos serão necessários”, dentro de um processo administrativo (Teixeira, 2005, pp. 43-44). O autor deixa patente que, hoje em dia, a gestão de uma escola particular deve ser competente e profissional. Para tanto, é preciso ter controles rígidos, trabalhar as questões de redução de custos, eliminar tarefas duplicadas, procedimentos errôneos, desperdícios e buscar novas fontes de receita. Além disso, ter controles internos bem definidos e organizados, um serviço capaz de fornecer, imediatamente, dados que os gestores necessitem para tomar qualquer decisão.

Em se tratando da inadimplência, percebe-se que seu controle dependerá de uma boa gestão financeira alinhada com o Projeto Político Pedagógico [PPP], o que implica não somente o conhecimento pedagógico, como também de normas jurídicas. As metas e os objetivos definidos nesse documento indicarão como investir para garantir o funcionamento da instituição em condições satisfatórias. No entanto, segundo Costa (2002), geralmente, ao se deparar com setores financeiro e pedagógico de uma escola particular qualquer, nota-se uma falta de prática necessária, por exemplo, para a elaboração, planejamento, orçamento e confecção da política pedagógica. Cada um desses setores, por possuírem uma mentalidade operacional e não estratégica, devido, muitas vezes, ao elevado nível operacional de seus deveres, tende a fechar-se em suas atividades, no seu modo de funcionamento.

Essa mentalidade operacional inclina-se a burocratizar esses setores e, conseqüentemente, a instituição de ensino, fazendo com que seus colaboradores não percebam o fim último da escola, o seu conteúdo. “Nas organizações burocráticas, o como fazer as

coisas é mais importante do que a atividade em si, pois a burocracia coloca a forma acima do conteúdo” (Costa, 2002, p. 26). Assim, é comum conflitos entre a área financeira e a área pedagógica, principalmente se a escola passa por dificuldades financeiras, pois, devido ao avanço tecnológico e à alta competitividade do mercado de trabalho, as demandas dos alunos por constante modernização dos instrumentos pedagógicos são cada vez maiores. Na contramão, com um orçamento mais restrito, o financeiro, muitas vezes, não valida os projetos encaminhados pelo pedagógico. Por conseguinte, o financiamento da atividade é um dos eixos centrais a serem perseguidos pela gestão financeira dessas organizações, para sua sobrevivência e sustentabilidade.

A falta de integração do setor financeiro com o pedagógico permite considerar as escolas como anarquias organizadas e sistemas debilmente acoplados, visto que, algumas delas, têm objetivos pouco claros e pouco assumidos pelos seus atores, cuja participação é variável e insuficientemente definida. Os diversos elementos das escolas, ainda que interligados, estabelecem relações tênues entre si (Costa, 2002). Nesse sentido, há de se buscar melhorar o nível de profissionalização, principalmente da gestão financeira que deve ser considerada com habilidade científica, requerendo alto nível de conhecimento, onde não se comporta improvisação e amadorismo, pois terá que compatibilizar a escassez de recursos com demandas ilimitadas.

Costa (2002) complementa que, em meio a um cenário competitivo de mercados globais, as pressões sociais exercidas de múltiplas formas pela sociedade sobre as instituições de ensino, particularmente sobre o setor privado de ensino, vêm demandando cada vez mais a prestação de serviços educacionais de qualidade e resultados objetivos de formação e capacitação para os educandos, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho.

PARTE II

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

CAPÍTULO 3- METODOLOGIA DA PESQUISA

Inicia-se a segunda parte do estudo, consciente de que o desenho de qualquer pesquisa depende da finalidade e contexto da investigação (Günther, 2006). Quanto à pesquisa, Gil (2010) a define como sendo o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. Assim, para a realização de uma pesquisa, tornam-se necessários métodos e procedimentos precisos, planejamento eficaz, critérios e instrumentos adequados, que inspirem confiança e credibilidade, tanto aos envolvidos no processo, quanto no resultado do trabalho.

Por isso, para o bom desenvolvimento de uma pesquisa, é necessário que se tenha um método, ou seja, uma forma de percorrer o caminho a ser seguido para se chegar aos resultados desejados de uma forma objetiva e racional. Quivy e Campenhoudt (1998, p. 187) afirmam que o método pode ser entendido, em sentido lato, como o “dispositivo global de elucidação do real” e, num sentido mais restrito, como “dispositivo específico de recolha ou de análise das informações, destinado a testar hipóteses de investigação”.

Como afirma Minayo (2000, p.12), o percurso investigativo implica a conscientização de que “qualquer conhecimento é aproximado, é construído”, ou seja, qualquer pesquisa configura um processo de aproximação à realidade. Sob essa ótica, após a revisão da literatura, neste capítulo, será apresentado o método utilizado na presente pesquisa, o qual privilegiou um conjunto de normas, procedimentos e instrumentos, visando assegurar a coerência e a inteligibilidade interna do trabalho, de modo a conduzir à concretização dos objetivos iniciais propostos.

3.1. PROBLEMÁTICA

No Brasil, uma das especificidades das instituições de ensino é a origem de seus recursos financeiros. Sob esse aspecto têm-se dois tipos de instituições: a) as que são mantidas pelo Poder Público - instituições públicas e b) as que se mantêm com recursos próprios – instituições privadas. No entanto, falta aos governantes priorizar a educação,

notando-se que a escola pública está deficiente, o que acaba por provocar uma migração, para a escola particular, de clientes/alunos.

Diante das precárias condições da rede pública de ensino, surgem questões objetivas no que se refere à oferta, no âmbito das escolas da rede privada, de uma Educação Profissional que seja capaz de responder à produção e à atualização do conhecimento tecnológico, atendendo às demandas emergentes e cambiantes do mercado de trabalho. Sendo assim, o estabelecimento privado de ensino profissional assume, enquanto uma organização, o compromisso de atingir o objetivo de satisfazer, de forma eficiente, a proposta de formação de seu cliente. Isso exige investimento constante em pessoal, equipamentos, estrutura, material didático e outros.

Mas, muitos problemas que assolam a maioria das empresas também atingem as instituições educacionais, tais como os elevados índices de inadimplência. O atraso nas mensalidades escolares acarreta complicações financeiras nas escolas privadas, que necessitam recebê-las dos alunos para poderem efetuar os pagamentos dos custos do curso e investir em melhorias, como capacitação docente e infraestrutura. Por conseguinte, a inadimplência passou a ser um componente importante a ser estudado, de acordo com Rodrigues (2004), pelo setor educacional.

Nesse sentido, os estudos mostram que o setor está passando por uma situação delicada, devendo, em consequência, evitar ao máximo a perda de alunos aliada ao controle eficaz da inadimplência, o que pode cooperar para manter a capacidade de investimento na instituição a fim de que ela se torne cada vez mais atraente para seus alunos. Identifica-se a necessidade da instituição de ensino seguir caminhos para construir e manter um nível de qualidade que, imprescindivelmente, seja percebido pelo cliente, pois quando a escola é percebida como de boa qualidade, o aluno faz de tudo para continuar estudando nela.

Dentre as dimensões de qualidade percebidas nas instituições de ensino, Capelleras e Veciana (2001) citam: atitudes e comportamento do corpo docente; competência do corpo docente; conteúdo do plano de estudo; instalações e equipamentos; organização pedagógica. É na aplicação de gerenciamento contínuo dessas variáveis estratégicas que se debruçam os gestores das instituições privadas de ensino, isto porque é cada vez mais ditada, pelo mercado, a obrigação de se desenvolver soluções organizacionais que lhes possibilitem enfrentar, com sucesso, os desafios com que se confrontam.

Daí decorre o questionamento que envolve a problemática de se oferecer ensino profissionalizante de qualidade frente a problemas financeiros ocasionados pela

inadimplência, ou seja, pela falta de não pagamento das mensalidades contratuais devidas pelos alunos.

3.1.1. Questão de Partida

Frente a esta problemática administrativa a ser enfrentada pelas instituições privadas de ensino, esta pesquisa buscará responder ao seguinte questionamento: **Como percebem, os diferentes agentes educativos, a interferência (ou a influência) da inadimplência na qualidade de ensino ofertado pelas escolas privadas de educação profissional em Enfermagem?**

3.2. OBJETIVOS DO ESTUDO

3.2.1. Objetivo Geral

Descrever a percepção que os diretores, coordenadores pedagógicos e docentes têm sobre a interferência da inadimplência na qualidade do ensino ofertado em Curso Técnico de Enfermagem.

3.2.2. Objetivos Específicos

- Descrever a percepção de qualidade de ensino por parte dos sujeitos pesquisados;
- Determinar o percentual de inadimplência na instituição;
- Obter informações que evidenciem a interferência da inadimplência nos serviços educacionais no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem, através dos interlocutores do estudo;
- Descrever as estratégias utilizadas pela instituição para garantir a sua sustentabilidade financeira.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho é um estudo exploratório-descritivo, transversal, de abordagem qualitativa e inserido no paradigma naturalista em que o todo é analisado e interessa na perspectiva do investigador, tendo como motivação, de acordo com Barros e Lehfeld (2000, p. 78), a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados e com a finalidade de “contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”. Appolinário (2004, p. 152) salienta que pesquisas aplicadas têm o objetivo de “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”. Esse tipo de pesquisa depende de dados que podem ser coletados de formas diferenciadas, tais como pesquisas em laboratórios, pesquisa de campo, entrevistas, gravações em áudio e/ou vídeo, diários, questionários, formulários, análise de documentos etc. (Nunan, 1997; Michel, 2005; Oliveira, 2007).

A pesquisa aplicada, partindo de estudos teóricos, na sua estruturação mais comum apresenta: a) fundamentação teórica; b) metodologia de pesquisa; c) análise e discussão dos dados. Nesse caso, a fundamentação teórica serve, entre outras possibilidades, de referencial para a análise dos dados, dados estes que foram coletados por meio de uma metodologia compatível com os objetivos de pesquisa e as características do objeto de estudo e do contexto de investigação (Nunan, 1997).

Partindo-se do pressuposto de que a organização da investigação, em termos metodológicos, se encontra alicerçada na concepção do “conhecimento como construção em processo sobre um real também processo” (Bessa, 2005, p. 82), a realização deste trabalho orientou-se, em simultâneo, pelos paradigmas das pesquisas qualitativa e quantitativa (Serapioni, 2000).

Na abordagem da pesquisa qualitativa, procuram-se processos, comportamentos, atos e interpretações, investigando sujeitos e as suas histórias, tendo como objetivo específico, precisamente, a captação e reconstrução de significados, sendo um modo não estruturado de captar informação, mas flexível numa direção holística. Tal metodologia é empregada para os estudos considerados subjetivos que, geralmente, abrangem a realidade social, seu sistema de valores e símbolos, espaço em que os sujeitos e grupos estão inseridos, em contextos que “apresentam condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas” (Minayo, 2000, p. 245).

Nesse tipo de pesquisa, visto que envolve valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos, privilegiam-se, pois, os fatos que estão próximos do sujeito e que repercutem na sua vida, procurando-se entendê-los a partir da própria interpretação que este faz da sua vivência cotidiana. No entanto, deve-se ter em atenção, a singularidade de cada indivíduo, bem como a sua experiência social.

Nossa escolha pela pesquisa qualitativa justifica-se pelo fato desta permitir um contato direto com a situação a ser estudada, destacando a influência que sofre em relação ao contexto no qual se insere, além de considerar importantes os dados da realidade que os participantes do estudo ajudam a fornecer. Dessa forma, pudemos elucidar um universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, relacionados à percepção e aos saberes ambientais dos pesquisados, tendo em vista que a pesquisa qualitativa viabiliza a investigação como fonte direta de dados no espaço natural. Assim sendo, enquanto metodologia mais apropriada à investigação neste trabalho, a pesquisa qualitativa foi realizada com objetivo exploratório, com duas diferentes formas de realização: a pesquisa documental e a investigação de sujeitos [diretores, coordenador pedagógico e professores].

Por sua vez, a utilização do método quantitativo tem como principais objetivos “encontrar relações entre variáveis, fazer descrições recorrendo ao tratamento estatístico de dados recolhidos, testar teorias”. Segundo Carmo e Ferreira (1998, p. 178), a investigação quantitativa implica que o investigador, antes de iniciar o trabalho, elabore um plano de investigação estruturado, no qual os objetivos e os procedimentos de investigação estejam indicados pormenorizadamente. O uso desta metodologia centra-se na generalização dos resultados, a partir da amostra de uma determinada população em estudo, com base no estabelecimento de relações causa-efeito e na previsão de fenômenos.

Levando-se em conta que existem poucas referências sobre o assunto pesquisado, sendo, portanto ainda pouco conhecido, pouco explorado, a pesquisa, quanto aos seus objetivos, assume os contornos de uma pesquisa exploratória, pretendendo levantar informações sobre o objeto, delimitado em um campo de trabalho, de modo a mapear as condições de manifestação deste objeto (Severino, 2007). Assim, trata-se de um caso simples, de metodologia mista, circunscrito a uma escola e população específicas, buscando-se entender a essência do fenômeno, a partir da subjetividade dos sujeitos, utilizando-se, para esse efeito, estratégias e procedimentos que permitem a compreensão de percepções e experiências dos participantes.

3.4. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Como instrumentos para coleta de dados foram utilizados a análise documental e o inquérito por entrevistas.

3.4.1. Pesquisa Documental

Para compor a pesquisa empírica, houve a necessidade de uma base importante de documentos, razão pela qual se utilizou da pesquisa documental, especificamente do Projeto Político Pedagógico [PPP] da escola (Anexo 4), enquanto método de recolha e de verificação de dados. Esse é um instrumento de análise que incide sobre os artefatos escritos e que permite recolher uma série de dados existentes que são utilizados como “fonte de informação seletiva” (Bell, 2002, p. 140). De acordo com Lüdke e André (1986), a análise de documentos constitui-se em uma fonte preciosa na pesquisa qualitativa, podendo completar ou validar informações obtidas por meio de outras técnicas de coleta de dados.

“Os documentos constituem também em uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informações. Não apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (Lüdke & André, 1986, p. 39).

Os autores destacam o fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica, sendo possível sua consulta sempre que necessário. Através dela também é possível retirar evidências que baseiam afirmações e declarações do pesquisador. Seu uso tem o custo baixo, pois requer apenas investimentos de tempo e atenção para selecionar e analisar os documentos mais relevantes. Em nosso caso, esse procedimento envolveu a análise dos registros contábeis através do setor financeiro da escola, limitada temporalmente a inadimplência ocorrida no período de 2010-2013. Nessa perspectiva, os dados coletados na análise documental possibilitaram a compreensão, a validação e a confrontação das informações obtidas por meio das entrevistas aplicadas aos gestores, coordenador pedagógico e professores.

3.4.2. Inquérito por Entrevista Estruturada

No contexto do presente estudo, o inquérito por entrevista concretizou-se seguindo o processo descrito por Meihy (1998). De acordo com o investigador, no emprego da entrevista, como instrumento de recolha de informações, devem ser observadas três etapas: a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista.

A pré-entrevista refere-se à preparação do encontro para a gravação, o que acontece conforme a disponibilidade do entrevistado. Nessa ocasião, é esclarecido que a entrevista será submetida à conferência, de maneira que a publicação do material coletado somente se efetuará após autorização do colaborador, ou seja, da pessoa que relatou as suas impressões e vivências, a respeito da temática em questão.

Após esse primeiro procedimento, procede-se à entrevista, propriamente dita, durante a qual o entrevistador coloca determinadas questões ao entrevistado, obedecendo a um roteiro pré-estabelecido, mas aberto, para dar espaço à inserção de outras perguntas que, porventura, possam surgir, a partir dos relatos do participante durante o encontro. Na pós-entrevista, o entrevistador agradece ao colaborador, organizando e armazenando o material coletado, para as futuras etapas do processo, nomeadamente a análise categorial e discussão dos dados (Meihy,1998; Stake, 2009; Tuckman, 2000). As entrevistas estruturadas realizaram-se na própria escola.

Assim, ao propósito deste estudo, trata-se de entrevistas aplicadas distintamente em três grupos: 1) diretores (Apêndice A); 2) coordenador pedagógico (Apêndice B); 3) professores (Apêndice C).

3.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO EM ESTUDO

A presente investigação desenvolveu-se no contexto profissional da investigadora, enquanto coordenadora pedagógica da escola em questão, onde exerce esta atividade há mais de três anos. Tendo por temática a inadimplência, vislumbrou-se como objeto de estudo seu impacto em curso de Educação Profissional na área de Enfermagem, buscando as percepções dos profissionais envolvidos com o ensino em uma escola do setor privado, de forma a obter informações relevantes para a pesquisa.

3.5.1. Contexto Histórico e Social

Em Sergipe, a primeira escola de auxiliar de Enfermagem foi inaugurada em meados da década de 50, enquanto que a segunda só iniciou suas atividades no final do ano de 1990. Durante esta década, surgiram outras escolas, localizadas na capital do Estado - Aracaju, quase todas só oferecendo o curso de auxiliar, desvinculado do curso técnico. Só no início da década de 70 foi criado o 1º curso superior de Enfermagem, oferecido pela Universidade Federal de Sergipe. O 2º curso, ofertado por uma universidade particular, também localizada na capital, iniciou suas atividades em 2002. Aos estudantes residentes no interior do Estado interessados em cursar Enfermagem em nível técnico ou superior, restava apenas a opção de se deslocar diariamente para Aracaju para estudar.

Dentro do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem [PRAOFAE], de iniciativa do governo federal, de forma geral, foi a primeira tentativa de expandir cursos de nível médio em enfermagem para os demais municípios sergipanos. Porém, em 2006, a Escola de Curso Técnico em Enfermagem ICEIS tornou-se pioneira na realização, de forma efetiva, de cursos de técnico em enfermagem de forma integrada com o itinerário de auxiliar de enfermagem, em vários municípios, com base na legislação atual estabelecida pela LDB.

No ano de 2011, a Universidade Federal de Sergipe expandiu seus cursos na área da saúde para o interior criando o Campus da Saúde, no município de Lagarto, abrindo, igualmente, no ano seguinte, o curso de enfermagem na cidade de Estância. Ambos são municípios localizados na zona sul do estado. Na atualidade, há cerca de oito escolas de nível médio oferecendo cursos na capital e outras seis no interior, destas quatro são filiais, além de mais duas faculdades de Enfermagem na capital. Esse avanço de cursos fez com que o número de profissionais de Enfermagem inscritos no Conselho de Enfermagem, órgão de fiscalização profissional, passasse de cerca de 2.000, em 1990, para mais de 15.000, em 2013, comprovando que a procura por esta área tem crescido.

3.5.2. Contexto Institucional

A Escola de Curso Técnico em Enfermagem - ICEIS, é uma escola particular localizada no agreste, distante 98 km da capital de Sergipe, na região Nordeste do Brasil. Desenvolve suas atividades há oito anos com a participação de professores-enfermeiros e de

outros profissionais da área da saúde, residentes e não residentes no referido município, visando atender alunos que moram na sede do município ou em seus povoados, como também de outros municípios circunvizinhos. Localizado em região ribeirinha, o município polo e demais circundantes não têm pleno desenvolvimento econômico e financeiro, de forma que os principais empregadores são os poderes públicos Municipal e Estadual.

3.5.3. Participantes da Pesquisa

Com o intuito de compreender de que forma a inadimplência influencia na qualidade do ensino, foi selecionada uma amostra, definida por Marconi e Lakatos (2010, p. 163) como “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Para a escolha do processo de amostra, Mattar (1993, p. 283) ressalta que:

“O pesquisador deve levar em conta o tipo de pesquisa, a acessibilidade aos elementos da população, a disponibilidade de ter ou não de ter os elementos da população em um rol, a representatividade desejada ou necessária, a oportunidade apresentada pela ocorrência de fatos ou eventos, a disponibilidade de tempo, recursos financeiros e humanos etc.”.

A partir dessa concepção, a fim de obter os dados para este estudo, foi selecionada uma amostra por conveniência formada por uma instituição de ensino do sistema particular, sendo esta de médio porte, dentre outras que prestam serviços de educação profissional na área de Enfermagem no Estado de Sergipe. Considerando-se que a amostragem por acessibilidade ou conveniência caracteriza-se pela seleção aos elementos aos quais se tem acesso, optou-se por essa instituição diante da disponibilidade em ceder informações sobre sua situação de inadimplência, bem como de tornar possível identificar e entrevistar os agentes educacionais capazes de satisfazer aos objetivos da pesquisa.

No caso da investigação realizada, procedeu-se igualmente à seleção dos elementos aos quais se teve acesso imediato na escola, ou seja, o diretor geral, o diretor administrativo, o coordenador pedagógico do curso em análise e os professores que lecionam diferentes disciplinas.

3.6. PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Lüdke e André (2010) destacam que a investigação não pode ser isolada da realidade do pesquisador, devendo ser um instrumento de enriquecimento de seu trabalho, incluindo valores, interesses e princípios. De acordo com essas autoras, o pesquisador não deve estar separado de seu objeto de estudo, ao contrário, todo conhecimento que ele possui sobre o assunto deve auxiliá-lo na construção de sua teoria. Em harmonia com esse pensamento, a presente pesquisa esteve fundamentada em leituras pessoais do ambiente de trabalho, em obras e autores que corroboram com as reflexões, bem como na prática profissional, no âmbito da qual é construída a interação entre os sujeitos envolvidos na investigação e a pesquisadora.

No procedimento de aplicação, teve-se o cuidado de apresentar a pesquisa aos sujeitos, ocasião em que se salientou que se recolheriam dados para uma pesquisa de interesse da escola e para a Universidade na qual a pesquisadora era estudante, e que as informações colhidas não seriam usadas para constrangê-los, visto que a investigação tinha como objetivo contribuir para a melhoria do ensino ofertado na instituição. Apresentou-se então à direção e aos professores os procedimentos metodológicos da investigação, havendo uma exposição que considerou os seguintes itens: esclarecimento dos aspectos éticos presentes no trabalho de pesquisa; a abordagem da pesquisa e detalhamento dos instrumentos de coleta de dados. Uma vez solicitada à colaboração voluntária dos participantes, enfatizou-se a necessidade que as respostas fossem individuais, sem levar em conta o que seria desejável pela pesquisadora.

Com esse enfoque, a pesquisa foi dividida em dois momentos interdependentes, sendo que a execução de cada um deles pressupõe a análise dos dados coletados no momento anterior. No primeiro deles, o processo de pesquisa se desenvolveu, exclusivamente, por meio da análise documental, envolvendo o Projeto Político Pedagógico da escola (Anexo 4). O segundo momento incluiu as entrevistas, que repercutem igualmente no presente trabalho. A aplicação desses instrumentos se realizou na própria escola durante os meses de julho a agosto de 2015.

Nas entrevistas, cada participante foi inquirido, em média, durante 45 minutos, depois de solicitar-lhes a autorização para utilização do material coletado. No início de cada uma delas, enfatizou-se que, a qualquer momento, o aparelho de gravação poderia ser desligado, devendo a narrativa passar por conferência dos participantes. Assim, foram

gravadas e transcritas, na sua íntegra, para posterior análise de conteúdo, buscando-se colher resultados de caráter objetivo e de forma prática, os quais tornassem possível a identificação das deficiências nas atividades de ensino desenvolvidas na escola em razão da inadimplência.

3.6.1. Tratamento dos Dados

O material gerado durante a pesquisa de campo indicou o processo de análise e interpretação das informações recolhidas. Como apontam Bogdan e Biklen (2000), a análise do material recolhido na pesquisa qualitativa deve iniciar-se ainda no campo, como parte integrante da recolha de dados, uma vez que este procedimento vai contribuindo para a delimitação progressiva do foco de estudo, o que permite ao pesquisador tornar a coleta das informações mais concentrada e produtiva.

Assim, com a intenção de avançar, enquanto pesquisadora, na compreensão do olhar sobre a realidade estudada, recorreu-se às orientações, principalmente de Bardin (2004), como subsídio técnico para análise das respostas obtidas nas entrevistas. Optou-se, então, pela unidade de registro por tema para a análise dos resultados, pois, segundo Bardin (2004, p. 104): “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. O tema pode se relacionar a uma pequena sentença, bem como a uma unidade de maior contorno como um parágrafo, por exemplo.

Partindo da ideia proposta pela autora referida, compreende-se que o ponto de partida da análise reside na mensagem que, seja qual for, expressa um significado, um sentido, o qual não pode ser considerado um ato isolado, porquanto carrega as marcas que o sujeito traz de si mesmo, suas histórias pessoais e sociais, crenças, valores e experiências. Essa dinâmica, além de apreender um sujeito singular, vincula as suas condições contextuais e o controle que este exerce sobre o seu discurso. Requer do pesquisador uma análise dos enunciados para torná-los evidências, no sentido de corroborar a construção de conhecimentos sobre o fenômeno, no recorte dado pela pesquisa, atribuindo-lhe relevância social e teórica. Nessa direção, o processo de construção das categorias, na presente pesquisa, seguiu alguns passos que se considera importante esclarecer.

Fez-se, primeiramente, uma leitura sequenciada e cuidadosa do material, procurando identificar os temas que emergiam do material empírico. Em seguida, sentiu-se a necessidade de retornar a leitura e releitura do material recolhido à luz dos objetivos desta investigação e

da questão teórica que foi sistematizada no decorrer da mesma. A partir desse exercício foi possível fazer algumas reflexões sobre o material recolhido, anotando, ao final de cada registro e/ou do lado direito do texto, as impressões que dali emergia. Porém, atentou-se que esse momento representava apenas um primeiro passo do processo, uma vez que um fato ou uma situação observados/descritos podem estar relacionados a múltiplos significados.

Para esse trabalho de análise dos dados das entrevistas, definiram-se, então, quatro eixos temáticos, três deles tiveram origem na fundamentação teórica, associando-os aos indicativos trazidos pelas respostas às questões apresentadas aos pesquisados mediante a percepção de semelhanças e pontos comuns. Na sequência da análise, os diferentes discursos apreendidos nas entrevistas e na análise de documento foram entrecruzados de modo a encontrar o desconhecido a partir do conhecido. Desse modo, perceberam-se os pontos de encontro, as semelhanças, bem como as divergências, ciente de que os fatos não se revelam num primeiro olhar do pesquisador sobre o material coletado, mas, ao contrário, é a partir da interrogação feita aos fatos, baseada na teoria acumulada a respeito da questão investigada, que o conhecimento sobre estes vai se constituindo.

Na prática, realizou-se a categorização sob a forma de blocos temáticos, identificados segundo sua definição operacional, de modo a se proceder ao confronto dos resultados obtidos com o marco teórico que fundamenta esta pesquisa. Em um contato inicial com o conteúdo presente nas narrativas expressas pelos participantes deste estudo, fez-se uma leitura ‘flutuante’, que consiste em tomar contato exaustivo com o material para conhecer seu conteúdo (Minayo, 2000), para maior aproximação da pesquisadora com os textos. Em seguida, procedeu-se à formação, em bloco, do ‘corpus’ a ser analisado, sendo delimitadas as unidades de codificação que podem ser, por exemplo, um texto, um parágrafo, uma frase ou uma palavra, ocorrendo esta escolha em função do que se pretendia estudar. Nesta pesquisa, visando à categorização das respostas, foram realizados parágrafos sínteses sobre cada questão do roteiro de perguntas.

No capítulo a seguir, será concretizada a análise e a discussão de resultados.

CAPÍTULO 4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste Capítulo, apresenta-se a análise e a discussão dos resultados, ambas constituindo o núcleo central da pesquisa, podendo ser identificadas como etapa efetiva de todo o processo de investigação. Considerando que a etapa inicial do processo se constituiu da análise documental seguida da realização das entrevistas, obedecer-se-á esta mesma sequência para a apresentação dos dados obtidos.

4.1. ANÁLISE DOCUMENTAL

Primeiramente, torna-se oportuno ressaltar que o enfoque desta pesquisa não foi o de analisar o Projeto Político Pedagógico [PPP] em seu todo, mas a sua organização curricular, os objetivos educacionais, fins e princípios norteadores, para que, no conjunto, se pudesse ter uma compreensão da intencionalidade da proposta. Nos resultados dessa análise, verifica-se que a proposta pedagógica reúne os princípios norteadores da instituição e os fundamentos que balizam a conduta dos que nela trabalham no que se refere:

- 1º) Aos princípios e valores que fundamentam as finalidades da instituição;
- 2º) À sua estrutura organizacional;
- 3º) À organização administrativa e pedagógica;
- 4º) Aos conteúdos curriculares;
- 5º) Aos procedimentos didáticos;
- 6º) Às estratégias de avaliação e as atividades culturais.

Desse modo, constatou-se que a escola pesquisada surgiu como uma alternativa para a formação de profissionais em Enfermagem no agreste sergipano, pautando-se pelo objetivo de qualificar trabalhadores com competência técnica e ética para o mundo do trabalho em saúde. Tal pensamento encontra sustentação em Pereira e Ramos (2006), ao reforçarem a ideia de que a formação profissional dos trabalhadores de nível médio e auxiliar se fortalece dentro da estratégia de substituição do profissional de ensino superior em região onde faltam médicos e trabalhadores de nível superior, como acontece em grande parte dos municípios brasileiros, inclusive naquele onde se encontra a referida escola.

Assim, contrariamente a um projeto que não contribui, efetivamente, para a melhoria nas condições de assistência à população, o PPP dessa escola fundamenta-se na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, por considerar que esta concepção progressista coloca a educação como ato de luta pela busca da liberdade e da igualdade. Na perspectiva de Pereira e Ramos (2006), um projeto de formação dos trabalhadores da área de saúde, no país, precisa apontar para formas de luta e de superação da sociedade brasileira “injusta e desigual” (p. 13), através das quais seja possível ultrapassar as divisões sociais características do capitalismo. As concepções de educação profissional, nesse Projeto, apoiam-se ainda, de forma coerente, com o estabelecido na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN], nas concepções formuladas por outros educadores, tais como Jean Piaget, Vygotsky, John Dewey, quanto à formação dos conhecimentos moral e intelectual.

Destaca-se também que para favorecer o desenvolvimento da autonomia, no sentido de melhor adequar o currículo objetivo aos ritmos e predisposições individuais, o Projeto privilegia o diálogo interativo e os trabalhos de pesquisa. Nesse enfoque, a aula expositiva deixa de ser o instrumento preferencial de transmissão e aquisição de saber, passando a ser um recurso utilizado pontualmente, nos momentos em que: o grau de autonomia não permita, mesmo que esteja vinculado a projetos de pesquisa; os educadores entendam que uma explanação possibilite avanços no processo, esgotados todos os outros recursos; finalmente, nas ocasiões em que características momentâneas do Projeto não permitam adequar a prática pedagógica aos princípios que a fundamentam.

Tendo como eixo a educação e a saúde, o PPP resulta do esforço coletivo dos professores e das informações coletadas na comunidade. Fica evidente que a intencionalidade dessa participação efetiva de docentes visa o comprometimento destes com o PPP elaborado e proposto pelo curso. Não se pode esquecer de que as mudanças não se efetuam somente no texto da lei, nos projetos, mas tomam vida no cotidiano, no caso, nas salas de aula e espaços outros de formação do enfermeiro.

Essa elaboração participativa proporciona a particularidade de orientação para o curso, com um todo, refletindo as opções e escolhas de caminhos na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade, dizendo respeito, portanto, ao aspecto político do Projeto. No âmbito pedagógico, expressa as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar seus objetivos educacionais, dentre elas, a avaliação sistemática como instrumento necessário para definição, correção e aprimoramento dos rumos.

Analisa-se que, neste Projeto, está a direção para uma formação pautada no preparo profissional, formação esta embasada no pressuposto da necessidade de sujeitos dispostos a intervir na realidade social, por desfrutarem de instrumentos teóricos, políticos e epistemológicos, que os situam em condições de enfrentar os desafios da profissão.

4.2. DADOS DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Antes de realizar a análise dos dados e discutir os resultados propriamente ditos, é importante identificar quais as categorias que foram analisadas com base nas entrevistas, bem como seus respectivos elementos de análise, considerando sempre o referencial teórico que caracteriza os principais termos do estudo, como forma de garantir que as informações obtidas sejam adequadamente avaliadas. Têm-se, nos blocos temáticos, enquanto categorias de análise, definidas a seguir, uma forma para melhor compreender as respostas obtidas com a aplicação das entrevistas, conforme Quadro 1.

Quadro 1- Composição dos Blocos Temáticos e respectivos Elementos de Análise

BLOCOS TEMÁTICOS	ELEMENTOS DE ANÁLISE	INFORMANTES	QUESTÃO N°
I – Dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação pessoal • Formação acadêmica • Tempo de trabalho na instituição 	Diretores, Coordenadora Pedagógica e Professores	1 e 2
II - Educação e qualidade do ensino profissional em Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> • Papel da Educação Profissional • Educação de Qualidade • Fatores Essenciais para Qualidade do Ensino Profissional em Enfermagem 	Idem	3, 4 e 5
III – Avaliação da Inadimplência	<ul style="list-style-type: none"> • Na escola • Pontos do ensino que afeta • Eficácia da Gestão da Financeira 	Idem	6, 7 e 8*
IV- Relação Inadimplência/	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações para reduzir efeitos da 	Diretores	9, 10 e 11

Qualidade do Curso	inadimplência <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão financeira para garantir qualidade no ensino ▪ Necessidade de melhorias no ensino da instituição 	Coordenadora Pedagógica e Professores	9 e 10
---------------------------	--	---------------------------------------	--------

* No roteiro de entrevista aos diretores (Apêndice A), a questão 8 difere daquela correspondente nos roteiros aplicados aos demais respondentes, Coordenadora Pedagógica e Professores, apresentados nos Apêndices B e C, respectivamente.

As informações coletadas foram priorizadas considerando tanto os elementos de análise, como a fonte de informação e as questões do inquérito por entrevista. Assim, conforme se destaca no quadro 1, as entrevistas abarcaram 10 questões, a exceção daquela realizada com os diretores, que envolveu 11 questionamentos, mas todas tendo como premissa os objetivos traçados para a pesquisa, buscando abordá-los da forma mais clara possível. Cabe esclarecer que se atribuíram códigos aos entrevistados, identificados da seguinte maneira: D₁ (Diretor Geral); D₂ (Diretor Administrativo); Coordenadora Pedagógica (CP); Professores (P) acrescentando-se o indicador numérico de acordo com a ordem de realização das entrevistas, ou seja, P₁ (primeiro/a professor/a entrevistado/a), P₂, (segundo/a professor/a entrevistado/a), assim sucessivamente até P₈, (último/a professor/a entrevistado/a).

Dessa maneira, o Bloco Temático I correspondente aos dados pessoais e profissionais, pelo que o primeiro grupo de questões permitiu a elaboração de um perfil dos participantes, cuja síntese é exposta abaixo, na Tabela 1.

Tabela 1- Perfil dos entrevistados

		<i>n</i>	Identificação do entrevistado
Gênero	Feminino	7	D ₁ , C, P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄ e P ₅
	Masculino	4	D ₂ , P ₆ , P ₇ e P ₈
TOTAL		11	
Titulação acadêmica	Bacharel em Enfermagem	6	P ₁ , P ₂ , P ₄ , P ₅ , P ₇ e P ₈
	Bacharel em Enfermagem com especialização/ mestrado	1	P ₃
	Bacharel em Administração de Empresas	1	D ₂
	Técnica de Enfermagem/Pedagoga	1	D ₁
	Graduação em Pedagogia com pós-graduação em Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clínica	1	CP
	Licenciatura em Biologia, mestrando do Curso de Ciências da Educação	1	P ₆

Tempo de trabalho na instituição	> 1 ano		P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₇ , P ₈ , D ₂ , D ₁ , CP.
	< 1 ano		P ₄ , P ₅ , P ₆
Exercício da mesma atividade em outra instituição	Sim		P ₆ e P ₈
	Não		D ₁ , D ₂ , CP, P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₇

Do exposto na Tabela 1, a maioria dos profissionais que atuam na escola pesquisada é composta por mulheres (63,64%), trazendo à memória o modelo de formação, registrado na história, sob a perspectiva de gênero, que tem caracterizado tanto a Enfermagem quanto à área educacional como profissões femininas. No que concerne à Enfermagem, essa assertiva pode ser constatada a partir da informação de que, no Brasil, segundo Lazzari et al. (2011), este campo alcança um contingente de força de trabalho constituído de 90% de mulheres, configurando o que os autores denominam de um verdadeiro gueto populacional feminino. Cabe ressaltar que, no grupo aqui estudado, somente o D₂ não tem essa formação.

No quesito titulação acadêmica, na amostra geral nota-se a predominância (54,55%) de professores com bacharelado em Enfermagem, 1 (9,09%) possui especialização/mestrado e igual quantitativo (9,09%) mencionou estar cursando o mestrado em Ciências da Educação. Sabendo-se que ao professor é requerida a formação inicial/continuada que o credencie para o exercício do magistério, o contexto estudado torna claro que os enfermeiros-professores estão concluindo sua formação e atuando em escolas profissionalizantes, chamando à atenção para a problemática da capacitação pedagógica, uma vez que a formação acadêmica do enfermeiro, de acordo com Waldow (2009), tal como mencionado na revisão teórica deste estudo, está direcionada a aspectos técnicos necessários à profissão baseada no repasse e transmissão de conteúdos ao aluno. Entende-se, com isso, a necessidade de adaptação dessa realidade, nomeadamente ao que se refere ao preparo para o desempenho da docência. No corpo diretivo, é possível se analisar que apenas a entrevistada CP é titulada na pós-graduação.

Quanto ao tempo de trabalho na instituição, 72,73% está há mais de um ano e 27,27% menos de um ano, tendo-se aí uma média de 4 anos. Isso pode ser um indicativo de tempo de experiência e de relativa maturidade no desempenho das atividades profissionais, refletindo a valorização, por parte da instituição, com esse trabalho. Sobre isso, encontra-se em Brzezinski (2002) que a experiência profissional, o envolvimento institucional e a estabilidade adquirida pelo tempo de serviço são fatores que estimulam, nos profissionais, a permanência em uma organização, podendo este tempo de trabalho em uma instituição estar ainda associado à sua proposta de trabalho e satisfação individual.

Os dados obtidos nesse questionamento são reiterados nas respostas acerca dos entrevistados exercerem a mesma atividade em outras instituições, pois, em sua quase totalidade (81,9%), os profissionais afirmaram não trabalhar. Somente dois respondentes relataram seu desempenho em outras instituições, tal como se transcreve da fala do P₆, que atua como professor de “*nível médio e graduação na área de saúde*”.

Após a análise qualitativa das questões das entrevistas que permitiram a identificação do núcleo temático relacionado aos Dados Pessoais dos respondentes, os demais resultados são discutidos conjuntamente com as falas das entrevistas, nos próximos blocos.

4.2.1. Educação e qualidade do ensino profissional em Enfermagem

Esse bloco foi decomposto em Educação Profissional, Educação de Qualidade e Fatores Essenciais para Qualidade do Ensino Profissional em Enfermagem. Extraíram-se das falas dos participantes as percepções sobre cada uma dessas Categorias de Análise.

Tabela 2- Percepções sobre a educação e qualidade do ensino apreendidas por meio de entrevistas

ELEMENTOS DE ANÁLISE	RESPOSTAS	<i>f</i>
Papel da Educação Profissional	• Necessária ao desenvolvimento e crescimento do país	2
	• Permite breve entrada no mercado de trabalho e retorno financeiro	2
	• Qualificar para o mercado de trabalho	6
	• Contribui para a formação dos jovens	1
Educação de Qualidade	• Forma mentes críticas e autônomas	1
	• Envolve a todos dentro de um mesmo objetivo comum	4
	• Desenvolve a competência para o mercado de trabalho	2
	• Relaciona teoria com a prática	3
	• Atende às necessidades do aluno e da sociedade	1
Fatores Essenciais para Qualidade do Ensino Profissional em Enfermagem	• Boa remuneração, recursos materiais e didáticos adequados, gestores comprometidos e abertos ao diálogo	2
	• Qualificação docente, estrutura física, material didático e equipe técnica	4
	• Conhecimento teórico aliado à prática	5

Os enunciados desse bloco temático permitem apreender, por intermédio dos discursos, as representações sobre a função da Educação Profissional de preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho (54,54%). Essa visão pode ser evidenciada nas falas que se transcreve, a seguir, sobre o papel da Educação Profissional no Brasil:

CP: *Qualificar os jovens para o mercado de trabalho, e também os profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades e integrar as diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia.*

P₁: *É de suma importância [...], uma vez que teremos profissionais qualificados.*

P₂: *Amplia as oportunidades e o ingresso no mercado de trabalho [...].*

Esse modo de pensar vai ao encontro dos princípios explicitados na LDB que, em seu art. 39, apresenta a Educação Profissional como um novo paradigma para conduzir o cidadão ao pleno desenvolvimento de suas capacidades com o intuito de integrá-lo às dimensões do trabalho. Como já ressaltado no marco teórico deste trabalho, do ponto de vista formal, a Educação Profissional é entendida como parte de um plano nacional de desenvolvimento econômico e tecnológico sustentado e articulado a outras políticas de emprego, de trabalho e de renda (Manfredi, 2002).

Para a autora referida, é importante salientar que essa ideia de Educação Profissional remonta a um momento em que o País objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou ao sistema educacional a atribuição de preparar os recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho. Como esclarece a P₃, “*na década de 70, com o surgimento do milagre econômico, passou a ser a salvação da economia – formação de mão de obra especializada em curto espaço de tempo, cerca de 2 anos, se comparada à educação superior, cerca de 5 anos [...]*”.

No geral, no que diz respeito à concepção de Educação Profissional, merece destaque o pensamento de que esta qualifica ou requalifica os indivíduos de maneira a propiciar sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, conforme fala da respondente CP, mencionada anteriormente, além de elevação da renda pessoal e familiar, representando, portanto, “*melhoria financeira para os jovens sergipanos e brasileiros*” (P₇). Essa tendência educacional traz também uma proposta de qualidade, a qual, mencionada na LDB (artigo 3º, inciso IX), difere da qualidade total que invade quase todos os segmentos da sociedade, economia e política, por se referir aos conhecimentos, capacidades, atitudes e valores

necessários para que as pessoas sobrevivam, melhorem sua qualidade de vida e continuem a aprender (Santos, 2010).

Em resposta à indagação sobre “**O que é uma educação de qualidade?**”, para 36,36% dos entrevistados é aquela que envolve a todos dentro de um mesmo objetivo comum, pressupondo que seja a aprendizagem, e, até mesmo, a educação que relaciona a teoria com a prática (27,26%). Rios (2003, cit. por Santos, 2010) defende a ideia de que o ensino de boa qualidade a que almejamos é aquele que consegue atingir os objetivos propostos e faz sentido na vida das pessoas. Sobre isso, Santos (2010) diz que a qualidade da educação somente se dará se todas as pessoas comprometidas [alunos, professores, coordenadores, comunidade, órgãos regulamentadores e outros] assumirem efetivamente seu papel e desenvolverem visão clara dos objetivos e estratégias da real função formativa da escola. Nessa direção, o P₈ percebe a educação de qualidade como o “*compromisso da direção, coordenadores, alunos, pais/responsáveis com uma educação de excelência*”.

Mas, para Gentili (2007), qualidade é um termo impreciso, pois tem muitos significados, muitos usos, revelando múltiplas relações de conhecimento. Quando se fala em qualidade, é preciso perguntar do que se trata realmente, que valores estão por trás da expressão. Diante disso, solicitou-se aos inquiridos que apontassem os fatores considerados essenciais para a qualidade do Ensino Profissional em Enfermagem. Assim, a maior parte dos respondentes (45,46%) apontou que integrar a teoria com a prática é um fator essencial para a qualidade desse nível de ensino, dentre outros também indicados, tais como: qualificação docente, estrutura física, material didático e equipe técnica (36,36%); boa remuneração, recursos materiais e didáticos adequados, gestores comprometidos e abertos ao diálogo (18,18%).

Nas respostas dos entrevistados que expõem relacionar teoria e prática, permite se inferir, sob esta ótica, que o saber sistematizado não pode estar distanciado da realidade concreta, sugerindo que a qualidade do ensino em Enfermagem, para se efetivar, deve propiciar conteúdos vivos e significativos, articulados à prática da profissão, como sugerido nos seguintes enunciados:

D₂: *Conhecimento teórico satisfatório aliado a uma prática bem desenvolvida.*

P₄: *Estímulo da prática embasado com a teoria.*

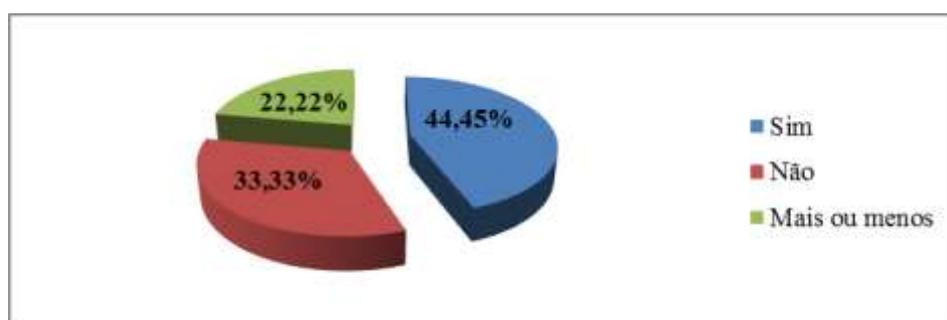
P₆: *Alinhar a teoria à prática diária do profissional da área da saúde é concretizar os conhecimentos adquiridos em sala de aula aos espaços da vivência da prática da enfermagem.*

Outros posicionamentos mostram que os sujeitos investigados entendem que, para ensinar o aluno a assumir posição na prestação de serviços de saúde, a escola precisa deter infraestrutura e equipamentos necessários à qualificação escolar mais elevada. Ao se pensar sobre essa questão, utilizando como fonte informação os estudos de Teixeira (2005), chega-se à compreensão de que as instituições particulares de ensino não podem fazer investimentos constantes em sua estrutura, para manter a qualidade, sem pensar nos aspectos econômicos e financeiros, uma vez que “sem rentabilidade não há como, sequer, pensar em investimentos” (p. 13). Considerando esse quadro, buscou-se, junto aos inquiridos, sua avaliação a respeito da inadimplência, analisando-se, em sequência, os resultados obtidos.

4.2.2. Avaliação da Inadimplência

A inadimplência, embora aparentemente possa ser considerada como um tema árido, em seus amplos aspectos sugere rumos que viabilizam soluções para toda a equipe de uma instituição de ensino particular, que deve estar preparada e qualificada para inovar, no dia a dia, visando o sucesso das ações educacionais. Para analisá-la, indagou-se, primeiramente, ao grupo formado pelos professores e CP, se conheciam a situação da inadimplência na escola, obtendo-se as respostas que se apresenta no Gráfico 1.

Gráfico 1- Conhecimento de professores e da coordenadora pedagógica sobre a inadimplência na escola



Conforme se observa no Gráfico 1, a maioria (44,45%) dos respondentes, nesse grupo, afirma ter conhecimento da situação da escola face à inadimplência existente, 33,33% desconhecem e 22,22% sabem mais ou menos, ou seja, não sabem “a situação atual em termos de números” (P₅), “pois fica restrito ao administrativo” (P₁) e “só o que é passado

pela coordenação pedagógica” (P₂). Mais especificamente, o P₃ destaca que a situação é exposta pela direção da escola quando do atraso nos pagamentos, reforçando essa informação através da “planilha numérica de inadimplência”.

Em complementação, destaca-se a fala do D₂ que ressalta: *“algumas turmas chegam a apresentar 30 a 40% de inadimplentes [alunos], o que reflete no financeiro, no pedagógico”*. A estrutura também é afetada segundo o P₈, que observa esses efeitos *“nas instalações da escola”*. Por sua vez, o D₁ esclarece que a inadimplência naquela escola *“não é muito diferente das escolas no país”*, sofrendo em decorrência da legislação vigente, que legitima o *“calote educacional, deixando poucas opções para as escolas sobreviverem”*. Tal informação encontra suporte nos estudos de Rodrigues (2004), quando este afirma que o não pagamento pelos serviços educacionais prestados decorre de uma perversa legislação, a qual permite aos discentes frequentar as aulas, fazer suas avaliações sem que tenham que pagar por isto. Para esse autor, o calote institucionalizado é o mesmo que dizer: *“o ensino está prescrito”* (Rodrigues, 2004, p. 15).

Relativamente ao quesito 8 do roteiro da entrevista realizada com os Diretores, estes avaliaram outros desafios, além da inadimplência, que enfrentam para manter em funcionamento uma instituição de Educação Profissional em Enfermagem, transcrevendo-se abaixo suas falas:

D₁: *Os altos impostos, a concorrência com instituições de ensino superior a distância, com cursos de baixa qualidade e mensalidade equivalente à nossa, no curso técnico. Os alunos tendem a seguir para o curso superior.*

D₂: *A instabilidade econômica do país. Não sabemos o futuro em curto prazo ou... E sabemos que será muito difícil conviver com a falta de rumo do governo atual.*

Sobre isso, Teixeira (2005) adverte que há necessidade de sensibilização dos representantes para a obtenção de carga tributária menor para as instituições, defendendo também seus propósitos e negócios. Por outro lado, a questão 8 apresentada aos docentes e CP, buscou saber qual o conhecimento dos respondentes sobre as ações tomadas pela direção para reduzir a inadimplência e a eficácia das mesmas. Os resultados estão apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3- Ações para reduzir a inadimplência - conhecimento e eficácia

AÇÕES							
CONHECIMENTO				EFICÁCIA			
Sim	Não	Em parte	Não soube responder	Sim	Não	Em parte	Não soube responder
<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>
2	2	4	1	5	-	1	3

Na análise da Tabela 3, apreende-se que 44,45% dos inquiridos [professores e CP] conhecem em parte as ações que a diretoria adota visando à redução da inadimplência, enquanto 55,56% destes respondentes consideram que tais ações sejam eficazes, “*porque têm surtido um efeito satisfatório*” (CP). Apesar de afirmarem que não detêm esse conhecimento, alguns docentes, cujas falas abaixo se transcreve, assim se manifestaram sobre o assunto:

P₂: *Observo a funcionária do financeiro se reunir com alunos individualmente, também telefonar e solicitar a presença de ex-alunos que abandonaram o curso e fazer acordos com os alunos que estão cursando.*

P₃: *[...] sei que eles fazem rodadas de negociações e ações jurídicas. Creio que algumas sejam satisfatórias. Os salários não costumam atrasar.*

Mas, diante dos altos índices de inadimplência e para minimizar seus efeitos na vida financeira da escola, os diretores relatam que são adotadas as seguintes medidas:

D₁: *Contratação de funcionária específica na área financeira, para lidar com questões da inadimplência, acordos e cobranças; conversas informais (privativas) com os alunos, para sondar o que gerou a inadimplência; conversas em sala de aula, sensibilizando os alunos, em geral, para a qualidade que o curso preza em ofertar; carta de cobrança para o endereço dos ex-alunos, no caso de evasão, solicitando o comparecimento na escola.*

D₂: *Primeiramente, a minimização dos custos e, depois, a tentativa de recuperação judicial das inadimplências, único canal possível e legal para sua redução.*

A essa análise incorporou-se duas perspectivas tomando-se como base os pontos do ensino mais afetados pela inadimplência, enquanto barreiras para a oferta de serviços educacionais de qualidade (Tabela 4), e a eficácia da Gestão Financeira na garantia da qualidade do ensino.

Tabela 4- Pontos afetados pela inadimplência na perspectiva dos sujeitos pesquisados

ELEMENTOS DE ANÁLISE	RESPOSTAS	<i>f</i>
Pontos do ensino afetados pela inadimplência	• Processo de ensino-aprendizagem	4
	• Investimento na formação do profissional	1
	• Ensino-aprendizagem, relação pedagógica e conteúdos formativos	4
	• Conteúdos formativos	2
TOTAL		11

Levando-se em conta as respostas dos entrevistados quando indagados sobre quais destes pontos, conteúdos formativos, relação pedagógica e processo-aprendizagem, são afetados pela inadimplência, os resultados apontam, nos mesmos níveis percentuais (36,36%), estes três indicadores e só o processo de ensino-aprendizagem. Nessa visão, é perceptível que a educação profissional de qualidade está atrelada à dinâmica da atividade de ensino como um processo coordenado de ações docentes. Nota-se que a dimensão central analisada é o conhecimento, enquanto função de qualquer trabalho educativo sistemático. Tomando-se Robbins (2009) como base, reitera-se que a qualidade tem a ver com a eficácia, cabendo à gestão financeira priorizar os aspectos que melhorem a prestação dos serviços educacionais.

Imbuídos do propósito de garantir a qualidade do ensino prestado no ICEIS, os diretores esclarecem quais as iniciativas são adotadas para efetivá-la:

D₁: *Prezando pela qualidade do corpo docente e funcionários, das aulas teóricas e práticas ministradas; pela satisfação dos funcionários, professores contratados; satisfação dos discentes, através do diálogo e feedback com docentes e coordenação pedagógica.*

D₂: *Muita cobrança por parte de nossos funcionários junto aos alunos no dia a dia, também por telefone e, em última instância, a cobrança judicial.*

Quanto aos demais respondentes, em sua quase totalidade, 88,89% acreditam que a gestão financeira da escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que ali se desenvolve, e somente 11,11% afirma desconhecer tais esforços. Nesse aspecto, observam as seguintes ações, que dizem realizadas pela gestão financeira da instituição:

P₁: *Acredito que tudo que está ao alcance do corpo administrativo é feito, sempre com foco na melhor qualidade do ensino.*

P₃: *Eles ampliaram os equipamentos e insumos dos diversos laboratórios; adquiriram novos livros e recursos multimídias.*

CP: *Estimulando, valorizando e qualificando o trabalho dos profissionais.*

Não obstante, os respondentes (100%) ponderam que existe a necessidade de melhorias para o ensino na instituição, apontando os porquês, conforme se apresenta na Tabela 5.

Tabela 5- Porquê melhorar o ensino na instituição

RESPOSTAS	<i>f</i>
• Formar profissionais competentes e comprometidos	3
• Preparar para o mercado de trabalho	1
• Por causa da dinâmica do mundo que se vive	1
• Requer estrutura física adequada, recursos didáticos, atualização e envolvimento do corpo docente, reformulação do sistema de avaliação	5
• Para ter excelência	1
TOTAL	11

Para 45,46% dos entrevistados, a tessitura de melhoria do ensino na instituição é constituída pela estrutura física adequada, os recursos didáticos, a atualização e envolvimento do corpo docente e a reformulação do sistema de avaliação, enquanto 27,27% avaliam que a melhoria, seja ela qual for, deve estar voltada a formar profissionais competentes e comprometidos. Tais informações sinalizam não somente os aspectos que precisam ser melhorados, como também o porquê destes precisarem ser melhores. Analisando esses posicionamentos, em Demo (2007, p. 21) encontra-se que a educação exige construção “[...] de prédios e de equipamentos, mas, sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente construtivo/participativo, sobretudo de alunos construtivos/participativos”, para se concretizar. Ressaltam-se os seguintes depoimentos:

D₂: *Sempre temos que estar melhorando o nível do ensino. Temos que acompanhar a evolução tecnológica da Medicina, dotando nossos professores e laboratórios dos conhecimentos atuais, e até futuros, preparando nossos alunos para um mercado de trabalho exigente.*

CP: *Apesar de termos excelentes profissionais, nunca é demais melhorar e aprender, em um mundo cada vez mais veloz em que vivemos, que se renova a cada instante.*

P₅: *A estrutura física. A aquisição de mais recursos didáticos, para continuarmos a ministrar boas aulas e termos melhores resultados educacionais ao final de dois anos.*

P₆: *A educação, como um todo, necessita sempre olhar para frente, renovando-se. O cenário educacional muda sempre. A escola, da qual faço parte, deve buscar tais mudanças: o material didático utilizado como referencial, seu corpo docente e funcionários precisam de atualização frequente.*

P₇: *Em alguns pontos sim: valorizando os professores, melhorando a estrutura física e aquisição de novos materiais de práticas e didáticos. Dessa forma, conseguiremos continuar num patamar de ensino profissionalizante de qualidade.*

Percebe-se que essas concepções sobre o porquê melhorar o ensino na instituição estão diretamente relacionadas com a qualidade em educação, delimitada por Bittencourt (2013) aos atributos valor e mérito. Ainda o mesmo autor, se um programa ou um curso está fazendo bem o que se propôs a fazer, ele tem mérito. Porém, ele pode não ter valor se a sociedade não necessitar de novos profissionais daquela área de formação porque já os tem em número superior ao necessário. Nesse caso, ainda que o programa ou curso seja muito bom, melhor que outros congêneres, continuar com ele mediante o mesmo nível de expansão, não seria a melhor maneira de aplicar os recursos disponíveis. Por outro lado, se esse programa ou curso não tiver mérito, ele não pode ter valor, porque não é bom formar maus profissionais em determinados campos, ainda que possa ter escassez destes na sociedade.

Assim, Bittencourt (2013) enfatiza o fato de que um curso exibe valor quando os recursos estão sendo bem aplicados para atender às necessidades dos <<stakeholders>>, e exibe mérito quando faz bem o que se propõe a fazer. Nessa linha associativa, valor e mérito são condições necessárias para um curso exibir qualidade. Porém, se um curso não tiver relevância e efetividade, ele não exibe valor; se não tiver eficácia e eficiência, ele não exibe mérito; por conseguinte, se um curso não tiver relevância, efetividade, eficácia e eficiência, ele não exibe qualidade.

4.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo por base os resultados analisados anteriormente nas diferentes vertentes, mais especificamente a análise documental e o inquérito por entrevista a diretores, coordenadora pedagógica e professores, neste último ponto faz-se a discussão e triangulação dos mesmos. Assim, retomando a questão de partida, este trabalho desenvolveu-se no sentido de averiguar se existe interferência da inadimplência na qualidade do ensino ofertado pelas escolas privadas de educação profissional em Enfermagem.

Por meio da análise do Projeto Pedagógico do curso em questão, pode-se afirmar que este está em consonância com as competências profissionais exigidas nos documentos oficiais (LDB/96, Parecer 10/2000). Esse Projeto prevê, no seu marco conceitual, o trabalho de pesquisa norteado por Roteiros Temáticos concebidos segundo a Teoria dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin⁸ e apoiado nos livros didáticos, técnicos e paradidáticos, num contexto predominantemente grupal. No âmbito do processo de autêntico diálogo, o educador educa e o educando educa o educador, estabelecendo uma forma autêntica de pensar e atuar, de “pensar a si mesmos e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar este pensar da ação”, conforme ensina Freire (1996, p. 10).

Um fator que pode ser considerado como favorecedor da interação é o fato de os professores terem vínculos com os serviços de saúde. Os resultados mostram que o corpo docente é constituído por profissionais da saúde, sendo a maior parte enfermeiros (72,73%), com escolaridade até a graduação, existindo também, minoritariamente, profissionais com pós-graduação ($n=2$). Confirma-se ainda que, assim como as demais escolas destinadas à formação do profissional em Enfermagem, a organização da escola atende à estrutura mencionada por Pereira e Ramos (2006) na revisão teórica deste trabalho, e revelada através do perfil dos entrevistados (cf. item 4.2): direção, à qual se subordinam os departamentos financeiro e administrativo, uma coordenação pedagógica e corpo docente.

Avaliando a educação profissional, no Brasil, 54,54% dos inquiridos afirmam ser fundamental para preparar as novas gerações para o mundo do trabalho. Os respondentes entendem, portanto, que a formação proposta pela escola facilita o processo de trabalho do alunado, permitindo-lhe a atuação na sua categoria profissional. Essa formação profissional

⁸ Para Bakhtin e Volochínov (2006, p. 117), a linguagem diferentemente da língua como paradigma, decorre de um processo histórico-discursivo em que se confrontam o eu e o outro, ou seja, o sujeito com sua experiência vital e a linguagem do outro que lhe é imposta desde seu nascimento e que já apresenta conceitos valorativos com os quais o eu se depara reagindo a eles no momento de sua apropriação comunicativa.

articulada ao mercado de trabalho é uma preocupação iniciada mais concretamente na década de 1960, sob iniciativa da Associação Brasileira de Enfermagem [ABEn], que registrava em seus relatórios a situação e os rumos a serem percorridos pela profissão (Santos & Christófar, 1996).

No atual cenário de novas diretrizes curriculares e projetos políticos pedagógicos, no entanto, evidencia-se uma possibilidade de conduzir essa formação não somente atrelada ao mercado de trabalho, mas também adequada a responder ao desafio contemporâneo educacional de reflexão nas ações. Destarte, o desafio contemporâneo do setor educacional é formar cidadãos competentes na aplicação prática dos saberes, capacidade de compreender e se enquadrar no mundo, e no encontro de soluções para as situações cotidianas sobre as quais deve refletir para ressignificar o saber (Carvalho, 2010).

Falando particularmente do enfermeiro, tem-se que o indivíduo não constrói conhecimentos somente por intermédio dos estudos acadêmicos, mas no dia a dia, com apoio nos desafios da realidade de seu trabalho. A teoria oferece o que pode ser apreendido e compreendido por todos, enquanto a prática, o trabalho, por sua singularidade e complexidade, proporciona aprendizagem mais rica e produtiva em termos de significado para o profissional (Santos & Christófar, 1996). Daí o conjunto discursivo dos professores apontar a prática, com base na teoria, como um dos fatores essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem.

É reconhecida e valorizada, no âmbito do PPP e nas falas dos entrevistados, a importância das novas tecnologias no que concerne ao acesso e à construção do conhecimento. Esse princípio, contido nesse instrumento, é destacado pelo P₆, que cita a aquisição de equipamentos e materiais para laboratórios, bem como de novos livros e recursos multimídias, informação que se complementa com o posicionamento da CP, quando esta se manifesta sobre o esforço da escola no sentido de estimular, valorizar e qualificar o trabalho de seus profissionais.

Esses mesmos pontos [estrutura física, a aquisição de mais recursos didáticos, capacitação docente], incluindo o processo avaliativo da aprendizagem do aluno, são considerados, por parte de 45,46% dos sujeitos pesquisados, como necessários para melhorar o ensino na instituição. Cabe ressaltar que, nesse quesito, a avaliação aparece em um único enunciado que menciona:

P₄: *Um ponto que pode ser melhorado é quanto à aplicação de segunda chamada e recuperação, nas quais os alunos a fazem em ambiente com supervisão relaxada,*

sendo comum encontrar provas respondidas de forma idêntica. Sugere-se, pois, tornar as regras para a realização da segunda chamada mais restritivas.

O processo de avaliação adotado no curso encontra-se inserido no PPP, porém, relativamente às provas de segunda chamada e recuperação pode-se dizer que está implícito no seguinte texto do referido Projeto: “as decisões sobre o processo de avaliação dos alunos deverão ser tomadas em reunião do grupo docente, especialistas e direção, de forma a atender às especificidades dos cursos e turmas”. Nesse ponto, chama-se a atenção para o fato de o professor, além de fornecer ao aluno as ferramentas para a sua inserção no mercado de trabalho, ele é também responsável por sua formação ética, visto que, atualmente, é cada vez mais exigido, pela sociedade, profissionais íntegros e responsáveis. Assim, adotar a decisão de uma avaliação sem observar a pedagogia tradicional, centralizada em exames, que utiliza as provas como instrumentos de ameaça e tortura prévia dos estudantes, pressupondo que o medo os levará a estudar, deve cumprir a função de subsidiar a melhoria da aprendizagem, baseando-se na reflexão sobre como capacitar as pessoas e sobre a melhor maneira de avaliá-las no desenvolvimento das competências esperadas (Santos, 2000; Stacciarini & Esperidião, 1999).

Focando na questão no aspecto da inadimplência educacional os discursos sugerem (36,36%) que esta afeta o ensino-aprendizagem, a relação pedagógica e os conteúdos formativos. Observa-se também que a inadimplência possui uma peculiaridade que, além da necessidade do controle administrativo e financeiro, precisa da atenção do gestor devido às leis e normas que asseguram o acesso e permanência do aluno inadimplente durante o período letivo. Na instituição pesquisada, o gerenciamento financeiro inclui a cobrança, conversas, tanto para “*sensibilizar, de modo geral, para a qualidade que o curso preza em ofertar*” (D₁), quanto para descobrir o que gerou a inadimplência. Nesse ambiente educacional, a cobrança judicial é adotada em última instância, depois de esgotadas todas as possibilidades de um acordo amigável.

Teixeira (2005) coloca que a discussão sobre a inadimplência nas instituições de ensino e educação é polêmica: por um lado, a existência de uma legislação que dificulta a tomada de providências que os gestores gostariam; estes, por outro lado, atacam-na como sendo ponto de honra na sua escola. Na verdade, o autor explica que a cobrança de devedores e o controle da inadimplência não são e nem podem ser uma atividade isolada na instituição, como se fosse só cobrar e pronto.

“[...] destaca-se como principal resultado de uma série de trabalhos desenvolvidos pelas instituições de ensino. Do conjunto de procedimentos e atitudes realizados na prestação do serviço educacional. Resultado de processos que vão desde a hora da matrícula, como a forma de atendimento na secretaria da escola, ao comportamento do professor na sala de aula. Ou seja, da ‘qualidade’ da prestação dos serviços educacionais” (Teixeira, 2005, p. 11).

Na perspectiva da qualidade, do PPP do curso apreende-se que busca assegurar e oportunizar uma formação técnica capaz de ajudar o aluno a construir, com competência, seu cotidiano de trabalho, baseado em princípios, valores, atitudes voltados para a solidariedade, para o respeito à vida e para o convívio, através do aprender a trabalhar coletivamente e para a coletividade. Todavia, os enunciados nas entrevistas permitem inferir que, para manter um nível de qualidade com os índices de inadimplência nos níveis em que estão, além de todos os problemas que as escolas enfrentam nos dias de hoje, de acordo com estudos efetuados por Teixeira (2005), o contexto do setor de ensino e educação brasileiros precisam observar algumas tendências, tais como, melhora da qualidade do corpo docente, uso intensivo das tecnologias como instrumento de trabalho e de pesquisa para alunos e empresas, mais flexibilidade na forma de gerir, dentre outras. Sendo assim, não há como manter qualidade sem investimentos e, conseqüentemente, sem pensar no formato econômico e financeiro das instituições particulares.

CONCLUSÃO

A educação brasileira, ao longo da sua história, vem representando a própria dualidade da sociedade nacional, consubstanciada em uma acirrada e desigual distribuição de rendas, que se reflete em uma também desigual distribuição de conhecimento. Assim, segundo Fidalgo et al. (2007), foi se tornando oficial e legitimado o grande distanciamento existente entre a educação da elite, caracterizada por uma maior qualidade e por seu caráter acadêmico, seletivo e propedêutico ministrado em instituições de ensino básico e superiores, e a educação para as camadas menos favorecidas, marcada pela qualidade questionável traduzida em um ensino pontual e aligeirado ofertado em escolas profissionais.

A educação profissional, destinada às camadas menos favorecidas, foi quase sempre marginalizada e estigmatizada, assumindo tanto um caráter assistencialista e de preparação para um ofício, quanto um cunho pragmático de atendimento aos interesses do setor produtivo. Na atualidade, em termos mais concretos, vem ocorrendo uma maior responsabilização do Estado para com a educação pública, de modo especial com a educação profissional. Mas, se durante muito tempo havia o entendimento de que o responsável pela solução dos problemas sociais tais como o atendimento às necessidades básicas, dentre elas a oferta de escola para todos e a garantia de um ensino de boa qualidade, era o Estado, a sociedade contemporânea muda significativamente o olhar e passa a participar mais do esforço para transformar o quadro social brasileiro.

Com a preocupação da sociedade, emerge o discurso da valorização da educação, o qual serviu de campo para o crescimento da privatização da educação no Brasil, que se materializou com a entrada do empresariado nesta área, como parte de uma política do Estado que privilegia o capital privado em substituição ao investimento público. Em outros termos, a educação nem sempre se constitui serviço público no seu sentido estrito, pois inexistente sobre ela um monopólio do Estado, podendo o serviço ser desenvolvido pela iniciativa privada, no exercício de atividade econômica regulada, o que propicia a abertura de novos cursos, com aumento quantitativo de vagas nas instituições privadas de ensino. Nesse contexto, a educação profissional, em especial, ganha maior relevância por se tratar de uma modalidade de ensino diferenciada e direcionada para a capacitação de competências profissionais requeridas pelos trabalhadores para alavancar o desenvolvimento econômico brasileiro.

No entanto, nas escolas particulares, incluindo aquelas voltadas ao ensino profissionalizante, percebe-se o conflito entre qualidade e inadimplência, uma vez que

precisam ser rentáveis para poder sustentar boas instalações e profissionais qualificados, mas a falta de pagamento das mensalidades causa a evasão de receita, tornando-se, em consequência, uma dificuldade para essas instituições de ensino e educação. No enquadramento descrito, houve o interesse de averiguar como os diferentes agentes educativos percebem a interferência [ou a influência] da inadimplência na qualidade de ensino ofertado pelas escolas privadas de educação profissional em Enfermagem, sendo esta a pergunta de partida, previamente enunciada na Introdução, e para a qual o presente estudo tentou dar resposta.

Da problemática ao estudo empírico

No fio condutor da indagação que norteou os rumos da investigação, procuraram-se respostas sobre questões estruturantes da realidade de um Curso Técnico de Enfermagem. Em atenção à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema investigado, utilizou-se a contribuição de muitos autores, mas se tomou como referência as abordagens da qualidade do ensino referendadas por Carvalho (2010), Demo (2007), Dourado (2007) e LDB 9394/1996, da inadimplência, destacada na contribuição de Bezerra (2010), e da sua interferência nos serviços educacionais, proposta por Dourado, Oliveira e Santos (2007), Waldow (2009), Tardif e Lessard (2005), Rocha e Silva (2006) e Santos (2002). Para tratar das estratégias utilizadas pela instituição para garantir sua sustentabilidade financeira, seguiu-se uma linha teórica com base, prioritariamente, em Teixeira (2005).

Desse modo, as indagações que integraram o roteiro das entrevistas se adequaram aos objetivos pretendidos para a pesquisa, no que concerne a fornecer elementos que permitissem traçar uma caracterização avaliativa da qualidade, enquanto conceito e como é percebida pelos sujeitos com relação aos serviços oferecidos pela instituição e, ainda, a identificação da interferência da inadimplência na qualidade no ensino, de modo a indicar que qualidade e inadimplência não são conceitos isolados, mas se interligam.

Assim, a fim de se alcançar os objetivos propostos, recorreu-se à pesquisa qualitativa, concretamente a inquéritos por entrevista a diretores, coordenadora pedagógica e professores, evidenciando aspectos de suas formações acadêmicas e profissionais. Alargando a informação, solicitou-se que opinassem sobre o contexto de sua práxis, diretamente relacionado à qualidade do ensino profissional, sustentada na ideia central da inadimplência educacional. Complementou-se esse estudo com análise quantitativa, para estabelecer relações

estatísticas entre os fatores avaliados através da obtenção da pontuação, em termos percentuais, atribuída às respostas, e com a análise do Projeto Político Pedagógico da escola. Com os dados obtidos foi possível o alcance dos objetivos geral e específicos declarados. Passamos, seguidamente, à síntese dos objetivos alcançados.

Objetivo 1- Descrever a percepção de qualidade de ensino por parte dos sujeitos pesquisados

Relativamente a este objetivo, fez-se o questionamento sobre **o que é uma educação de qualidade?** Constatou-se, assim como assinalado por Gentilli (2007), que a qualidade assume diferentes significados, muitos usos. Em que pese a complexidade do termo, neste estudo, apesar de sua percepção decorrer de uma perspectiva polissêmica, traz implícita, pelos respondentes, os atributos desejáveis ao processo educativo. Desse modo, os resultados apresentam que a educação de qualidade é aquela que envolve a todos dentro de um mesmo objetivo, sinalizando que é consequência do engajamento de sujeitos - diretores, professores, alunos, pais – na construção de uma escola que relaciona a teoria com a aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.

Tais perspectivas apontam para a ideia de que, para uma educação de qualidade, a escola não pode perder de vista a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo escolar ocorre no contexto de seus sujeitos usuários.

Objetivo 2- Determinar o percentual de inadimplência na instituição.

Assumindo o compromisso de compreender o índice de inadimplência na instituição, este estudo buscou verificar qual o conhecimento de todos os pesquisados sobre tal situação. Não obstante a maioria dos professores reconhecerem, assim como a própria coordenadora pedagógica, que existe inadimplência, inclusive citando acontecimentos em que puderam constatar esta evidência, o objetivo de determinar o percentual de inadimplência na instituição se cumpriu na informação do D₂, que ressalta o alto índice, em torno de 30 a 40%, de alunos inadimplentes em algumas turmas.

Objetivo 3- Obter informações que evidenciem a interferência da inadimplência nos serviços educacionais no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem, através dos interlocutores do estudo.

A avaliação da inadimplência envolveu de igual modo, o questionamento que permitiu o alcance do objetivo de obter informações que evidenciassem sua interferência nos serviços educacionais no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem. A análise dos discursos registrados nas entrevistas aliada à revisão teórica revela que as instituições de ensino particulares necessitam de aporte financeiro adequado para que o ensino e a educação sejam “fontes principais de conhecimento, cultura [...]” (Teixeira, 2005, p. 12).

Apreende-se que tais instituições são empresas que, estando situadas num setor que também faz parte da economia brasileira, independentemente de seu papel social, precisam fazer investimentos constantes na sua estrutura [boas instalações e profissionais qualificados] visando à melhoria de seu processo de ensino-aprendizagem. Não se pode negar, portanto, que os eventos que decorrem da inadimplência podem repercutir, mesmo que indiretamente, na relação que vincula o aluno à instituição de ensino, particularmente quando os respondentes ao inquérito sustentam a necessidade de uma organização didática da educação profissional fundada na filosofia da práxis e, para isto, a escola deve utilizar o quanto for preciso para que o aluno possa aprender.

Objetivo 4- Descrever as estratégias utilizadas pela instituição para garantir a sua sustentabilidade financeira.

Ao se analisar o objetivo descrever as estratégias utilizadas pela instituição para garantir a sua sustentabilidade financeira, foi possível compreender que a escola mantém-se com os recursos advindos das mensalidades, razão pela qual a inadimplência compromete sua saúde financeira. Para minimizá-la, a área financeira disponibiliza uma funcionária para lidar, exclusivamente, com questões da inadimplência, realizando acordos e efetuando cobranças.

Além disso, os diálogos mantidos com os alunos, em particular ou nas salas de aula, integram as estratégias para redução da inadimplência, visando conhecer a origem da mesma, ou conscientizar sobre a importância dos recursos oriundos das mensalidades para garantir a qualidade do ensino. Em situações que envolvem a evasão, remetem carta de cobrança para o endereço dos ex-alunos, solicitando o comparecimento na escola. Quando essas ações acabam sem solução, os débitos não liquidados na escola são encaminhados para cobrança judicial, como última alternativa para revê-los.

Síntese final

Interligando os objetivos apresentados anteriormente, alcança-se o principal escopo da pesquisa, qual seja, de descrever a percepção que têm os diretores, coordenadores pedagógicos e docentes, sobre a interferência da inadimplência na qualidade do ensino ofertado em Curso Técnico de Enfermagem. Diante dos resultados, chega-se à conclusão que a inadimplência, no Curso de Enfermagem em questão, traz uma série de consequências, dentre as quais a dificuldade de manter sua estrutura funcionando, o que pode afetar, sobremaneira, a qualidade de seu ensino.

Portanto, a pesquisa, ao tratar de um problema diante do qual todas as instituições educacionais particulares se veem desafiadas, fomenta a discussão em torno de uma questão que diz respeito à construção e manutenção de um nível de qualidade que, imprescindivelmente, seja percebido pelo aluno e sociedade. Para a concretização de atitudes e atividades é preciso haver competência e vontade por parte dos gestores das instituições. Assim, face ao quadro econômico de dificuldades que ora se delineia no país, torna-se urgente fazer um trabalho de gestão profissional bem feito e acompanhado, visando auferir qualidade e, conseqüentemente, ajudar a controlar a inadimplência.

Como se percebe, esse é um problema a ser administrado e combatido pelos gestores de qualquer instituição. Conclui-se que, enquanto um negócio educacional, a escola privada precisa sobreviver assim como qualquer outro negócio, porquanto paga seus impostos, professores, faz investimentos que asseguram sua competitividade no mercado, além de permitir sua sustentabilidade e crescimento, sem se esquecer, todavia, da indispensável qualidade convergente com o estado da arte relativo a seu conceito em cenário de aprendizagem.

Limitações e potencialidades do estudo

Relativamente às limitações e potencialidades do estudo, tem-se a dizer que, embora se procurasse que a informação recolhida abrangesse a globalidade do caso, algumas limitações não permitiram um maior aprofundamento investigativo, que favorecesse uma compreensão mais profunda do tema estudo, como se deu com o conteúdo, por exemplo, através da realização de entrevistas a professores participantes. Em acréscimo, o fato de o estudo ter sido desenvolvido no contexto de trabalho da investigadora, com conseqüente

envolvimento com os participantes, comportou fragilidades nas informações produzidas pelos docentes, apesar de se ressaltar o cuidado de isenção e ética, na análise e tratamento dos dados dessas entrevistas.

Embora se tenha consciência de que o estudo dos significados, a partir do uso de dados linguísticos, permitiu estudar as expressões discursivas e as mensagens dos sujeitos, no entanto, as afirmações são sensíveis aos contextos em que são produzidas, pelo que as conclusões são, efetivamente, contextuais e locais, em relação aos participantes. Tem-se ainda a noção de que o raciocínio usado para interpretar a informação não produz, necessariamente, conclusões ou certezas. Originou apenas uma possibilidade interpretativa do conteúdo de significado das mensagens linguísticas. Constituíram-se, ainda, como fatores limitativos da realização deste estudo, a complexidade do tema e a própria sistematização do seu conteúdo, dadas as limitações existentes quanto à extensão do mesmo.

A inexperiência como investigadora foi, igualmente, outro fator a considerar, por ser a primeira vez que concretizamos uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com a sua complexidade própria e metodologia específica. Mas, apesar das limitações encontradas, o presente estudo permitiu verificar que, neste Curso Técnico de Enfermagem, estão criadas as condições, diante da problemática da inadimplência, para manter a qualidade de seu ensino através de ações, como aquelas praticadas por pessoa treinada e dedicada exclusivamente para a cobrança dos débitos inadimplidos.

Contribuições do estudo

O desenvolvimento deste estudo contribuiu para o enriquecimento pessoal, profissional e social da investigadora. Pessoalmente, permitiu relançar a expectativa perante a atividade profissional, abrindo novos horizontes de conhecimento e outros caminhos a explorar. No contexto de trabalho, contribuiu para o desenvolvimento profissional e o enriquecimento das relações interpessoais. De forma abrangente, comprometida com a educação, a proposta, neste estudo, assumiu efetivamente o desafio de contribuir para a qualidade do ensino, visando à compreensão crítica do ato educativo, no âmbito de instituição particular, enquanto atividade ancorada na produção do conhecimento profissional. Desse modo, sem a pretensão de qualquer tipo de generalização, embora tal seja possível em relação a contextos similares, os resultados e limitações deste estudo deixam em aberto um vasto

campo de possibilidades investigativas, uma vez que o estudo foi aplicado apenas em uma instituição de ensino.

Em conclusão geral, salienta-se, secundando Teixeira (2005, pp. 14-15), que “[...] os gestores educacionais precisam deixar de lado a visão de que negócio é destoante na educação. Qualidade e visão de negócios são, pelo contrário, um amadurecimento do setor”. Diríamos, especificamente, que tanto o planejamento acadêmico quanto o econômico-financeiro são de extrema importância na gestão da escola particular, o que requer que sua administração seja competente e profissional. É preciso, nesse sentido, ter controles internos bem definidos, trabalhar as questões de redução de custos, evitar procedimentos errôneos, a fim de manter um bom ensino, eficaz e de qualidade, que cruze o presente e o futuro de todos – alunos e instituições de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. C. P. & Rocha, J. S. Y. (1986). *O saber de enfermagem e sua dimensão prática*. São Paulo: Cortez; 1986.
- Andrade, S. F. C., Riul, P. H., Oliveira, M. S. de & Cavalcanti, M. F. (2008). A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca. *FACEF Pesquisa*, 11 (1), 45-58.
- Appolinário, F. (2004). *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Bagnato, M. H. S.(1999). *Fazendo a travessia: em pauta a formação dos profissionais da área da saúde*. Campinas (SP): Alínea.
- Bakhtin, M. M. & Volochínov, V. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (M. Lahud & Y. F.Vieira: Trad., 12ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bareli, P., Camargo, S. H. C. R. V., & Giuliani, A. C. (2011). *Negociação com Alunos Inadimplentes – Estudo de caso de uma Instituição de Ensino Superior*. Retirado: março, 12, 2015, de <http://www.ifbae.com.br/congresso6/pdf/39.pdf>.
- Barros, A. J. S. & Lehfeld, N. A. S. (2000). *Fundamentos de Metodologia: um guia para a Iniciação Científica*. (2ª ed.). São Paulo: Makron Books.
- Barroso, H. M. & Fernandes, I. R. *Mantenedoras educacionais privadas: histórico, organização e situação jurídica*. Retirado: novembro, 25, 2014, de http://www.databrasil.org.br/pdf_docs/Doctrab67.pdf.
- Becker, F. (2001). *Ensino e construção de conhecimento*. Porto Alegre: Artmed.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Bessa, D. (2005). O uso das estatísticas em Economia. In A. Silva & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (13ª ed., pp. 79-98). Porto: Edições Afrontamento.
- Bezerra, R. (2010). *Inadimplência zero. Inadimplência escolar e sua cobrança*. Retirado: fevereiro, 28, 2015 de <http://inadimplenciazero.com.br/artigos-inadimplencia-cobranca.asp#escolar>.

- Bittencourt, R. N. (2013, Maio-Agosto). A escatologia educacional promovida pelo mercantilismo neoliberal. *Revista Húmus*, 8, 72-82.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2000). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos* (M. Alvarez, S. Santos & T. Baptista, Trad.). Porto: Porto Editora.
- Bordignon, G., & Gracindo, R. V. (2001). Gestão da educação: o município e a escola. In: Ferreira, N., & Aguiar, M. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos* (pp. 135-171). São Paulo: Cortez.
- Brzezinski, I. (2002). *Profissão professor identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano.
- Campos, R. F. & Shiroma, E. O. (1999, Setembro-Dezembro). O resgate da Escola Nova pelas reformas educacionais contemporâneas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 80 (196), 483-493.
- Capelleras, J. L. & Veciana, J. M. (2001). *Calidad de servicio en la enseñanza universitaria: Desarrollo y validación de una escala de medida*. Acedido em 26 de novembro, 2014, de <http://webs2002.uab.es/depeconomia-empresa/documents/01-4.pdf>.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação – Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carneiro, P. H. dos S. (2006). *Uma avaliação crítica do processo de integração do Mercosul, à luz dos seus antecedentes, instrumentos e relações externas, em especial com a União Europeia*. Santiago de Compostela: Univ.
- Carvalho, R. T. (2010). *Educação republicana e qualidade social da educação*. 33ª Reunião Anual da ANPED; Caxambu, Minas Gerais, 2010. Caxambu: ANPED.
- Castro, R. K. F. & Silva, M. J. P. (2001, Dezembro). Influência do comportamento comunicativo não verbal do docente em sala de aula - visão dos docentes de enfermagem. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, 35 (4), 381-389.
- Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista teoria e educação*, 2, 177-229.
- Collis, J. & Hussey, R. (2005). *Pesquisa: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. (L. Simonini, trad., 2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Conselho Nacional de Educação [CNE] (1999). *Diretrizes curriculares para o ensino médio*. Brasília: MEC/SEMTEC.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1998). Brasília: Senado Federal.
- Costa, E. A. (2002). *Gestão estratégica*. São Paulo: Saraiva.

- Demo, P. (2007). *Educação e qualidade*. (11ª ed.). São Paulo: Papirus.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico Área da saúde (1999). Acedido em 20 de fevereiro, 2015, de http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/diretrizes_curriculares.
- Dourado, L.F. (2007). *A qualidade da educação: conceitos e definições* (Série Textos para Discussão, nº 24). Brasília: INEP/MEC.
- Dourado, L. F., Oliveira, J. F. & Santos, C. A. (2007). A qualidade da educação: conceitos e definições. *Série documental: Textos para discussão*, 24 (22), 5-34.
- Drucker, P. F. (2004). *Na prática*. (4ª ed.), Rio de Janeiro: Editora Elsevier.
- Enguita, M. F. (2007). O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In P. A. A. Gentilli & T. T. da Silva. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas* (12ª. ed., pp. 93-110). Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, A. B. de H. (1999). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa do Séc. XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, T. J. (2005). *Inadimplência no setor educacional*. São Paulo. Hoper Editora.
- Feuerwerker, L. C. M. (2003, Janeiro-Dezembro). Educação dos profissionais de saúde hoje - problemas, desafios, perspectivas e as propostas do Ministério da Saúde. *Revista Abeno*, 3 (1), 24-27.
- Fidalgo, F., Oliveira, M. A. M. & Fidalgo, N. L. R. (2007). *Educação profissional e a lógica das competências*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, R. M. D. E. & Silva, M. A. (1997). Perfil, dos futuros auxiliares de enfermagem na cidade de Campinas, SP, em 1995: motivos, expectativas e dificuldades relacionadas ao curso. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, 5, 89-96.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios*. (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido* (42ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Friedlander, M. R., Secaf, V. & Matsui, T. (1992). *O ensino de enfermagem em nível médio*. 11º Congresso da Associação Médica Brasileira; São Paulo, Outubro 10-13, 1992. São Paulo: AMB.
- Gadotti, M. (2013). *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. Congresso de Educação Básica – COB 2013; Florianópolis, Santa Catarina, Fevereiro 6-8, 2013. Florianópolis: UFSC.

- Gentili, P. A. A. (2007). O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In P. A. Gentili, P. A. A. & T. T. Silva. Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas (12ª ed., pp. 111-178). Petrópolis: Vozes.
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, A. (2001). *A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos de 1920*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de doutora em História, orientada Prof.ª Dr.ª Joana Maria Pedro.
- Goron, B. (2012, Julho-Dezembro). Serviços educacionais e direito do consumidor. *Direito & Justiça*, 38 (2), 192-199.
- Günther, H. (2006, maio-agosto). Pesquisa Qualitativa *versus* Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? [versão eletrônica]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (2), 201-210. Retirado: setembro, 18, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>.
- Holanda Júnior, A. & Mora, H. J. (2009). A inadimplência nas instituições de ensino: causas financeiras ou sociais? *Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho*, 6 (1), 49-80.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Ito, E. E., Peres, A. M., Takahashi, R. T. & Leite, M. M. J. (2006). O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia X realidade. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, 40 (4), 670-675.
- Lazzari, D. D., Pedro, E. N. R., Sanches, M. O. & Jung, W. (2011, Dezembro). Estratégias de ensino do cuidado em enfermagem: um olhar sobre as tendências pedagógicas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32 (4), 14-19.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Lei n. 9.870, de 23 de novembro de 1999. *Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências*.
- Linhares, M. T. M. (2004, Julho-Dezembro). O direito à educação como direito humano fundamental. *Revista Jurídica da Universidade de Franca*, 7 (13), 149-161.
- Lotz, G. & Grunwald, E. (2012). *Garantir a Qualidade na Formação Profissional (FP)*. Retirado: fevereiro, 20, 2015, de <http://www.formpro-angola.org/pt/article/112.garantir-a-qualidade-na-formacao-profissional-fp.html>.
- Lück, H. (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo.

- Lüdke, M. & André, M. E. D. A. (2010). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Machado, D. dos S. (2009). *Redução da Inadimplência no Setor da Educação: Políticas eficazes e estratégias que dão certo*. (2ª ed.). São Paulo: Editora SRS.
- Manfredi, S.M. (2002). *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2010). *Técnicas de pesquisa*. (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, C. (2002, Maio). As necessidades do Sistema Único de Saúde e a formação profissional baseada no modelo de competências. *Formação*, 2 (5), 17-27.
- Mattar, F. N. (1993). *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas.
- Melo, C. M. M. de. (1986). *Divisão social do trabalho e enfermagem*. São Paulo: Cortez.
- Meihs, J. C. S. (1998). *Manual de história oral* (2ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Michel, M. H. (2005). *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Minayo, M. C. de S. (2000). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (16ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Educação e Cultura [MEC] (1999). *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Ministério da Educação e Cultura [MEC] (2004). *Conselho escolar e a aprendizagem na escola* (Caderno 2, Parte V). Brasília: MEC/SEB.
- Ministério da Educação e Cultura [MEC] (2006). *Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio- Linguagens, código e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Básica.
- Ministério da Educação e Cultura [MEC] (2009). *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: SETEC.
- Ministério da Saúde. (2003). *Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem*. Brasília: Secretaria de gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.
- Monteiro, A. R. M. (2003, Julho-Agosto). Saúde mental como tema transversal no currículo de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 56 (4), 430-423.
- Nunan, D. (1997). *Research methods in language learning*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2001). *Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos*. (2ª ed.). Brasília: OREALC.
- Parasuraman, A., Zeithaml, V. A. & Berry, L. A. (1985). A conceptual model of service quality and its implications for future researches. *Journal of marketing*, 49, 41-50.
- Parecer CNE Nº 10/2000 – CEB. Providências do CNE/CEB para orientar os Conselhos Estaduais de Educação sobre procedimentos para implantar a Educação Profissional de Nível Técnico.
- Paro, V. H. (2007). *Por dentro da escola pública*. (3ª ed.). São Paulo: Xamã.
- Pereira, I. B. & Ramos, M. N. (2006). *Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Postic, M. (1990). *A relação pedagógica*. (2ª ed., Coleção Psicopedagogia). Coimbra, Portugal: Editora Coimbra Ltda.
- Predy, M., Glatter, R. & Levacic, R. (2006). *Gestão em Educação: estratégia, qualidade e recursos*. São Paulo: Artmed.
- Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem [PROFAE] (2002). *Subprojeto de Complementação da Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem em Técnico de Enfermagem*. Brasília: Escola de Saúde Pública.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª ed.) Lisboa: Gradiva.
- Rezende, A. L. M. (1989). *Saúde: dialética do pensar e do fazer*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Robbins, S. P. (2009). Administrando organizações e pessoas: quem, o que e por quê? In S. P. Robbins. *Administração: mudanças e perspectivas*. (9ª ed., Capítulo 2, pp. 27-44). São Paulo: Saraiva.
- Rocha, E. M. & Silva, M. J. P. (2001, Janeiro). Comportamento Comunicativo do docente de Enfermagem e sua influencia na aprendizagem do Educando. *Nursing*, 14 (1), 31-34.
- Rodrigues, L. F. (2004). *Gestão da inadimplência educacional*. Cotia, SP: Alabama Editora.
- Sacristán, J. G. (1999). *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Santos, I. dos & Christófaró, M. A. C. (1996). A formação do trabalhador da área da saúde. *Divulgação em Saúde para Debate*, 14, 49-52.
- Santos, J. A. (2000). *A trajetória da educação profissional* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração [versão eletrônica]. *Ciências Saúde Coletiva*, 5 (1), 187-192. Retirado: outubro, 1, 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf>.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23ª ed., rev. e atual.). São Paulo: Cortez.
- Silva, G. B. da (1986). *A enfermagem profissional: análise crítica*. São Paulo: Cortez.
- Stacciarini, J.M.R. & Esperidião, E. (1999, Dezembro). Repensando estratégias de ensino no processo de aprendizagem. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, 7 (5), 59-66.
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (Ed.) *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). London: Sage.
- Tachizawa, T. & Andrade, R. O. de (1999). *Gestão de Instituições de Ensino*. Rio de Janeiro: FGV.
- Tardif, M. & Lessard, C. (2005). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Teixeira, A. S. (1976). *Educação do Brasil*. (2ª ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Teixeira, A. S. (1997). *Educação para a democracia: introdução à administração educacional* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Teixeira, J. (2005). *Inadimplência no setor educacional*. Vila Velha, ES: Hoper Editora.
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação* (L. Rodrigues, Trad., 4.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vilaça, M. L. C. (2010, maio-Agosto). Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. *Revista E-escrita*, 1 (2), 64-65.
- Waldow, V. R. (2009). Reflexões sobre educação em enfermagem: ênfase em um ensino centrado no cuidado. *Mundo Saúde*, 33 (2), 182-188.
- Werneck, H. (1992). *Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo*. (11ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro do Inquérito por Entrevista com os diretores

- 1- Qual sua formação acadêmica?
- 2- Quanto tempo exerce a função de diretor nesta escola?
- 3- Qual é a sua visão sobre o papel da educação profissional no Brasil?
- 4- Em sua percepção, o que é uma educação de qualidade?
- 5- Quais fatores o (a) sr. (a) aponta como sendo essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem?
- 6- Um dos grandes problemas das escolas privadas, atualmente, é a questão da inadimplência. Como está a situação desta Escola?
- 7- Com base nesta realidade, pode dizer que a inadimplência se constitui uma barreira para a oferta de serviços educacionais de qualidade no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem? Explique quais desses pontos considera ser o mais afetado pela inadimplência.
- 8- Além da necessidade de lidar com a inadimplência, quais os outros principais desafios para manter em funcionamento uma instituição de educação profissional em Enfermagem?
- 9- Diante do índice de inadimplência existente na instituição, o que tem sido feito para minimizar seus efeitos na vida financeira desta escola?
- 10- De que maneira a gestão financeira desta escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que aqui se desenvolve?
- 11- Existe a necessidade de melhorar o ensino nesta instituição? Por quê?

APÊNDICE B- Roteiro do Inquérito por Entrevista à Coordenadora Pedagógica

- 1- Qual sua formação acadêmica?
- 2- Há quanto tempo é coordenador pedagógico nesta escola?
- 3- Qual é a sua visão sobre o papel da educação profissional no Brasil?
- 4- Em sua percepção, o que é uma educação de qualidade?
- 5- Quais fatores o (a) sr. (a) aponta como sendo essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem?
- 6- Um dos grandes problemas das escolas privadas, atualmente, é a questão da inadimplência. É de seu conhecimento a situação desta Escola?
- 7- Com base nesta realidade, pode dizer que a inadimplência se constitui uma barreira para a oferta de serviços educacionais de qualidade no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem? Explique quais desses pontos considera ser o mais afetado pela inadimplência.
- 8- É de seu conhecimento as ações tomadas, pela direção, para reduzir a inadimplência? Acredita sejam elas eficazes?
- 9- Em sua opinião, a gestão financeira desta escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que aqui se desenvolve? De que maneira isso ocorre?
- 10- Existe a necessidade de melhorar o ensino nesta instituição? Por quê?

APÊNDICE C- Roteiro do Inquérito por Entrevista aos Professores

- 1- Qual sua formação acadêmica?
- 2- Há quanto tempo atua como professor (a) nesta instituição? Exerce essa mesma atividade em outra Escola?
- 3- Qual é a sua visão sobre o papel da educação profissional no Brasil?
- 4- Em sua percepção, o que é uma educação de qualidade?
- 5- Quais fatores o (a) sr. (a) aponta como sendo essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem?
- 6- Um dos grandes problemas das escolas privadas, atualmente, é a questão da inadimplência. É de seu conhecimento a situação desta Escola? Explique.
- 7- Em sua opinião, a inadimplência se constitui uma barreira para a oferta de serviços educacionais de qualidade no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem? Explique quais desses pontos considera ser o mais afetado pela inadimplência.
- 8- É de seu conhecimento as ações tomadas, pela direção da escola, para reduzir a inadimplência? Acredita sejam elas eficazes?
- 9- Acredita que a gestão financeira desta escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que aqui se desenvolve?
- 10- Existe a necessidade de melhorar o ensino nesta instituição? Por quê?

ANEXOS

Anexo 1- Transcrição das entrevistas realizadas com os diretores

1- Qual sua formação acadêmica?
D ₁ – Pedagoga com duas especializações na área de educação e técnica de enfermagem do trabalho. D ₂ - Administração de Empresas
2- Quanto tempo exerce a função de diretor nesta escola?
D ₁ – 8 anos. D ₂ - 8 anos
3- Qual é a sua visão sobre o papel da educação profissional no Brasil?
D ₁ – Cresceu bastante devido à impossibilidade dos jovens entrarem em uma universidade. Também por ser curto com breve entre no mercado de trabalho e retorno financeiro. D ₂ - É de grande importância, pois, no momento atual, o país precisa de técnicos.
4- Em sua percepção, o que é uma educação de qualidade?
D ₁ – Todos envolvidos com um mesmo propósito: educação de qualidade, seja ela em qual modalidade de ensino for. D ₂ - É uma educação que prepare o profissional para desempenhar sua função com competência e esteja apto a assumir as vagas existentes no mercado.
5- Quais fatores o (a) sr. (a) aponta como sendo essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem?
D ₁ – Boa estrutura física, quantidade e variedade de materiais para as aulas práticas, alunos engajados e comprometidos, recursos didáticos acessíveis para as aulas tanto teóricas quanto práticas. D ₂ - Conhecimento teórico satisfatório aliado à uma prática bem desenvolvida.
6- Um dos grandes problemas das escolas privadas, atualmente, é a questão da inadimplência. Como está a situação desta Escola?
D ₁ – Algumas turmas chegam a apresentar 30 a 40% de inadimplentes, o que reflete no financeiro e no pedagógico. D ₂ - Não muito diferente das escolas do país. Estamos sofrendo com a legislação vigente que legitima o calote educacional, deixando poucas opções para as escolas sobreviverem.
7- Com base nesta realidade, pode dizer que a inadimplência se constitui uma barreira para a oferta de serviços educacionais de qualidade no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem? Explique quais desses pontos considera ser o mais afetado pela inadimplência.
D ₁ – Sem dúvida, o processo ensino e aprendizagem. D ₂ - O que mais afeta a escola é o investimento a mais para a formação profissional. Ficamos bitolados a oferecer o mínimo necessário para o aluno, pois devido à inadimplência, não podemos oferecer um ensino diferenciado.
8- Além da necessidade de lidar com a inadimplência, quais os outros principais desafios para manter em funcionamento uma instituição de educação profissional em Enfermagem?

D₁ – Os altos impostos, a concorrência com instituições de ensino superior à distância, que oferecem cursos com baixa qualidade e mensalidade equivalente à nossa, no curso técnico. Os alunos tendem a seguir para o curso superior.

D₂-A instabilidade do país. Não sabemos o futuro em curto prazo e/ou sabemos que será muito difícil conviver com a falta de rumo do governo atual.

9- Diante do índice de inadimplência existente na instituição, o que tem sido feito para minimizar seus efeitos na vida financeira desta escola?

D₁ – Contratação de funcionária específica na área financeira para lidar com questões da inadimplência, acordos e cobranças; conversas informais (privativas) com os alunos para sondar o que gerou a inadimplência; conversas em sala de aula sensibilizando os alunos, em geral, para a qualidade que o curso preza em ofertar; carta-cobrança para o endereço dos ex-alunos (no caso de evasão), solicitando o comparecimento na escola.

D₂- Primeiramente, a minimização dos custos e, depois, a tentativa de recuperação judicial das inadimplências, único canal possível e legal para sua redução.

10- De que maneira a gestão financeira desta escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que aqui se desenvolve?

D₁ – Prezando pela qualidade do corpo docente e funcionários; das aulas teóricas ministradas; pela satisfação dos funcionários/professores contratados; satisfação dos discentes através do diálogo (e feedback) com docentes e coordenação pedagógica.

D₂- Muita cobrança por parte de nossos funcionários junto aos alunos no dia a dia, também por telefone e, em última instância a cobrança judicial.

11- Existe a necessidade de melhorar o ensino nesta instituição? Por quê?

D₁ – Sempre há. Para continuarmos formando profissionais competentes e comprometidos com a profissão que abraçaram.

D₂- Sempre temos que estar melhorando o nível de ensino. Temos que acompanhar a evolução tecnológica da medicina, dotando nossos professores dos conhecimentos atuais e até futuros, preparando nossos alunos para um mercado de trabalho exigente.

Anexo 2- Transcrição da entrevista com a coordenadora pedagógica

1- Qual sua formação acadêmica?
CP- Graduação em Pedagogia e Pós em Gestão Escolar e Psicopedagogia Institucional e Clínica.
2- Há quanto tempo é coordenador pedagógico nesta escola?
CP- Trabalho há 17 anos nessa instituição como coordenadora pedagógica.
3- Qual é a sua visão sobre o papel da educação profissional no Brasil?
CP- Qualificar os jovens para o mercado de trabalho e também os profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades e integrar as diferentes formas de educação ao trabalho, a ciência e a tecnologia.
4- Em sua percepção, o que é uma educação de qualidade?
CP- Educação de qualidade é aquela que consegue formar mentes críticas, autônomas, capazes de fazer diferença na sociedade onde se insere.
5- Quais fatores o (a) sr. (a) aponta como sendo essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem?
CP- Qualificação do corpo docente; estrutura física do ambiente; material didático; equipe técnica.
6- Um dos grandes problemas das escolas privadas, atualmente, é a questão da inadimplência. É de seu conhecimento a situação desta Escola?
CP- Sim.
7- Com base nesta realidade, pode dizer que a inadimplência se constitui uma barreira para a oferta de serviços educacionais de qualidade no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem? Explique quais desses pontos considera ser o mais afetado pela inadimplência.
CP- O processo ensino-aprendizagem, pelo fato do professor estar desestimulado pela falta de sua remuneração, atingindo a aprendizagem do corpo discente.
8- É de seu conhecimento as ações tomadas, pela direção, para reduzir a inadimplência? Acredita sejam elas eficazes?
CP- Sim. As ações tomadas são eficazes, porque têm surtido um efeito satisfatório.
9- Em sua opinião, a gestão financeira desta escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que aqui se desenvolve? De que maneira isso ocorre?
CP- Sim. Estimulando, valorizando e qualificando o trabalho dos profissionais.

10- Existe a necessidade de melhorar o ensino nesta instituição? Por quê?

CP- Sim. Apesar de termos excelentes profissionais, nunca é demais melhorar e aprender, em um mundo cada vez mais veloz em que vivemos e que se renova a cada instante.

Anexo 3- Transcrição das respostas docentes

<p>1- Qual sua formação acadêmica?</p> <p>P₁-Enfermeira. P₂. Bacharelado em Enfermagem P₃-Enfermeira (3º Grau), com especialização e mestrado. P₄- Enfermagem- Bacharelado P₅. Bacharelado em Enfermagem P₆- Licenciatura em Biologia, mestrando em Ciência da Educação. P₇. Técnico em Enfermagem, Bacharel em Enfermagem e acadêmico em Educação Física. P₈- Técnico em Enfermagem, Licenciatura em Biologia e Bacharelado em Enfermagem.</p>
<p>2- Há quanto tempo como professor (a) nesta instituição? Exerce essa mesma atividade em outra escola?</p> <p>P₁- Há mais ou menos um ano e seis meses. Não. P₂. 5 anos. Já exerci. P₃- Desde o início de suas atividades. Hoje, já sou aposentada da rede pública estadual. P₄-3 meses. Não. P₅. 8 meses. Não. P₆- Há 7 meses. Sim, no Nível Médio e graduação na área da Saúde. P₇. Faz 2 anos e meio. Não, só no ICEIS. P₈- 5anos. Sim.</p>
<p>3- Qual a sua visão sobre o papel da educação profissional no Brasil?</p> <p>P₁- É de suma importância para o crescimento e desenvolvimento do país, uma vez que teremos profissionais mais qualificados. P₂. Fundamental importância. Amplia as oportunidades e o ingresso no mercado de trabalho, melhorando assim a situação das famílias desses jovens. Alguns se sustentam e conseguem ingressar, já formado, no curso técnico em uma faculdade. P₃-Nos seus primórdios foi pensada unicamente para filhos de proletários. Na década de 70, com o surgimento do milagre econômico, passou a ser a salvação da economia... Formação de mão de obra especializada em curto espaço de tempo, cerca de dois anos, se comparada à educação superior, esta cerca de cinco anos, hoje. Exatamente por ter menor tempo de formação, favorece a entrada no mercado de trabalho em menos tempo. É buscada por muitos que, depois inseridos [no mercado de trabalho], buscam continuar sua formação, fazendo um curso superior e, muitas vezes, abandonam o curso técnico, dedicando-se ao superior. Outros, por ser mais vantajoso financeiramente; por ter plano de carreira permanece, mas buscam outro emprego de acordo com sua nova formação. P₄-Fomentadora das necessidades impostas pelo mercado de trabalho. P₅.Uma forma de sustento, de melhoria pessoal e profissional. P₆- É o modelo educacional que integra a educação (teoria) ao mercado de trabalho (prática). Cria novas oportunidades e novas perspectivas para os jovens. P₇. É de fundamental importância para o ingresso no mercado de trabalho e melhoria</p>

financeira dos jovens sergipanos e brasileiros.

P₈- Educação continuada, permanente, atual, que não cessa, sempre se atualiza, formando nossos jovens.

4- Em sua percepção, o que é uma educação de qualidade?

P₁- É aquela que tem seus atores (alunos, professores e coordenação) focados em um objetivo comum.

P₂. Compromisso adquirido por todos: gestores, nós docentes, alunos e família, em alguns casos.

P₃-É aquela que favorece ao educando conjugar conhecimentos teóricos com a vivência e situação real de trabalho.

P₄- Quando o aluno consegue assimilar os conceitos teóricos e relacioná-los com a prática.

P₅. Teoria sendo aplicada na prática. Conjunto de fatores: escola, alunos, direção com visão focada na qualidade, na formação profissional.

P₆- É criar e adequar novas estratégias metodológicas visando atender as necessidades educacionais do alunado e da sociedade como um todo.

P₇. A educação que é feita com compromisso, com foco no resultado e de forma o mais prática possível, visto que a enfermagem necessita de profissionais com destreza e agilidade.

P₈- Direção, coordenadores, alunos e pais/responsáveis comprometidos com uma educação de excelência.

5- Quais fatores o (a) sr. (a) aponta como sendo essenciais para a qualidade do ensino profissional em Enfermagem?

P₁- Conteúdo programático; disciplina; recursos humanos e de materiais.

P₂. Recursos didáticos/pedagógicos; boa estrutura física; remuneração adequada; gestores comprometidos.

P₃-Bons professores, comprometidos com sua prática profissional; laboratórios completos e que despertem no alunado o prazer de estudar; locais de estágios em condições de aprendizagem.

P₄-Estímulo da prática embasado com a teoria.

P₅. Boa remuneração; recursos materiais e didáticos adequados; coordenação pedagógica e diretores comprometidos e abertos ao diálogo.

P₆- Alinhar a teoria à prática diária do profissional da área da saúde. É concretizar os conhecimentos adquiridos em sala de aula aos espaços da vivência da prática da Enfermagem.

P₇. Uma boa estrutura física com profissionais competentes e materiais didáticos e de praticas adequadas à necessidade do curso.

P₈- Recursos didáticos e metodológicos disponíveis e acessíveis, gestão competente e teoria aliada à prática.

6- Um dos grandes problemas das escolas privadas, atualmente, é a questão da inadimplência. É de seu conhecimento a situação desta Escola?

P₁-Não, pois fica restrito ao administrativo.

P₂. Tenho algum conhecimento. O que é passado pela coordenação pedagógica. Sem nome

de alunos para evitar constrangimento.

P₃- Sim, tenho conhecimento porque, às vezes, poucas... Ocorre atraso nos pagamentos e a direção nos apresenta a planilha numérica de inadimplência.

P₄-Não.

P₅. Desconheço a situação atual em termos de porcentagem.

P₆- Conheço parcialmente. Fica restrito, quase que exclusivamente, ao setor administrativo e financeiro.

P₇. Tenho conhecimento que há inadimplência, mas não temos acesso a dados mais específicos, pois se restringe ao setor administrativo.

P₈-. É Sim. Observo nas instalações da escola a atuação do setor responsável em tratar com a inadimplência. Atuam interligados ao setor pedagógico.

7- Em sua opinião, a inadimplência se constitui uma barreira para a oferta de serviços educacionais de qualidade no que se refere a conteúdos formativos, relação pedagógica e processo ensino-aprendizagem? Explique quais desses pontos considera ser o mais afetado pela inadimplência.

P₁- Todos os pontos podem ser considerados, uma vez que, todos os pontos estão interligados quando se fala em ensino de qualidade.

P₂. Na verdade, os três são. Mas, numa hierarquia, o processo- aprendizagem.

P₃-Sem sobra de dúvida, todos esses aspectos são afetados. A escola particular depende de suas receitas para equipar os laboratórios, firmar convênios, muitas vezes, pagos; contratar professores competentes, algumas vezes vindos de outras localidades e arca com as despesas de locomoção e hospedagem. Tudo isso incide sobre as despesas.

P₄-Sim, pois não há como investir em aperfeiçoamento sem atender às necessidades primárias da instituição, como o pagamento dos funcionários, do local etc. O processo de ensino-aprendizagem é muito afetado, pois pode acontecer do aluno inadimplente já entrar na turma com a disciplina em curso, o que prejudica sua aprendizagem.

P₅. Conteúdos formativos e em sequência, o ensino-aprendizagem.

P₆-. Sim. Os três são importantes dentro desse processo educacional. Dos três, considero a transmissão dos conteúdos como fator mais atingido pela inadimplência.

P₇. Sim, é. Os conteúdos formativos e a relação pedagógica

P₈-. Com certeza sim. O processo do ensino e de aprendizagem.

8- É de seu conhecimento as ações tomadas, pela direção, para reduzir a inadimplência? Acredita sejam elas eficazes?

P₁- Não é do meu conhecimento. Como falei anteriormente, fica restrito ao administrativo.

P₂. Observo a funcionária do financeiro se reunir com alunos individualmente, também telefonar e solicitar a presença de ex-alunos que abandonaram o curso e fazer acordos com os alunos que estão cursando. Acredito que sejam [ações] sim.

P₃-Não saberia responder. Sei que eles fazem rodadas de negociações e ações jurídicas. Creio que algumas satisfatórias. Os salários não costumam atrasar.

P₄- Não.

P₅. Observo o trabalho da funcionária do setor financeiro em conjunto com a coordenação pedagógica. Acredito que dê resultado.

P₆- Sim. Tem um setor financeiro responsável por isso. Desconheço se as ações tomadas pela escola são eficazes.

P₇. Conheço parcialmente. Acredito que devam surtir resultados para minimizar a inadimplência.

P₈- Em parte sim. Acredito que sejam sim.

9- Acredita que a gestão financeira desta escola tem envidado esforços para garantir a efetivação da qualidade do ensino que aqui se desenvolve?

P₁- Acredito que tudo que está ao alcance do corpo administrativo é feito, sempre com foco na melhor qualidade de ensino.

P₂.Sim.

P₃-Sim, eles ampliaram os equipamentos e insumos desta escola, adquiriram novos livros e recursos multimídia.

P₄-Não tenho conhecimento.

P₅.Sim.

P₆- Sim, sem dúvida.

P₇. Sim.

P₈- Sim.

10- Existe a necessidade de melhorar o ensino nesta instituição? Por quê?

P₁-Não existe um ponto específico que precise melhorar, porém é sempre bom melhorar, com foco na excelência.

P₂.O progresso e a necessidade de melhorar estão intrínsecos a qualquer processo educacional. Com certeza sempre temos de melhorar para continuar formando os melhores técnicos em enfermagem do estado de Sergipe e garantindo as melhores aprovações nos concursos públicos.

P₃- A escola tem feito sua parte, porém os alunos, cada vez mais, têm apresentado comportamentos “encolhidos”. Qualquer exigência, por parte do professor, no sentido de melhorar a aprendizagem, eles reclamam, como se não quisessem aprender mais, e sim ficar com o mínimo necessário. Isso desestimula o professor.

P₄-Sim. Um ponto pode ser melhorado é quanto à aplicação de segunda chamada e recuperação, nas quais os alunos a fazem em ambiente com supervisão relaxada, sendo comum encontrar provas respondidas de forma idêntica. Tornar as regras, para a realização da segunda chamada, mais restritivas.

P₅.Sim: a equiparação da hora-aula paga com outras instituições de ensino; a estrutura física; a aquisição de recursos didáticos, para continuarmos a ministrar boas aulas e termos resultados educacionais no final dos dois anos.

P₆- A educação como um todo necessita sempre olhar para frente, renovando-se. O cenário educacional muda sempre. A escola, da qual faço parte, deve buscar tais mudanças: o material didático utilizado como referencial, seu corpo docente e funcionários precisam de atualização frequente.

P₇. Em alguns pontos sim: valorizando os professores, melhorando a estrutura física e aquisição de novos materiais de práticas e didáticos. Dessa forma, conseguiremos continuar num patamar de ensino profissionalizante de qualidade.

P₈- Sim. A responsabilidade de nós educadores em formar alunos na área da saúde é imensa,

por isso precisamos (todos nós os envolvidos) estar sempre melhorando para continuar sendo uma escola referencia. A escola já progrediu e melhorou muito, mas sempre é necessário renovar-se.

Anexo 4- Projeto Político Pedagógico do ICEIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Mantenedora: VCA Empreendimentos Educacionais LTDA

Unidade Escolar: ICEIS - Instituto Científico Educacional Impacto Soluções

Endereço da Sede: Rua do Rotary, 214 – Centro, Propriá/SE

Endereço da Filial 1: Rua Joaquim Amâncio Filho, 107 – Centro, Cristinápolis/SE

Endereço da Filial 2: Avenida Manoel Venâncio Cunha, 590 – Novo Horizonte, N. Sra. da Glória/SE

APRESENTAÇÃO - CONHECENDO O ICEIS

O ICEIS – Instituto Científico Educacional Impacto Soluções, nome fantasia da empresa VCA Empreendimentos Educacionais LTDA, pessoa jurídica de direito privado, está sedimentado em alicerces seguros e na declaração dos valores: oferecer serviços de alta qualidade; busca incentivar organizações democráticas necessárias ao exercício da cidadania; favorecer o desenvolvimento de atividades sustentáveis do ponto de vista profissional, social e ambiental; promover aprimoramento das condições de trabalho; promover a valorização, em igualdade de condições, do trabalho de homens e mulheres; favorecer a promoção de atendimento da demanda por serviços com qualidade. É uma empresa que prima pela formação de cidadãos, sob a ótica de valores e virtudes, prestando serviços de forma personalizada, realizando diagnóstico de desempenho, atuando como integradora de ações customizadas para cada cliente, utilizando conhecimento tecnológico para oferecer serviços diferenciados.

Caracteriza-se por desenvolver a prática de gestão participativa, envolvendo toda comunidade na tomada de decisões. Já no início do ano escolar toda a comunidade deverá ser chamada para aprovar o calendário escolar, bem como o planejamento geral da escola para o ano letivo.

No primeiro mês de atividades, após o diagnóstico das turmas, a comunidade escolar será convidada a comparecer em reuniões com os dirigentes, para que estes possam expor as propostas de trabalho, discutindo e avaliando sua viabilidade. Este ano entre as atividades traçadas está a aprovação do Regimento Interno.

A avaliação do processo pedagógico se dará através de conselhos de classe participativos, onde professores, parceiros e alunos terão a oportunidade de analisar avanços e entraves do rendimento escolar, a partir das evidências apresentadas durante o decorrer do processo. Em cada encontro serão definidas as prioridades levando-se em consideração sugestões levantadas.

A Escola pretende direcionar um macro olhar para sua comunidade e para o mundo e voltar o seu olhar introspectivo para dentro de si mesma, penetrando no mais ínfimo de sua realidade, para que possa adicionar ao seu perfil os traços condizentes com uma instituição que quer se fazer presente no mundo, atuando e buscando inserir – se no campo de batalha da transformação da realidade da comunidade que a rodeia. Tem como ponto de referência para seleção e abordagem dos saberes, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes oriundas das Leis Federal, Estadual e Municipal de Educação além da legislação específica de cada curso. Elencou como meta pedagógica, incrementar à ação didática, projetos de atividades em situações reais de trabalho o que deve garantir o acesso e sucesso dos seus alunos em outros graus de ensino.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESCOLA

Histórico - Sua proprietária, jovem idealista com formação na área de turismo e experiência como voluntária nas áreas da educação e saúde, onde detectou enorme carência de projetos e programas que dessem sustentação profissional e econômica às entidades que assistem indivíduos carentes e/ou acometidos de doenças ou agravos, levou-a a refletir sobre possibilidades de mobilizar recursos humanos e financeiros para dar sustentabilidade às entidades filantrópicas como também ampliar mercado de trabalho e gerar oportunidades laborativas para as comunidades em geral. Teve início no final de 2004, oferecendo serviços educacionais em parceria com instituições escolares já sedimentadas no mercado educacional. Sentido necessidade de expandir sua atuação, a empresa no início de 2007 teve aprovação do CEE para o Curso Técnico de Segurança no Trabalho procurando atender às especificidades do polo petrolífero do vale do Japaratuba. Também foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem nas cidades de Propriá e Cristinápolis. Mediante autorização do CEE/SE também passamos a oferecer o Curso Técnico em Enfermagem na cidade de N. Sra. da Glória.

Demanda: jovens e adultos que buscam na profissionalização o caminho para independência financeira, nos municípios sergipanos e Estados limítrofes. Através de informações colhidas entre os interessados, tem-se os resultados abaixo, que vão permitir que a escola tenha sua própria cultura, permeada por valores, expectativas, costumes, condições, historicamente construídos a partir destas condições.

A maior parte de nossos alunos reside na sede dos municípios que atuamos, porém atendemos aos residentes no entorno. A idade varia de jovens de 18 anos a adultos e muitos já trabalham em áreas diversificadas e trabalho informal.

Convênios e parcerias - Considerando-se que não basta levar o indivíduo à escola e que é preciso oferecer-lhe uma aprendizagem que ultrapasse os muros da escola e as fronteiras das unidades temáticas, é preciso promover a plena utilização de leitura do mundo, explorando o desenvolvimento de conhecimentos interdisciplinares. Assim, é indispensável estabelecer parcerias e alianças.

A escola acredita que o grande desafio da sociedade moderna é a vivência coletiva e a partir da participação de todos os seguimentos que a compõem, dentro do contexto de participação e construção, firmou convênios com hospitais; clínicas; Secretarias de Saúde; Educação; Ação Social; empresas e indústrias sergipanas.

Corpo Docente - Profissionais das áreas técnicas em saúde e enfermagem.

Corpo Discente - egressos do ensino médio.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que deve orientar todo o trabalho da escola, estabelecendo diretrizes sobre a metodologia, avaliação, conteúdos e quaisquer outros dados referentes ao processo de ensino aprendizagem.

Destina-se a ser a primeira apresentação fotográfica do que se pretende que seja a escola que se quer oferecer à comunidade.

O presente documento armazena os primeiros dados que visam nortear toda a prática pedagógica e ação educativa da escola. Foi elaborado com a participação coletiva dos professores e com grande número de informações coletadas na comunidade.

Contendo poucos dados anteriores, este projeto traz posicionamentos e reflexos atuais, com relação à escola que queremos construir, traçando os possíveis caminhos futuros para

concretização de sua meta principal, a transformação do espaço escola em oficinas de aprendizagens e a transformação dos alunos em construtores do saber.

Eis o grande desafio desta proposta, a educação de uma comunidade heterogênea que busca a escola como meio de ascensão social, técnica, cultural e profissional.

O Projeto Pedagógico é Político porque tem uma intenção. A intenção do grupo de educadores que estudou, discutiu e definiu as diretrizes da escola está explícita nas concepções que apresentamos a seguir:

CONCEPÇÃO DE HOMEM

O homem é um ser sócio-histórico, portanto social, capaz de produzir e suprir suas necessidades, produto e produtor das relações sociais estabelecidas em um dado momento histórico.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

É a expressão das relações sociais produzidas ao longo da história, refletindo as contradições das relações de poder, possibilitando os conflitos em busca de transformação por uma sociedade justa e equilibrada.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

É um processo histórico-social através do qual o ser humano produz e se apropria do conhecimento com perspectiva de transformação.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola é um espaço social onde ocorre a mediação do conhecimento historicamente produzido e que deve explicitar os conflitos e as contradições para que o aluno entenda a sociedade em que vive, com perspectivas de intervenção.

OBJETIVO DA ESCOLA

O ICEIS – Instituto Científico Educacional Impacto Soluções se propõe a ser um espaço sócio-educacional onde ocorre a reflexão sobre o conhecimento historicamente produzido e onde o aluno aprenda a entender a sociedade em que vive, com perspectivas de intervenção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- proporcionar condições para o desenvolvimento sócio-técnico-cultural dos alunos;
- trabalhar conhecimentos específicos à construção do saber voltado à realidade social e ao exercício profissional e da cidadania;
- integração com a comunidade, abrindo a escola para a comunidade, aumentando a convivência entre seus pares;
- propiciar condições para o aperfeiçoamento dos profissionais de educação em saúde.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

-Será expressa por indicadores numéricos de 0,0(zero) a 10(dez) após agregação dos fatores contributivos da construção de competências esperadas;

- É importante salientar que as decisões sobre o processo de avaliação dos alunos deverão ser tomadas em reunião do grupo docente, especialistas e direção, de forma a atender às especificidades dos cursos e turmas.

O Projeto Político Pedagógico do ICEIS - Instituto Científico Educacional Impacto Soluções - assume internamente compromisso com a conscientização e transformação sociocultural da comunidade, concordando com o fato de que educação é prioridade e que a diversidade regional não se configura como barreira para que propostas e ações pedagógicas inovadoras sirvam de norte para a nossa prática educativa.

VALORES QUE FUNDAMENTAM O PROJETO

Ascendermos todos os alunos, educadores e comunidade a graus cada vez mais elevados de elaboração cultural e a níveis cada vez mais elevados de autonomia moral, profissional e intelectual, num ambiente de respeito e solidariedade, é o objetivo que fundamenta o Projeto ICEIS – Instituto Científico Educacional Impacto Soluções.

Para tanto, a prática diária deve apontar para a elevação do grau de compromisso com a realização deste Projeto, por parte de todos os segmentos da escola, nos limites de suas atribuições definidos no Regimento Interno que o integra e dele é parte.

Diferentemente daquela escola em que cabe ao professor ensinar, e ao aluno aprender, esse Projeto visa assumir compromisso coletivo em que todos os seus agentes se engajem sempre mais num processo de aprimoramento cultural, profissional e pessoal de todos, de forma integral, e na construção de uma intencionalidade educativa clara, compartilhada e assumida por todos.

Esta intencionalidade educativa, calcada nos valores da autonomia, solidariedade, democraticidade e responsabilidade devem ditar o funcionamento organizacional e relacional da escola, preservando e reforçando o papel do professor e dos educadores, e tendo o Conselho Pedagógico como responsável direto pela formulação e implantação das práticas pedagógicas que a sustentarão sempre em consonância com o Projeto Pedagógico aprovado pelo Conselho de Escola.

Reconhece-se, no escopo desse Projeto, o papel de educadores à totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras da escola, no âmbito de suas funções específicas.

Sendo que uma tal intencionalidade educativa, apoiada nos valores da solidariedade e da democraticidade, só se realiza e produz sentido se fortemente apoiada pela totalidade dos agentes envolvidos, deve-se buscar, sempre mais, a participação e o apoio da comunidade na vida da escola, preservadas as atribuições elencadas neste Projeto e melhor formuladas no Regimento Interno, que regerá sua correta aplicação. Reconhece-se a importância do trabalho dos diversos agentes implicados na melhoria do ICEIS – Instituto Científico Educacional Impacto Soluções, ligados não formalmente a ela, seja na forma de voluntariado, seja sob a forma de apoio institucional e financeiro.

Para a elevação dos graus de autonomia de todos os envolvidos neste Projeto, faz-se necessário:

- do ponto de vista da autonomia intelectual, outorgando sempre mais ao aluno o domínio sobre os processos e meios de aprendizagem, auxiliando-o a encontrar e desenvolver os meios que lhe possibilitem construir e viver um percurso intelectual próprio;
- do ponto de vista da autonomia moral, devem ser sempre aprimorados os mecanismos que favoreçam e estimulem, por parte dos alunos, a assunção de mais responsabilidades no sentido do melhor funcionamento da escola e da mais eficaz implantação deste Projeto, visto que a mesma só se dá frente a um coletivo no qual se inscreve e na medida em que também se assuma e respeite as diretrizes e os projetos traçados por este mesmo coletivo.

Se antes cabia ao professor formar-se individualmente para dar conta de uma docência expositiva e solitária, numa relação dual com os alunos, o funcionamento deste Projeto passa a exigir:

- prática compartilhada e solidária, visto que o professor não trabalha mais intramuros, solitariamente e com uma turma específica;
- formação diversificada e múltipla, no sentido de poder acompanhar e incentivar a transversalidade curricular pretendida, sem, contudo, abrir mão de seu conhecimento mais aprofundado em uma área específica;
- a mudança de foco na relação com os alunos, visto que a exposição de conteúdos passa a dar lugar ao incentivo constante à pesquisa, à orientação quanto o melhor uso dos Roteiros Temáticos, à solução das dúvidas que nascem dos mais diversos e inesperados lugares;
- o descentramento do papel do professor como detentor de saber para um papel de colaborador na construção de saber, visto que lhe cabe, neste novo funcionamento, mais orientar que explicar, mais pesquisar que ensinar. Sendo, pois, variadas e profundas as demandas que a implantação deste Projeto dirige aos professores, devem os agentes todos que dão suporte à sua implantação comprometer-se no esforço de propiciar, aos educadores de forma geral, e aos professores especificamente, uma formação continuada de qualidade, voltada à sua prática diária e às suas questões mais prementes;
- atitudes de respeito para com as diferenças culturais, raciais, de credo e quaisquer outras, de todos e para com todos. A convicção de que cada aluno é único, pode e deve permanentemente construir e exercer sua identidade no seio de um coletivo que não a mitigue ou aplaque. A convicção de que toda a criança é capaz de aprender e desenvolver-se, em ritmo e forma próprios, sendo-lhe dadas as condições para que o faça; e
- a compreensão do ser humano como ser integral. A convicção de que toda aprendizagem significativa do mundo é também conhecimento e desenvolvimento de si, numa dialética que equipara a elaboração intelectual à elaboração pessoal e psíquica.

Pautando-se num critério de democraticidade e transparência cada vez mais elevadas, deverão as diversas forças que compõem este Projeto, em seus diversos âmbitos, comprometer-se a um esforço constante de esclarecimento de suas ações e atitudes, frente ao

coletivo da escola. Sendo este um projeto educacional coletivo, caberá aos diversos segmentos que o compõem a tarefa de manifestarem suas convicções e justificarem suas ações de forma clara e coerente, logicamente sustentadas. Os diferentes lugares de poder que tomam os detentores de diferentes saberes e diferentes fazeres, no escopo deste Projeto e salvaguardados em seu Regimento, não devem servir de pretexto à atitude autoritária, arrogante, isolada, por parte de nenhum de seus membros. Os canais de diálogo e de divulgação, no âmbito dos diversos segmentos do Projeto, serão melhor explicitados no seu Regimento Interno.

BASES CONCEITUAIS DO PROJETO, DA APRENDIZAGEM E DO CURRÍCULO.

O Projeto Pedagógico do ICEIS – Instituto Científico Educacional Impacto Soluções é um projeto único, nascido do esforço de uma comunidade específica e voltado a suprir as demandas e anseios desta comunidade. Para tanto, está construindo estratégias, encontrando soluções e criando os dispositivos pedagógicos que julga melhor se adequarem ao universo de seus alunos e educadores, no sentido de alcançar seus objetivos de forma plena e eficaz. É, portanto, um projeto que em tudo se apoia e em tudo coerente com o propugnado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

As grandes linhas pedagógicas do Projeto são absolutamente consonantes com aquelas que as Diretrizes Curriculares Nacionais indicam como objetivo a se esperar dos alunos do ensino fundamental, médio e profissionalizante, e cuja importância justifica reiterar:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra

- qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
 - desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
 - conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
 - utilizar as diferentes linguagens verbais, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
 - saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
 - questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

No esforço de adequação e observância aos fundamentos aqui relatados, o Projeto propugna transformações dos dispositivos pedagógicos anteriormente praticados em diversas outras escolas. Estas transformações, já implantadas, em fase de implantação e em fase de projeto.

No sentido de aumentar a implicação dos alunos no processo de aprendizagem, melhor favorecer o desenvolvimento de seus graus de autonomia e ainda, no sentido de melhor adequar o currículo objetivo aos ritmos e predisposições individuais, o Projeto privilegia o diálogo interativo e trabalhos de pesquisa. A aula expositiva deixa de ser o instrumento preferencial de transmissão e aquisição de saber, passando a ser um recurso utilizado pontualmente, seja nos momentos em que o grau de autonomia não permita, ainda que, vinculado a projetos de pesquisa; seja nos momentos em que os educadores entendam que uma explanação possibilite avanços no processo, esgotados todos os outros recursos; seja,

finalmente, nas ocasiões em que características momentâneas do Projeto em implantação não permitam adequar a prática pedagógica aos princípios que a fundamentam.

O trabalho de pesquisa é norteado por Roteiros Temáticos de Pesquisa, concebidos segundo a Teoria dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, e apoiado nos livros didáticos, técnicos e paradidáticos, num contexto predominantemente grupal.

Dados os fundamentos aqui apresentados, é pretensão, deste Projeto, oferecer, além de adequada formação intelectual, profissional e cognitiva, aprimoramento artístico, físico, estético, enfim voltado às mais diversas formas de manifestação expressiva do ser humano, num clima de valorização do amadurecimento das relações interpessoais sem a banalização dos afetos.

É reconhecida e valorizada, no âmbito deste Projeto, a importância das novas tecnologias no que concerne ao acesso e à construção do conhecimento. A utilização de tais ferramentas tecnológicas, notadamente a informática, deve, pois sempre mais se integrar ao trabalho diário de pesquisa e produção em sala de aula.

O ICEIS – Instituto Científico Educacional Impacto Soluções possui importante acervo bibliográfico e filmotécnico; instrumentos e materiais técnicos. Manequim adaptado para técnicas específicas. A sala de leitura itinerante transformou-se em biblioteca circulante, expandindo o seu acervo à toda comunidade escolar.

Além do já citado, são bases conceituais do projeto, entre outras:

- as contribuições de Jean Piaget, Vygotsky, John Dewey quanto à formação dos conhecimentos e quanto às autonomias moral e intelectual;
- a imensa contribuição do grande educador Paulo Freire, fonte de referência de toda a pedagogia que se pretenda libertária; por ter contribuído fortemente na criação dos avançados parâmetros normativos da educação brasileira atual, sem os quais seguramente este Projeto teria muitas mais dificuldades em ser implantado;
- e
- cabe ressaltar a importância, para a existência deste Projeto, a experiência da Assessora Técnica do ICEIS - Instituto Científico Educacional Impacto Soluções, como Diretora de importante escola formadora de profissionais técnicos no Estado a Escola Profissionalizante Dr. Augusto Leite, Docente do curso de Licenciatura em Enfermagem da UFS e Mestre em Ciências da Educação por Universidade portuguesa onde pôde conhecer de perto experiências educacionais como a da Escola da Ponte, referência europeia em educação de vanguarda, fonte

permanente de inspiração e reflexão por criar mecanismos e dispositivos pedagógicos coerentes com princípios e valores educacionais arrojados.

O Projeto ratifica as finalidades de nossa proposta pedagógica. As finalidades são:

- I - aglutinar pessoas em torno de uma causa comum;
- II - ser canal de participação efetiva;
- III - dar um referencial de conjunto à escola;
- IV - ajudar a consolidar os valores educacionais;
- V - colaborar na formação dos participantes; e
- VI - dar autonomia à escola.

Para tanto valemo-nos de condições fundamentais para a elaboração e o desenvolvimento de nossa proposta pedagógica:

- I - conhecimento da realidade dos alunos e da escola;
- II - envolvimento e compromisso de seus profissionais;
- III - criatividade do pessoal envolvido para buscar os recursos necessários; e
- IV - apoio estratégico.

NOSSA MISSÃO EDUCACIONAL

A missão educacional pressupõe crença na capacidade de o homem compreender a realidade e nela atuar, tornando-se melhor e melhorando a qualidade de vida de toda a sociedade. É nossa responsabilidade como instituição educacional entender o passado, viver o presente e vislumbrar o futuro para afirmar, com coragem e lucidez, os valores que fundamentam a vida, criando condições para que as pessoas se desenvolvam integralmente.

NOSSOS VALORES

Para realizar nossas visão e metas institucionais, todos os funcionários – baseiam suas ações, nos seguintes itens:

- valorizar o ser humano;
- motivar o trabalho individual e em grupo;
- fazer sentir satisfação pelo trabalho;
- estimular e dar continuidade aos trabalhos feitos em grupo; e

- traçar metas para o trabalho responsável, onde cada pessoa possa expressar seus pensamentos sendo auxiliados quando tiver dúvidas e assim melhorar seus conhecimentos e praticar realmente trabalho de qualidade que atenda a nossa clientela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um projeto que não se encerra aqui. É preciso ser analisado, discutido e aperfeiçoado anualmente ou sempre que necessário, para que sejam feitas adaptações, modificações e alterações de acordo com as propostas metodológicas que forem surgindo e as necessidades inerentes à sociedade que venha construir a comunidade escolar. O que se pensa e se quer é construir e manter uma escola de qualidade, (centro de informações e oficinas de aprendizagem) inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e de igualdade.